



UFG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)

FACULDADE DE HISTÓRIA (FH)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

RAFAELA CAVALCANTE GONÇALVES SOUZA MELO

Os usos e abusos da memória: uma análise do “*Volume 1 – História*” do projeto *Goiás +300: Reflexão e Ressignificação*

GOIÂNIA
2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

☒ Dissertação ☐ Tese ☐ Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Rafaela Cavalcante Gonçalves Souza Melo

3. Título do trabalho

OS USOS E ABUSOS DA MEMÓRIA: UMA ANÁLISE DO "VOLUME 1 - HISTÓRIA" DO PROJETO GOIÁS +300: REFLEXÃO E RESSIGNIFICAÇÃO

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Breno Mendes, Professor do Magistério Superior**, em 12/12/2023, às 17:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafaela Cavalcante Gonçalves Souza Melo, Discente**, em 12/12/2023, às 17:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4263187** e o código CRC **D3C4DB05**.

RAFAELA CAVALCANTE GONÇALVES SOUZA MELO

Os Usos e abusos da memória: uma análise do “*Volume 1 – História*” do projeto *Goiás +300: Reflexão e Resignificação*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de História, da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História Regional do Brasil.

Linha de Pesquisa: Cultura, Fronteiras e Identidades.

Orientador: Professor Doutor Breno Mendes

GOIÂNIA
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Melo, Rafaela Cavalcante Gonçalves Souza
Os Usos e Abusos da Memória [manuscrito] : Uma análise do
"Volume 1 - História" do projeto Goiás +300: Reflexão e Ressignificação
/ Rafaela Cavalcante Gonçalves Souza Melo. - 2023.
134 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Breno Mendes.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História,
Goiânia, 2023.

Bibliografia. Anexos.

Inclui siglas, fotografias, abreviaturas, tabelas, lista de figuras, lista
de tabelas.

1. Memória. 2. Goiás +300. 3. Narrativa. 4. Bandeirante. 5. Poder.
I. Mendes, Breno , orient. II. Título.

CDU 94(81)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **088/2023** da sessão de Defesa de **Dissertação** de **RAFAELA CAVALCANTE GONÇALVES SOUZA MELO**, que confere o título de **Mestre(a) em História**, na área de concentração em **Culturas, Fronteiras e Identidades**.

Ao/s **onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três**, a partir da(s) **08h30**, na **Sala 29 do Prédio de Humanidades I (FH/UFG)**, realizou-se a sessão pública de **Defesa de Dissertação** intitulada **OS USOS E ABUSOS DA MEMÓRIA: UMA ANÁLISE DO "VOLUME 1 - HISTÓRIA" DO PROJETO GOIÁS +300: REFLEXÃO E RESSIGNIFICAÇÃO**. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) **Breno Mendes (PPGH/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) **Rildo Bento de Souza (PPGH/UFG)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Diane Valdez (FE/UFG)**, membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta, a fim de concluir o Julgamento da **Dissertação**, tendo sido(a) o(a) candidato(a) **aprovado(a)** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) **Breno Mendes**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Breno Mendes, Professor do Magistério Superior**, em 11/12/2023, às 17:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rildo Bento De Souza, Professor do Magistério Superior**, em 12/12/2023, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elias Nazareno, Coordenador de Pós-Graduação**, em 12/12/2023, às 15:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Diane Valdez, Usuário Externo**, em 13/12/2023, às 16:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4221516** e o código CRC **AAC85EAC**.

Referência: Processo nº 23070.067338/2023-18

SEI nº 4221516

Dedico esta dissertação ao meu querido e amado avô Adail Gonçalves de Melo, a minha grande amiga Martha Lucia Francia e ao meu amigo Ronaldo Ramos Caiado Filho. Vocês são meu *Caminho do Ouro*, aquilo que tenho de mais valioso e valioso em minhas memórias.

Dona Zilda, não há um dia que não sinta sua falta. O vazio será eterno. Todas minhas conquistas são graças a você. Te amei ontem, te amo hoje e te amarei para todo sempre. Minha *bisona*.

AGRADECIMENTOS

Por mais que possa soar um pouco pretensioso, quero começar expressando minha gratidão a mim mesma. Concluir o mestrado, com todas as suas exigências, desde disciplinas e atividades extracurriculares até estágio-docência e, principalmente, a elaboração da dissertação, foi uma jornada desafiadora. Apesar dos obstáculos enfrentados nos últimos anos, sinto-me contente e aliviada por ter concluído essa etapa, mesmo diante das sugestões de pessoas que admiro, sugerindo que, devido ao meu diagnóstico, seria mais prudente abandonar a pós-graduação e deixá-la para outro momento.

Em seguida, expresso minha gratidão ao meu orientador, Drº Breno Mendes, por aceitar me orientar e por me acolher nos momentos mais delicados. O acolhimento é um termo que se faz presente diversas vezes, pois sem esse apoio, minha jornada acadêmica teria sido ainda mais difícil. Agradeço profundamente à Profª Drª Diane Valdez e ao Profº Drº Rildo Bento de Souza por embarcarem nessa empreitada, por serem motivadores e, acima de tudo, por me fazerem acreditar em minha capacidade.

Um agradecimento especial à Ana Carola Cavalcante, mãe, amiga, parceira de discussões acadêmicas e futura cientista social, por me apoiar e incentivar a continuar o mestrado e por me fazer perceber que sou capaz, seja qual for a dificuldade. Não há dúvidas que, sem você, essa conquista não seria possível. Ao meu pai, Rogério G. de Melo, por estar aqui, vivo, conosco. Sou incapaz de imaginar como esse momento estaria incompleto se você não estivesse aqui. Parabenizo pela sua graduação em Ciências Sociais pela UFG e agradeço por sua firmeza, por me passar tranquilidade e me dar apoio, mesmo com sua própria situação. Agradeço aos dois por me fazerem enxergar que a vida vai além do Currículo Lattes.

Não posso deixar de mencionar aquela pessoa que, desde 2019, enquanto fazia minha monografia, sempre checava se eu estava bem e cuidava de mim enquanto estudava, proporcionando pausas necessárias e até me arrastando para ver filmes de qualidade duvidosa no cinema. Os gritos quando você entrava no quarto enquanto eu produzia acabaram, e peço desculpas por eles, mas você entende (pois, são similares as suas reações nos jogos online). Você, Eduardo Cavalcante Melo, é o irmão que eu sempre desejei, você é, sem sombra de dúvidas, meu melhor amigo e minha alma gêmea.

Expresso minha gratidão também à Dra. Ana Augusta de Sousa Barbosa e à Dra. Vanessa Maia da Costa, minha oftalmologista e neurologista, respectivamente, por salvarem minha vida e acolherem minha família e amigos em momentos tão delicados. Nossa relação

data de anos, e a qualidade de vida que desfruto hoje, mesmo com uma doença complexa, é resultado de seus esforços.

Agradeço à minha madrinha, Prof^a Dr^a Maria Meire de Carvalho, por ser minha outra metade, minha incentivadora, parceira e amiga. Ao meu "padim" Josemar de Oliveira, agradeço por sua constante preocupação, por querer notícias frequentes e por cuidar de mim como um padrinho deve, de fato, cuidar de uma afilhada. Expresso minha gratidão a Thelma Gomes pelos puxões de orelha, pelas comemorações às pequenas conquistas, por ser minha "madrinha de pé" e por estar sempre aqui por mim. Sua energia é contagiante, e espero ter metade do ânimo que você tem para viver. Agradeço também a Anna Vitória Caiado pela preocupação e amizade, por mim e pela minha família. Se hoje estou conseguindo terminar essa dissertação é graças aos seus incansáveis esforços pela minha saúde. A Valéria França e Marilda Silva por comporem o grupo de amigas da minha mãe e por terem me adotado, cuidando, me protegendo e me mimando.

Ao meu irmão do meio Gustavo Garcia, por me arrastar para todos os cantos do Brasil apenas para reclamar que eu não tiro foto e no final tirar mesmo assim. Minha mãe ter te apadrinhado foi a melhor decisão que ela teve. Obrigada pelo apoio e pelo carinho. Queria colocar aqui alguma frase da cultura pop, mas você sabe quais são.

A Jhully Castro, minha irmã de alma, por ser a melhor amiga que eu poderia ter, por ser minha parceira e cuidar sempre de mim. Meu carinho e admiração por você crescem a cada dia (e estendo as palavras ao Davi Alves, Jhu). A Kaenda Fonseca, obrigada pelas conversas fora de hora, por compartilhar dores, desejos, angústias e felicidades comigo. A Maria Eduarda Cunha, minha prima, por estar ao meu lado desde sempre, por ser minha parceira nos livros de fantasia e por me incentivar a seguir meus sonhos. Nandielly Alves, por estar comigo desde a graduação e sofrer comigo os traumas da vida acadêmica, por sermos tão conectadas ao ponto de saber quando uma está pensando na outra. Ao Ícaro Silva, que passou por experiências semelhantes na academia, obrigada por me manter firme na pesquisa. Ao João Pedro Guelhardi, meu primeiro e único amigo de mestrado, nossas trocas são sempre divertidas e seu apoio sempre foi importante. Agradeço também a pessoas queridas como Enya Medeiros, Éder Bruno, Gabriel Volpato, Daniel Paz e Pedro Silva, por serem amigos agregados que tornam meus momentos de descanso extremamente prazerosos.

Aos meus parentes e familiares que torcem por mim. As minhas tias, Flávia de Melo, Fabiane Cavalcante, Raquel Cavalcante e Samanta Marília, obrigada por todo apoio, pela confiança, por terem imenso orgulho de mim e por estarem comigo desde sempre. Um abraço carinhoso as minhas avós Alzimar Cavalcante e Erondina de Melo.

A reitora Angelita de Lima e ao vice-reitor Jesiel Carvalho por desenvolverem papéis importantes na construção da academia, por corroborarem para a construção de uma sociedade mais inclusiva, agradeço também por todo o incentivo e mentoria. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

“Nos acontecimentos históricos, os assim chamados grandes homens não passam de rótulos que assim se denominam os acontecimentos e, assim como os rótulos, têm com os acontecimentos propriamente ditos menos relação do que qualquer outra coisa.”

Liev Tolstói

RESUMO

A dissertação em questão propõe uma análise aprofundada das diversas narrativas históricas relacionadas à figura dos bandeirantes, com foco especial em Bartolomeu Bueno da Silva, conhecido como o Anhanguera e na construção de narrativas com o projeto *Goiás +300: Reflexão e Ressignificação* (2022). A investigação percorre diferentes décadas, partindo dos anos 1930 até o de 2022, examinando as modificações das representações dessa personalidade ao longo do tempo. Por meio da análise crítica de publicações dos séculos XX e XXI, a pesquisa identifica como as diversas narrativas contribuem para a construção da memória coletiva. O estudo destaca a complexidade na exposição dos bandeirantes e do Anhanguera em diferentes contextos temporais, evidenciando as mudanças nas interpretações históricas ao longo das décadas. Um aspecto central da dissertação é a exploração dos conceitos de uso e abuso da memória, fornecendo uma base teórica sólida para entender como as narrativas históricas moldam a memória social. A análise aprofundada desses conceitos contribui para uma compreensão mais ampla de como as representações históricas podem ser instrumentos poderosos na influência da percepção da sociedade sobre figuras emblemáticas, como o Anhanguera. Ao abordar as diferentes perspectivas ao longo do tempo, a dissertação busca não apenas descrever as mudanças nas narrativas históricas, mas também compreender como essas mudanças impactam a formação da identidade coletiva e a compreensão da história. Em última análise, o estudo propõe uma reflexão crítica sobre o papel das narrativas históricas na construção e influência da memória social em relação aos bandeirantes, contribuindo para o debate mais amplo sobre a interpretação do passado e suas implicações na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Memória; Goiás +300; Narrativa; Bandeirante; Poder.

ABSTRACT

The dissertation in question proposes an in-depth analysis of various historical narratives related to the figure of the bandeirantes, with a special focus on Bartolomeu Bueno da Silva, known as Anhanguera. The investigation spans different decades, from the 1930s to 2022, examining the evolution of the representation of this personality over time. Through the critical analysis of publications from the 20th and 21st centuries, the research identifies how various narratives contribute to the construction of collective memory. The study highlights the complexity in the portrayal of the bandeirantes and Anhanguera in different temporal contexts, revealing changes in historical interpretations over the decades. A central aspect of the dissertation is the exploration of the concepts of the use and abuse of memory, providing a solid theoretical foundation for understanding how historical narratives shape social memory. The in-depth analysis of these concepts contributes to a broader understanding of how historical representations can be powerful instruments in influencing society's perception of emblematic figures, such as Anhanguera. By addressing different perspectives over time, the dissertation seeks not only to describe changes in historical narratives but also to understand how these changes impact the formation of collective identity and the understanding of history. Ultimately, the study proposes a critical reflection on the role of historical narratives in the construction and influence of social memory regarding the bandeirantes, contributing to the broader debate on the interpretation of the past and its implications in contemporary society.

Key-words: memory; Goiás +300; narratives; bandeirante; power.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Representação da Conferência de Taunay (1946).....	73
Figura 2 – Representação da Conferência de Virgílio Corrêa Filho (1946).....	74
Figura 3 - Representação da Conferência de Alfredo Ellis Jr. (1946)	74
Figura 4 – Representação da Conferência de Afonso Arinos (1946)	75
Figura 5- Representação da Conferência de Joaquim Ribeiro (1946).....	76
Figura 6 - Brasão de Armas da Polícia Militar do Estado de São Paulo	116

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Institutos Históricos e Geográficos pelo Brasil	28
Tabela 2 - Conteúdo <i>Revista Goianidade</i> (1992)	33
Tabela 3 - Capítulos Goiás +300; Reflexão e Ressignificação (2022)	34
Tabela 4 - Estrelas do Brasão de Armas da PM de São Paulo	117

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
CAPÍTULO 1- DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (1838) AO PROJETO GOIÁS +300: <i>REFLEXÃO E RESSIGNIFICAÇÃO</i> (2022).....	25
1.1 Confluências entre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG).....	26
1.2 Narrativas históricas: a <i>Revista Goianidade</i> (1992) e o projeto <i>Goiás +300: Reflexão e Resignificação</i> (2022)	32
1.3 Revisando o conceito de decadência	43
1.4 <i>Goiás +300: Reflexão e Resignificação</i> - os discursos da historiografia goiana e as narrativas do projeto	46
1.5 – Como se escreve a história de goiás?	51
1.6 As narrativas bandeirantistas: movimentos de reformulação e de manutenção da história.....	55
Capítulo 2: GOIÁS – O BANDEIRANTISMO E A HISTORIOGRAFIA.....	66
2.1 História e historiografia do bandeirantismo	67
2.2 O bandeirantismo no <i>Curso de Bandeirologia</i> (1946)	69
2.3 O bandeirante no projeto <i>Goiás + 300: Reflexão e Resignificação</i>	77
2.4 O projeto <i>Goiás +300</i> como de campo de reflexão	86
2.5 Bandeiridade – bandeirantismo como regionalidade goiana	90
2.6 – Os discursos e o projeto <i>Goiás +300: Reflexão e Resignificação</i>	98
2.7 – Goiás, bandeirantes e monumentos na educação regional	99
2.8 – Memória e comemoração	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	128

INTRODUÇÃO

Ao pensarmos na construção da narrativa histórica acadêmica sobre o estado de Goiás, somos direcionados a eventos históricos como o bandeirantismo, o ciclo do ouro, processos expedicionários, o conceito – a ser problematizado – de “decadência” das atividades auríferas, o desenvolvimento de uma jovem capital, a separação de um estado e assim por diante. São temáticas que agregam alguns períodos, que são considerados, por determinados grupos, importantes na formação do estado.

Entretanto, além de conhecê-las caberia pensá-las a partir de conceitos e concepções em como essas temáticas foram, e ainda são, propagadas. Buscamos, nesta dissertação, explorar os seguintes pontos: os usos e abusos da memória; a comemoração do passado; o projeto *Goiás +300: Reflexão e Ressignificação* (2022); como a história dos bandeirantes é pensada; como tal historiografia é examinada; como tais memórias foram e são construídas; os usos da memória e seus abusos como manutenção de oligarquias e aristocracias regionais.

Na perspectiva do chamado *giro ético-político*¹, a memória e a historiografia podem ser compreendidas como ações eticamente responsáveis no presente como um meio de intervenção e posicionamento político sobre as questões dispostas na atualidade (MENDES, 2021). Caberia aos historiadores, dessa forma, aglutinar esses objetos a fim de interpretá-los e problematizá-los no tempo presente. Os processos de manipulação da memória perpassam por narrativas e usos do poder. Em relação ao conceito de “poder”, Michel Foucault não apresentou uma teoria fixa sobre o que seria (pois o autor compreende que não é uma propriedade, já que ninguém o detém), mas demonstrou caminhos para reconhecer como os sujeitos agem sobre os outros. No livro *A Microfísica do Poder*, publicado em 1978, o autor explica

O poder não existe (...) a ideia de que existe (...) me parece baseada em uma análise enganosa, e que, em todo o caso, não dá conta de um número considerável de fenômenos. Na realidade, o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, (...) piramidalizado, (...) coordenado. (...) mas sempre aparece a ideia de que, a partir de um momento, as pessoas não tiveram mais direitos e surgiu o poder. (FOUCAULT, 2015, p.369)

¹ “Sintetizamos o núcleo do giro ético-político do seguinte modo: a) a ênfase da historiografia está nos efeitos e na performance dos textos históricos sobre a experiência humana; b) escrever a história é uma forma de se comportar eticamente e atuar politicamente no mundo; c) a ética é entendida como uma postura de abertura para a diferença e para o outro (alteridade); d) há uma notável preocupação com a produção das condições de possibilidade para os grupos subalternos terem “lugar de fala”; e) a política é entendida como uma forma de intervenção no mundo da vida, por meio de discursos eticamente responsáveis que buscam se posicionar sobre os problemas de interesse público” (MENDES, 2021, p. 80).

O autor completa

Se o objetivo for construir uma teoria do poder, haverá sempre a necessidade de considerá-lo como algo que surgiu em um determinado ponto, em um determinado momento, de que se deverá fazer a gênese depois a dedução. Mas se o poder na realidade é um feixe aberto, mais ou menos coordenado (e, sem dúvida, mal coordenado) de relações, então o único problema é munir-se de princípios que permitam uma analítica das relações de poder. (FOUCAULT, 2015, p.369-370).

Pensando nisso, escolhemos como objeto de pesquisa a figura do bandeirante, que costuma ser apresentada como protagonista da história de Goiás especialmente sob o ponto de vista da produção memorialística². A respeito deste recorte, indagamos: A permanência da representação dos bandeirantes na construção da identidade regional não é uma forma de aprisionamento, em uma única perspectiva, de uma figura que se constituiu historicamente? De que maneira essa mesma personagem é exaltada, no passado, e no presente, no imaginário da sociedade goiana?

Quanto à produção memorialística, é possível verificar que há diferentes análises quanto a temática, mas que todas precisam ser abordadas em conjunto para uma compreensão abrangente. A proposta de problematizar este tema partiu diante das novas análises esboçadas pelo *projeto Goiás + 300: Reflexão e Ressignificação* (2022), uma coletânea de obras que se apresenta como tendo o objetivo de deixar, para o povo goiano, uma historiografia atual, a partir de novas análises críticas e inclusivas, segundo o presidente do IHGG, Jales Mendonça. Este projeto, de cunho coletivo, está sendo organizado por pesquisadoras e pesquisadores das mais diversas áreas, como: história, literatura, geografia, economia, artes plásticas, entre outras. Com autores das seguintes instituições: Universidade Federal de Goiás (UFG); Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/Goiás); Universidade Estadual de Goiás (UEG); Instituto Federal de Goiás (IFG); UniEvangélica; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGG); Associação Nacional de História/GO (ANPUH/GO); Academia Goiana de Letras (AGL) e outras instituições regionais.

² “O memorialismo, por definição, caracteriza-se por uma pretensão de continuidade temporal, ambiciona a “veracidade” de suas reconstituições, mas, ao mesmo tempo, apresenta-se fragmentada, condicionado pelos laços afetivos, e socialmente permeável ao conceito de tradição. O caráter eminentemente seletivo do memorialismo produziu um abuso recorrente da memória, de tal sorte que, por décadas, os historiadores e historiadoras se impuseram a tarefa de se libertar da tutela das lembranças em seus processos reconstitutivos” (ARRAIS, 2022, p.28).

As publicações do projeto *Goiás +300: Reflexão e Resignificação* (2022), se constituirão como fontes para abordar o tema do bandeirantismo. Os três primeiros livros foram publicados no final do segundo semestre de 2022, que são: Volume I – História, organizado pelo Dr. Eliézer Cardoso de Oliveira e pelo Me. Thalles Murilo Vaz Costa; Volume II – Geografia, organização realizada pelo Dr. Eguimar Felício Chaveiro e pelo Dr. Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves; e por fim o Volume III – Memória e Patrimônio, sob organização da Dra. Lenora de Castro Barbo e pelo Dr. João Guilherme da Trindade Curado. No total, segundo o projeto, serão publicados vinte livros.

Entre os meses de março e dezembro de 2022, ocorreram diversos colóquios online, a fim de discutir questões que serão desenvolvidas no conteúdo dos livros. Os temas de tais conferências foram: panorama histórico da literatura feita em Goiás (março); povos originários e territorialidade (abril); aspectos da história de Goiás (maio); fragmentação territorial e impactos antrópicos em Goiás (junho); o bandeirismo e o neo-povoamento de Goiás (julho); memória e patrimônio (agosto); aspectos da música em Goiás (setembro); agricultura e pecuária na formação econômica de Goiás (outubro); participação afrodescendente na formação de Goiás (novembro); alguns aspectos das artes plásticas em Goiás (dezembro).

Nota-se, tomando as temáticas citadas, que permanecem tais proposituras marcantes para a historiografia goiana, como o debate sobre o território, panorama, bandeirismo, patrimônio, aspectos econômicos, sendo também importante enfatizar, que há temas de pesquisas que romperam com este movimento, como povos originários, música, artes plásticas e a “participação afrodescendente na formação de Goiás”.

Levando isso em consideração, começamos esta dissertação com uma apresentação de duas instituições fundamentais para o panorama acadêmico e para a disseminação do saber: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG). Nosso objetivo foi compreender as origens, funcionamentos e a contribuição dessas entidades na preservação cultural, no estudo da história, geografia e demais ciências no Brasil. Aprofundando a análise, voltamos nossa atenção para a *Revista Goianidade* (1992) e o projeto *Goiás +300: Reflexão e Resignificação* (2022), destacando as diferentes abordagens à história de Goiás. Em particular, a figura do bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, como um ponto central, revelando perspectivas diversas sobre a formação do estado e a construção identitária. A investigação crítica desses projetos suscita questões relevantes sobre a simplificação da história e a influência das narrativas nacionalistas na criação de heróis regionais.

A proposta da segunda parte desta dissertação busca dar continuidade à primeira, visando o diálogo com a historiografia acerca do bandeirantismo, do bandeirante, e como tais discursos moldaram o processo identitário regional. A discussão ocorrerá a partir de análises da apresentação e dos artigos publicados, do primeiro volume *História*, do projeto *Goiás +300 – Reflexão e Ressignificação* (2022). Para a análise histórica abordamos, brevemente, o período que institui esse movimento, as expedições e quais os precedentes que a consumam. Discorrendo sobre a popular bandeira do Anhanguera, conhecida não só localmente, mas também em âmbito nacional, como figura constituída simbolicamente e tornando-se personagem protagonista do processo de desbravamento e povoamento do sertão brasileiro. Sendo de grande valia as argumentações dissertadas pela historiografia brasileira e goiana, assim como tópicos levantados pelas demais intelectualidades, quanto a *heroicização* prescrita a esse grupo na promoção do identitário nacional. Os conceitos de *nação*³ e de *identidade*⁴ foram elaborados interligando-se à questão educacional, tanto para com a história do estado de Goiás quanto sobre o ensino de história.

Quanto aos estudos historiográficos sobre Goiás, não especificamente sobre os bandeirantes, mas que incluem o debate sobre os processos hegemônicos do poder, diversas obras serão utilizadas para tal. O livro *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade* (2010), do professo Nars Fayad Chaul; *História e Memória em Goiás no século XIX: uma consciência da mágoa e da esperança* (2013), artigo publicado pelos professores Noé Freire Sandes e Cristiano Alencar Arrais; as obras de Luis Palacín *O Século do Ouro em Goiás* (1979), *Coronelismo no Extremo Norte de Goiás: o Padre João e as três*

³ Nação é um conceito complexo e multifacetado, mas geralmente se refere a uma comunidade humana com laços culturais, históricos, linguísticos e políticos compartilhados. É uma entidade que se identifica como uma unidade coesa e busca autodeterminação e soberania. Existem vários pesquisadores que discutiram o conceito de nação ao longo dos anos. Um dos mais influentes é Benedict Anderson, um teórico político e historiador conhecido por seu livro *Comunidades Imaginadas* (2008), obra publicada em 1983. Nesse livro, Anderson explora como as nações são construídas através da imaginação coletiva e da criação de identidades compartilhadas. Outros historiadores que abordaram o tema incluem Eric Hobsbawm, autor de *Nações e Nacionalismo desde 1780* (2022), publicada em 2013, e Ernest Gellner, autor de *Nações e Nacionalismo* (1983). Ambos examinam a ascensão do nacionalismo e as transformações sociais e políticas que levaram à formação das nações modernas. O tema será abordado adiante, no decorrer desta dissertação, utilizando os dois primeiros autores citados.

⁴ Identidade é um conceito amplo e complexo que se refere à compreensão de quem somos como indivíduos, grupos ou comunidades. Ela envolve a maneira como nos percebemos, como nos relacionamos com os outros e como nos enquadrados em contextos sociais, culturais, étnicos, nacionais, de gênero, religiosos e outros. Stuart Hall é um dos teóricos culturais que exploraram amplamente o tema da identidade. Seu trabalho é influente no campo dos estudos culturais e aborda a natureza fluida e construída das identidades. Em *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade* (1992), Hall discute a natureza fragmentada e fluida da identidade cultural, destacando como ela é construída e contestada dentro do contexto pós-moderno e multicultural, argumentando que a identidade não é algo fixo ou inato, mas sim algo que é constantemente construído, negociado e transformado através de interações sociais e discursos culturais.

revoluções de Boa Vista (1990); *Sociedade Colonial: 1549 a 1599* (1981); *Pela História de Goiás* (1980) de Americano do Brasil; *Estudos de História de Goiás* (2005), Wilson Rocha Assis; *Goyaz: uma província do sertão* (2010), Ledonias Franco Garcia; *Memória e Cidade: lembranças de Vila Nova* (2010) e Sílvia Climaco Mattos; *Goiás: uma nova fronteira humana* (1949), Conselho de Imigração e Colonização;⁵.

No que diz respeito a temática do *mito*, Girardet expõe que há diferentes percepções: para alguns estudiosos trataria de uma narrativa referente ao passado, mas que mantém vivo caráter explicativo, no tempo presente, que justificaria as formas de organização social; para outros estaria entre a verdade e o conhecimento, como uma observação que contradiria o raciocínio lógico; e, por fim, para outros “(...) é essencialmente apreendido em sua função de animação criadora: ‘conjunto ligado de imagens motrizes’ (...) ele é apelo ao movimento, incitação à ação e (...) como estimulador de energias de excepcional potência.” (GIRARDET, 1987, p. 13). Em síntese, o mito difunde uma determinada visão sobre o passado no imaginário social com o objetivo de conferir legitimidade a um projeto político no presente. Todas essas definições, quando correlacionadas, corresponderiam ao que se entende por *mito político*:

Mas essa lenda permanece igualmente inseparável da própria pessoa do homem de Estado, isto é, de um rosto, de uma silhueta de um passado, de maneiras particulares de ser, de falar e de agir. (Símbolo, no limite, e se se faz questão, de respeitabilidade burguesa, de segurança e de estabilidade) (...) Quanto mais o mito ganha amplitude, mais se estende por um largo espaço cronológico e se prolonga na memória coletiva. (GIRARDET, 1987, p.82)

Essa constituição é extremamente interessante, pois os bandeirantes e o Anhanguera ainda hoje possuem domínio sobre o imaginário mitológico do povo goiano, uma vez que estão engendrados em nossa identidade coletiva, ainda que seja possível adicionar também as figuras dos coronéis e dos fazendeiros. O mito político do Anhanguera surge a partir da apropriação dessa figura histórica para fins políticos e simbólicos. Bartolomeu Bueno da Silva é celebrado como um herói nacional e regional, representando a coragem, a audácia e a determinação do povo goiano. Tal imagem mitológica foi utilizada como uma forma de enaltecer o espírito de luta que estaria presente na identidade goiana e reforçar o orgulho de pertencer ao estado. Para além disso, está associado à construção de uma imagem positiva do estado de Goiás, buscando atrair investimentos, valorizar a cultura e promover o turismo (QUADROS, 2015).

⁵ Para aprofundamento quanto à história nacional, utilizarei: *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro* (1958), Raymundo Faoro; *História Econômica do Brasil* (1969) e *Formação do Brasil Contemporâneo* (1948), Caio Prado Júnior; *Receitas Regionais: a noção de região como um ingrediente da historiografia brasileira ou o regionalismo como modo de preparo historiográfico* (2008), Durval Muniz de Albuquerque Júnior.

O nome “Anhanguera” é utilizado em várias instituições, como faculdades, rodovias e empresas, reforçando a identificação e a valorização dessa figura histórica na memória coletiva. É importante ressaltar que a composição deste mito está cheia de controvérsias e debates, pois a figura de Bartolomeu Bueno da Silva está relacionada a episódios de violência contra os povos indígenas e à exploração de mão-de-obra escravizada. Portanto, a interpretação e o significado do mito político do Anhanguera podem variar, dependendo das perspectivas históricas e políticas.

Além desses fatores, é relevante pensar a história de Goiás sob a perspectiva educacional. Miriam Bianca do Amaral Ribeiro (2011) em *Cultura Histórica e História Ensinada em Goiás (1846-1934)*, pensa cultura histórica e história ensinada em Goiás no período de 1846 a 1934. Seu trabalho busca compreender como a história era ensinada e como a cultura histórica se desenvolveu nessa região durante esse período específico. Ribeiro investiga os conteúdos curriculares, as metodologias de ensino, as representações históricas e os discursos presentes no ensino da história em Goiás ao longo desse intervalo de tempo. Portanto, a pesquisa busca compreender como esses aspectos contribuíram para a construção da identidade histórica e cultural da região e como eles foram influenciados por fatores políticos, sociais e educacionais⁶.

Ao analisar a cultura histórica e a história ensinada em Goiás, Ribeiro (2011) contribui para uma melhor compreensão da forma como o conhecimento foi construído e transmitido no estado. Seu trabalho lança luz sobre a importância da história como disciplina escolar, sua relação com a identidade regional e os impactos que esses processos tiveram na formação dos indivíduos e da sociedade goiana, em como o ensino da história influencia a construção da memória coletiva e a formação da identidade cultural de uma região.

⁶ Sobre esses aspectos, a pesquisa contribuirá para a construção da identidade histórica e cultural da região e como tal é influenciada por fatores políticos, sociais e educacionais, seriam essas: a compreensão da formação da identidade regional, ajudando a conceber como os elementos históricos e culturais específicos contribuem para a formação da identidade de uma determinada região, incluindo a análise de eventos históricos, práticas culturais, tradições, mitos e símbolos que moldaram a identidade coletiva; a análise das influências políticas e sociais, ao investigar os fatores políticos e sociais que influenciam a construção da identidade regional, a pesquisa pode revelar como as dinâmicas de poder, a estrutura social e as políticas governamentais moldaram a identidade local ao longo do tempo, a partir do estudo das políticas de identidade, movimentos sociais, conflitos e mudanças socioculturais; o impacto da educação na construção da identidade, examinando o papel da educação na formação da identidade histórica e cultural da região, isso envolve analisar os livros didáticos, as práticas pedagógicas e os discursos educacionais que moldam a narrativa histórica e cultural transmitida às gerações mais jovens; e por fim o reconhecimento e valorização da diversidade regional, investigando a construção da identidade regional, a pesquisa pode destacar a diversidade de perspectivas, tradições e grupos presentes na região, contribuindo para a valorização e o respeito pela diversidade cultural, além de fornecer percepções sobre como diferentes grupos influenciaram e foram influenciados pela identidade regional.

Debateremos também os conceitos de memória e de comemoração. Em *A Memória, a História, o Esquecimento* (2007), Paul Ricœur, sustenta que, “lembrar” é um ato que está em constante exercício. A proposta é que o segundo e terceiro capítulo da primeira parte do livro estejam presentes: *A Memória Exercitada: Uso e Abuso*, no qual haverá o diálogo entre os processos de manipulação política e ideológica do lembrar. Nesse é possível notar a vulnerabilidade da memória e suas diversas formas de representação. Abordando a dimensão ético-política tanto do abuso da memória, quanto do abuso do esquecimento, Ricoeur salienta: “O que celebramos com o nome de acontecimentos fundadores, são (...) atos violentos legitimados (...) por um Estado de direito precário. (...) Assim, (...) podem significar glória para uns e humilhação para outros.” (RICŒUR, 2007, p.95). Além disso, outra discussão importante realizada pelo filósofo francês é sobre a interação entre memória pessoal e memória coletiva. Com as análises propostas por Ricœur será possível compreender o poder que o estado ou grupos políticos possuem sobre a construção memorialística (e também identitária) de um povo. A partir das manipulações de determinadas narrativas é possível controlar comunidades contando histórias, sendo essas narrativas a afirmação simbólica das elites regionais.

Outra obra importante para a nossa pesquisa é *História e Memória* (1988) em que Jacques Le Goff destaca os conceitos de documento-monumento e suas implicações para a evocação de memórias. Já *A Imaginação Social* (1985) de Bronisław Baczko, será utilizada quando forem abordadas as representações coletivas de poder. A partir da concepção do imaginário como simbolismo, por exemplo, a maneira como os anos iniciais da república brasileira é retratado parte da representação e da exaltação de personagens e de instituições, ao invés do acontecimento em si. Nesse sentido, Baczko sustenta que a noção mitológica que nasce de determinados eventos se sobrepõe à sua factualidade, pois a sustentação do poder depende de elementos mobilizados do imaginário social.

A formação da identidade goiana, é resultado de uma combinação de fatores históricos, culturais, geográficos e sociais, refletindo a experiência única desse estado no centro-oeste do Brasil e se manifestando em diferentes aspectos da vida dos seus habitantes. É importante destacar que a identidade goiana é dinâmica e está em constante modificação, sendo influenciada pelas transformações sociais, culturais e econômicas, trazendo novas perspectivas e influências.

CAPÍTULO 1- DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (1838) AO PROJETO GOIÁS +300: REFLEXÃO E RESSIGNIFICAÇÃO (2022)

No cenário de pesquisa, preservação cultural e estudo da história, da geografia e outras ciências no Brasil, uma instituição que se destaca e conecta o passado e o presente, moldando a compreensão da identidade nacional é o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado na terceira década do século XIX. Trata-se de uma instituição que desempenha um papel fundamental na promoção do conhecimento histórico, geográfico e outras áreas, bem como, na conservação de documentos que abordam diversos aspectos da história nacional. Ao longo dos anos, o IHGB, atua como um guia para pesquisadores/as e todas as pessoas que desejam explorar distintas visões que moldaram a escrita da história da nação brasileira. Sua criação se insere em um contexto histórico ativo, marcado por mudanças políticas, sociais e culturais que caracterizaram o Brasil do século XIX. Desde sua criação, o IHGB tem se dedicado à missão de preservar e analisar documentos, registros e narrativas. Contudo, a fim de explorar, brevemente, a formação desta instituição, é importante pensarmos os aspectos sociais nos quais está inserida.

Este capítulo visa explorar a relevância e o impacto do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, através de análise de conjunturas, objetivos, atividades e membros, buscando compreender como o IHGB contribuiu para a construção da identidade nacional, para o avanço da pesquisa acadêmica e a divulgação do patrimônio histórico-cultural do Brasil. Além disso, problematizaremos sobre como essa instituição continua a influenciar o desenvolvimento intelectual e a consciência histórica brasileira na atualidade. Debateremos, também, quanto aos Institutos Históricos e Geográficos espalhados pelo território nacional, acentuando o caráter significativo da instituição presente no estado de Goiás. Desta maneira, discutiremos pontos para compreender qual o aporte para a construção das narrativas regionais.

Posteriormente, revisitaremos os conteúdos da *Revista Goianidade*, que circulou no início da década de 1990, utilizando alguns de seus artigos como referência para analisar determinadas publicações no âmbito do projeto *Goiás +300: Reflexão e Resignificação*, esse compreende uma série de dezoito volumes lançados desde 2022, abrangendo a história do Estado de Goiás. Dessa forma, poderemos obter uma síntese do desenvolvimento do pensamento histórico no estado ao longo das últimas três décadas. Examinando se ocorreram mudanças substanciais e identificando quais foram. O foco central dessa investigação recairá sobre a figura do bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera.

1.1 Confluências entre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG)

Fundado em 21 de outubro de 1838, no Rio de Janeiro, o IHGB tem sua criação inserida no contexto do período pós-independência do Brasil, no contexto de um desejo crescente de explorar e preservar a história e a cultura nacional. Diversos intelectuais, liderados por Dom Pedro II e inspirados por modelos europeus, perceberam a necessidade de criar uma instituição que promovesse o estudo e a pesquisa das bases históricas e geográficas do Brasil. O IHGB teve como objetivo reunir e revelar conhecimentos sobre a história, a geografia, a etnografia e outras áreas para composição da identidade brasileira. Teve seu estabelecimento em um momento em que se acreditava ser necessário o determinar uma identificação nacional estável. Com este intento nota-se, por parte de grupos de estudiosos, a falta de uma instituição que estivesse dedicada a pesquisa nacional. Segundo Schwarcz e Starling (2016, p.284-285):

Por isso, era premente destacar certa memória, reconhecer uma cultura e criar um ambiente favorável à nova nacionalidade. E, se no plano político uma monarquia americana era vista sob Suspeita pelas demais nações do continente, internamente era também necessário criar um sentimento de Brasil. E foi com essa intenção que se deu a fundação de um estabelecimento dedicado “as letras brasileiras”. Criar uma intelectualidade local, e não formado em Portugal, que parecia ser medida urgente. Talvez por isso, em 1838, tendo como modelo o *Institut Historique*, aberto em 1834 em Paris, formou-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), congregando a elite econômica e literária carioca. É justamente esse recinto que abrigará, a partir da década de 1840, os românticos brasileiros, quando o monarca D. Pedro II se tornará assíduo frequentador e incentivador dos trabalhos desse estabelecimento (SCHWARCZ; STARLING, 2016, p. 284-285).

Quanto ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG) sua fundação veio mais tarde, pouco mais de um século após a criação do IHGB, em 12 de outubro de 1949, na cidade de Goiânia. Sua criação também está relacionada à valorização da história e da geografia local, com enfoque específico na região de Goiás. O Instituto surgiu com o intuito de estudar e preservar o conhecimento sobre a história, a geografia, a cultura e a sociedade regional, atuando como um centro de pesquisa e referência para pessoas interessadas na história e na identidade da região. Ambos compartilham a função de promover o estudo e a valorização da história e da geografia, cada um focado em âmbitos distintos. Enquanto o IHGB abrange o Brasil como um todo, o IHGG concentra-se especificamente no estado de Goiás.

A atuação do IHGB se estendeu à promoção de debates acadêmicos, publicação de revistas e periódicos, organização de conferências e estímulo a pesquisa histórica. Ao longo dos

anos, o instituto atraiu membros considerados singulares das áreas de história, geografia, antropologia e outras disciplinas, tornando-se um centro importante para o estudo das ciências humanas no Brasil. Ao contrário da sede, o IHGG foi explorado em um plano mais moderno, já no século XX, em um contexto republicano, refletindo o desejo de explorar a fundo a participação e a identidade regional, considerando a história da região e sua contribuição para a formação do Brasil como nação.

Silva (2015), em sua tese, expôs as categorias que compuseram a formação do instituto goiano e de onde decorriam as formações intelectuais e acadêmicas dos membros. Elucidou que a produção, na primeira metade do século XX, era elaborada por médicos, advogados, jornalistas, políticos e militares⁷ sendo possível observar, autores como Americano do Brasil e Hugo de Carvalho Ramos, que comumente, buscavam formação profissional fora da região em que habitavam (SILVA, 2015, p. 120 e 125). E que para além daqueles estudiosos com formação institucionalizada havia os “autodidatas”⁸ e que há diferenças técnicas quanto as produções a partir da criação dos cursos de pós-graduação

(...) ao nos referirmos a esses estudiosos como “autodidatas”, não temos a intenção de engendrar um aviltamento ou de dirigir críticas a essa produção histórica que consistiu na primeira quadra da história da historiografia em Goiás no século XX. Intentamos, sim, ressaltar que os textos desses historiadores, não formados nos quadros da disciplina especializada, guardam singularidades teórico-metodológicas, narrativas e normativas distintas às das pesquisas elaboradas pelos historiadores que atuaram em meio a uma ambiência acadêmica, formadores de uma historiografia pós-1970. (SILVA, 2015, p.123).

Quanto ao fator de formação podemos elaborar uma questão para o debate proposto: antes de haver instituições de ensino superior havia os institutos históricos e geográficos. No

⁷ Guimarães (2011) expõe o mesmo no que diz respeito ao IHGB: “Seus autores não eram historiadores de formação, mas, ao contrário eram, em sua maioria, como os fundadores do instituto, juristas, militares e médicos.” (GUIMARÃES, 2011, p.60).

⁸ Quando Silva (2015) insere nessa perspectiva os pensadores autodidatas, nos deparamos com outro conceito proposto pelo filósofo italiano Antonio Gramsci, os *intelectuais orgânicos*. Estes não estão ligados, necessariamente, a formação acadêmica, são formadores e disseminadores de determinada classe social (que estaria contraposta a classe dominante). Na tese, Silva (2015), cita que “a partir (...) do Estado Novo, outros horizontes teóricos tornaram manifesta uma nova noção de cultura menos vinculada pela visão oligárquica de mundo, não tão comprometida com o passado, portanto, mais fitada no futuro. Marcada por uma perspectiva essencialmente urbana e de proveniência acadêmica, essa nova produção cultural se mostrava mais cuidadosa quanto à dimensão do conflito entre as classes, mais atenta às sutis e às escancaradas tentativas de harmonização das contradições sociais do Brasil. Segundo Mota (remontando Gramsci), houve, neste momento, uma paulatina substituição, nos quadros da produção cultural, da “qualificação intelectual” (“o tradicional”) pela “função intelectual” (“o orgânico”). Nos anos 50, parte considerável do labor intelectual ligou-se também às concepções do nacional-desenvolvimentismo. O nacionalismo, então, se apresentou como linha mestra de uma ideologia que impregnou as avaliações desenvolvimentistas.” (SILVA, 2015, p.61).

país as primeiras instituições de ensino superior, as faculdades, são da primeira metade do século XIX, como a Faculdade de medicina da Bahia (1808) e de Direito de Olinda (1828) e de São Paulo, além de outras. Quanto à fundação de universidades essas viriam um século mais tarde, no início do século vinte. Apresento abaixo uma tabela para pensarmos tal questão, quanto aos institutos históricos e suas disposições no espaço nacional.

Tabela 1 - Institutos Históricos e Geográficos pelo Brasil

	Ano	Sigla	Local
Sede	1838	IHGB	Rio de Janeiro/RJ
Estaduais	1862	IAHGP	Recife/PE
	1894	IGHB	Salvador/BA
	1894	IHGSP	São Paulo/SP
	1896	IHGSC	Florianópolis/SC
	1900	IHGP	Belém/PA
	1907	IHGGMG	Belo Horizonte/MG
	1949	IHGG	Goiânia/GO
	1957	IHGRJ	Rio de Janeiro/RJ
	1964	IHGDF	Brasília/DF

Fonte: autoria própria

A tabela acima expõe cinco Institutos Históricos e Geográficos, para além do IHGB, espalhados pelo Brasil. São vinte e três instituições, em vinte e um dos vinte e sete estados brasileiros, se incluirmos, como tal, o Distrito Federal. O primeiro instituto a ser construído, após o IHGB, foi o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP) e o último o Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal (IHGDF), em 1964⁹. Cada estado conta com institutos municipais, assim, o estado pode ter mais de um IHG como é o caso do estado do Mato Grosso. Desses quatro não compõem a lista, nem com sedes estaduais ou municipais, o Acre; o Amapá; o Tocantins e Roraima.

Nesse sentido, Manoel Guimarães (1988)¹⁰ desenvolve que “(...) a produção historiográfica no Brasil permanecerá até um período bastante avançado do século XIX vincado por uma profunda marca elitista, herdeira muito próxima de uma tradição iluminista.”

⁹ “(...) seriam criadas instituições semelhantes, nas províncias, diretamente subordinadas aos princípios formulados na capital do Império, onde dever-se-ia, em última instância, concentrar a soma de conhecimentos acumulados sobre o Brasil. (GUIMARÃES, 1988, p.16)”

¹⁰ Nesta dissertação cito Manoel Luiz Salgado Guimarães em duas produções diferentes: atenção voltada enfaticamente para a obra “Historiografia e Nação no Brasil: 1838-1857”, publicada em 2011 pela ANPUH e pela editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; para apoio o artigo publicado na Revista Estudos Históricos com o título “Nação e Civilização nos Trópicos: O instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”, em 1988. Para mais informações vide referências bibliográficas.

(GUIMARÃES, 1988, p.5). Como o autor propõe seria o reforço a partir do ponto de vista das elites brasileiras, já que, por optarem por essa perspectiva, o saber estaria centralizado nas mãos daqueles que ocupavam o topo da pirâmide social à época, e que estes por estarem em tal posto seriam os responsáveis por disseminar o esclarecimento para o resto da população (GUIMARÃES, 1988, p.6).

Refletindo também sobre as estruturas de pensamento constituídas para se pensar o Brasil, Astor Diehl argumentou que a elite intelectual brasileira, no último quartel do século XIX, produziu modelos explicativos conservadores e conciliadores, baseados no ecletismo, no positivismo e no evolucionismo. Essa adaptação de teorias europeias à realidade brasileira, vinha revestida, muitas vezes, servia para legitimar determinadas posições políticas de alguns grupos sociais ou também do próprio Estado. (SILVA, 2015, p.126)

Ao refletir sobre esta questão, quanto a formação e do conhecimento histórico, cito o projeto *Goiás +300: Reflexão e Resignificação* (2022), salientando sua relação com o poder e as elites regionais. Quando Guimarães (1988) sugere assertivamente que a produção historiográfica tinha bases elitistas podemos refletir se tais permanecem no tempo presente. Em uma passagem Guimarães, aborda o tema da nação e demonstra quem são aqueles que a compõe “(...) é restrito aos brancos, sem ter, portanto, aquela abrangência a que o conceito se propunha (...) construída no campo limitado da academia de letrados, a Nação brasileira traz consigo forte marca excludente (...) cujo poder de reprodução e ação extrapola o momento histórico preciso de sua construção.” (GUIMARÃES, 1988, p.7). Para o autor pensar um projeto nacional envolvia dificuldades características, uma vez que, nossa sociedade foi constituída pelo trabalho escravo negro e pelas populações originárias.

Antes de aprofundar no *Goiás +300: Reflexão e Resignificação* (2022), é pertinente refletirmos sobre a historiografia goiana de modo mais abrangente. Rogério Chaves da Silva expõe em dois trabalhos acadêmicos a constituição da produção historiográfica em Goiás. Construída desde o século XVIII e XIX, essa escrita inicialmente foi elaborada com a missão de narrar o *passado goiano* e tais relatos eram produzidos por cronistas, viajantes, estudiosos e memorialistas, determinando quais eventos eram relevantes e se mereciam ser contados

No oitocentos, Luis Antônio da Silva e Souza, Raimundo José da Cunha Mattos e José M. P. de Alencastre constituíram uma verdadeira “trindade historiográfica” em Goiás, que ficou notabilizada por registrar, cada qual à sua forma, os eventos históricos “dignos” de serem conhecidos pelas gerações posteriores. (SILVA, 2015, p.50)

Após a Proclamação da República (1889), logo no início do século XX até a década de 1960, a narrativa permanece nas mãos de memorialistas, mas passam a contar com a contribuição de genealogistas e historiadores autodidatas (como já exposto neste capítulo). Durante este período

A despeito do enfoque que esses “historiadores autodidatas” dirigiram à esfera metodológica do conhecimento histórico, manifestado por uma concepção historiográfica disposta em atingir a “verdade dos fatos” a partir do que era extraído da documentação histórica, o “fazer histórico” desses pesquisadores goianos mostrou-se atravessado, vigorosamente, pela tentativa de imprimir um conteúdo exemplar e orientador. Em seus relatos históricos, buscaram estabelecer uma gênese para a história goiana e, na concepção deles, tal origem antecedia à famosa bandeira do Anhanguera no século XVIII. (SILVA, 2015, p.454).

Quando em contato com os textos desse período, podemos notar uma reiteração dessas versões, que ao fixarem a genealogia do estado na chegada da bandeira liderada por Bartolomeu Bueno da Silva, o filho, em 1722, corrobora para a consolidação de uma tradição enraizada no estado: a valorização ao legado do Anhanguera, colocando-o como o fundador da região. Essas narrativas buscavam, também, definir e proteger as fronteiras territoriais do estado, destacando suas riquezas naturais e esboçando um perfil geográfico da região. Além disso, este ponto estabelece o debate aqui proposto, esses relatos carregavam uma perspectiva histórica que frequentemente via o passado através de suas raízes locais. Uma das principais manifestações dessa interpretação nativa – o autor utiliza “leitura nativa” – do passado regional envolvia-se na abordagem que esses estudiosos aplicavam às fontes históricas, olhar este que tendia a focalizar eventos passados que serviriam de exemplos para os contemporâneos e as gerações futuras (SILVA, 2015, p.455).

É da relação existente entre experiências do passado e carência de orientação do presente que emerge os critérios que decidem quanto àqueles, dentre o que foi o caso no passado, que “merecem” vir à superfície da história.” (SILVA, 2015, p.124).

Essa interpretação histórica estimulada pelo esforço em delimitar uma identidade regional tendia a evitar representações negativas construídas sobre Goiás. Assim, a 'decadência' da região, descrita em relatos de viajantes europeus e em relatórios de governadores e presidentes de província, não foi abordada nas explorações desses estudiosos sobre o passado de sua terra natal (SILVA, 2015, p.455). A proposta de produção acadêmica sobre Goiás começaria a ser modificada nos anos sessenta, com a instauração da Universidade Católica

(UCG – hoje conhecida como Pontifícia Universidade Católica de Goiás, PUC Goiás) e da Universidade Federal de Goiás (UFG)

em ambas as instituições, contribuíram, sobremaneira, não só para a formação de professores(as) de História (que era o foco inicial dos cursos), mas também para a constituição de uma nova comunidade de especialistas voltada para a produção de pesquisas históricas feitas sob a rubrica acadêmica. (SILVA, 2022, p.51).

Nesse sentido, podemos mencionar eventos significativos no âmbito acadêmico que ocorreram no estado de Goiás, sendo: o VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História (Anpuh), em 1971, na capital; a defesa da tese¹¹, a participação e a atuação nas universidades goianas demandas desenvolvidas pelo Padre Luis Palacin Gomes; o doutoramento de pesquisadoras – “(...) Dalísia E. Martins Doles, Maria Augusta S. de Moraes e Marivone Matos Chaim.” (SILVA, 2022, p.52) –; e a criação do Mestrado em História da UFG (1972). Esses acontecimentos sucederam nos três primeiros anos da década de setenta. Para Silva (2022), o primeiro e último evento citado são de suma importância. A ocorrência do simpósio nacional da Anpuh (1971) em solo goiano proporcionou o contato com outros pesquisadores do Brasil, além do diálogo com os professores da Universidade de São Paulo (USP), que propiciou na criação do Curso de Mestrado em História, como já manifesto.

A historiografia acadêmica que se constituiu a partir daquele momento apresentou características distintas das da produção histórica anterior: o exame heurístico e crítico das fontes históricas utilizadas, o recurso a aportes teóricos debatidos no universo acadêmico, a produção/apropriação de conceitos históricos e a formulação de hipóteses que passariam pelo crivo da crítica acadêmica (SILVA, 2022, p.52-53)

Após a breve exposição sobre a produção historiográfica goiana, podemos pensar o projeto *Goiás +300: Reflexão e Ressignificação* (2022). Se seguissemos a lógica de desenvolvimento da historiografia poderíamos idealizar que não há retrocessos e que agora, no século XXI, não mais se projetariam narrativas como as citadas no início do século XX. Contudo, nem todos os intelectuais são adeptos dessa “nova” modelagem e o projeto Goiás +300 se insere nesse escopo.

¹¹ PALACÍN, Luís. 1722-1822-Goiás: estrutura e conjuntura numa Capitania de Minas. Tese de Livre-Docência. Goiânia: IHCL: Universidade Federal de Goiás, 1972 apud SILVA, 2022, p.51.

1.2 Narrativas históricas: a *Revista Goianidade* (1992) e o projeto *Goiás +300: Reflexão e Resignificação* (2022)

Quando nos dispomos a analisar documentos históricos podemos encontrar diferenças na escrita, nas narrativas e nas construções, mesmo que tais sejam produzidos no mesmo período ou em contextos próximos. Para isso, utilizamos o método comparativo de análise. Essa é uma abordagem utilizada na pesquisa histórica para analisar semelhanças e diferenças entre diferentes contextos históricos, eventos, culturas, sociedades ou indivíduos. Permitindo que examinemos como os fatores interagem e como certos padrões podem surgir nos mais variados momentos ao longo do tempo.

Por isso utilizarei, nesse subtópico, duas produções goianas: a *Revista Goianidade* (1992) e o projeto *Goiás +300: Reflexão e Resignificação* (2022). Cabendo reforçar que há um distanciamento histórico de três décadas entre as duas publicações, assim se posicionam de maneira a corroborar com o contexto vigente e possuem particularidades específicas. Sob este aspecto voltamos a alguns questionamentos: existe continuidade na narrativa histórica do estado de Goiás? Vejamos, a partir da exposição, se esta é uma afirmativa verdadeira ou não.

Antes de dar início, cabe compreendermos os processos que levaram à criação da Revista no início dos anos de 1990. Sua publicação ocorreu no ano de 1992, pela Associação Goiana de Imprensa (1947) com a finalidade de estruturar uma identidade cultural para Goiás (SOUZA, 2017). Para o historiador Rildo Bento de Souza há dois fatores, em um período de cinco anos antes de sua realização, que culminarem em sua produção “(...) o acidente radioativo envolvendo o cézio-137¹², que ocorreu em Goiânia em setembro de 1987, e a divisão do território dando origem ao estado do Tocantins, por meio da Constituição de 1988, que veio a se concretizar no ano seguinte.” (SOUZA, 2017, p.212). Desse modo, para o autor, a revista buscava estabelecer, com urgência, um regionalismo construído a partir do sentimento de identidade e orgulho por parte dos goianos.

O autor descreveu que, com o acidente radioativo casos de discriminação com os habitantes do estado se intensificaram, afetando a economia – pois, rejeitavam mercadorias aqui

¹² “Em setembro de 1987, Goiânia, e por extensão, todo o Estado, atraíram a atenção de todo o mundo: a cidade era palco do maior desastre radiológico do planeta. Sua história pode ser resumida em poucas palavras: dois catadores de papel retiraram uma peça de chumbo de um aparelho de radioterapia, que estava abandonado desde a década de 1970, em um cômodo sem portas e sem janelas no meio de um terreno baldio, onde antes funcionava como parte da Santa Casa de Misericórdia, o Instituto Goiano de Radioterapia. Na casa de um dos catadores, a peça de chumbo foi aberta a marretadas, expondo as dezenove gramas de Cloreto de Césio-137. Logo após, venderam a peça para um ferro-velho próximo, cujo dono se interessou pela luminosidade oriunda do Césio. A partir de então, ele foi distribuído a várias pessoas. Das vítimas, quatro faleceram um mês após o acidente e centenas continuam com algum tipo de sequela até hoje.” (SOUZA, 2017, p.212).

produzidas – a cultura – com o cancelamento de congressos e a “proibição”, para com a comunidade, de viagens para outras localidades – e política – quando recursos financeiros foram destinados a descontaminação dos locais ao invés de serem investidos em outras finalidades.

Nessa perspectiva, diante de tal cenário, podemos aventar que a população goiana sofreu um forte impacto no que se refere a sua identidade, naquilo que a liga ao território onde habita. A ideia de pertencimento, de pertencer a Goiânia, de orgulhar-se dela foi abalada. (SOUZA, 2017, p.213)

A Revista contou com vinte e oito temas gerais e alguns possuíam mais de uma publicação. A temática versava entre: povos originários; resistência quilombola; expedições auríferas; patrimônio; natureza; progresso; desenvolvimento industrial e de mercado; educação; saúde; ciência; e identidade. Veja na tabela abaixo os temas centrais abarcados pela *Revista Goianidade* (1992).

Tabela 2 - Conteúdo Revista Goianidade (1992)

Revista Goianidade (1992)	
	Artigos
1º	Primeiros Habitantes Do Planalto Central
2º	Tribos Da Resistência
3º	Dos Quilombos Fez-Se Kalunga
4º	A Odisseia Do Ouro
5º	Patrimônio Monumental
6º	Os Bons Frutos Da Nossa Árvore Genealógica
7º	Muita Riqueza Para Um Lugar Só
8º	A Capital Do Futuro
9º	Pulsações Da Vida Social
10º	Fábricas De Progresso
11º	Artificies Da História
12º	A Modernidade Está No Mapa
13º	Desenvolvimento Passo A Passo
14º	Desafios Do Ensino
15º	Operação Saúde
16º	Caminhos Da Prosperidade
17º	Poder Em Nome Da Lei
18º	Tribuna Política
19º	Goiás Em Três Tempos
20º	O Turismo Começa Na Capital
21º	Grandes Jogadas Do Futebol Goiano
22º	Notícias Da Imprensa
23º	A Cultura Da Miscigenação
24º	Mestres Da Arte Em Goiás
25º	Talentos Em Pauta
26º	Em Cena, O Teatro

27º	Páginas Literárias
28º	Luzes, Câmeras E Ainda Pouca Ação
	Ser Goiano

Fonte: Índice Revista Goianidade, 1992, p.4

Na tentativa de elaborar uma discussão abrangente e objetiva veja na tabela abaixo, os títulos das produções do Volume I – História, do projeto *Goiás +300: Reflexão e Resignificação* (2022)

Tabela 3 - Capítulos *Goiás +300; Reflexão e Resignificação* (2022)

Goiás +300: Reflexão e Resignificação (2022)		
Cap.	Produções	Autor(a)
1	A Historicidade Goiana Como Transgressão Da Experiência: Da Comemoração À Conciliação	Cristiano Alencar Arrais
2	Habitar, Ocupar E Povoar: Os Primeiros Habitantes E Povoadores De Goiás	Poliene Soares dos Santos Bicalho
3	Hábitos Alimentares Dos Tapuios Do Carretão: Mudanças Ou Permanências	Marlene Castro Ossami de Moura
4	O Bandeirismo Paulista E A Colonização “Mameluca” De Goiás	Nilson Jaime
5	O Bandeirante Como Categoria Simbólica Na Colonização De Goiás No Século XX	Sandro Dutra e Silva
6	O Casarão De Fronteira: Marco Geopolítico Português Em Terras Espanholas	Luciana Helena Alves da Silva
7	A Captura Do Território: Instituições E Política Colonial Em Goiás – Da Instabilidade Dos Arraiais À Invenção De Uma Nova Sociedade	Fernando Lobo Lemes
8	Discursos Sobre A Diáspora Africana Em Goiás	Thaís Alves Marinho
9	Capítulos Da Política Imperial: Famílias, Administração E Representação Na Província De Goiás (1822-1889)	Thalles Murilo Vaz Costa
10	Os Discursos Autonomistas Do Norte De Goiás: Estado Do Tocantins	Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante Ribeiro
11	História De Goiás Na Primeira República (1889-1930)	Robson R. Gomes Filho
12	Goiás, Coronelismo E Mandonismo: A Presença Do ‘Coronel’ Na Política Regional	F. Itami Campos

13	Na Trilha Das Quitandeiras De Goiás No Início Do Século XX	Sônia Maria de Magalhães
14	Batalhões Do Norte Goiano E O Combate À Coluna Prestes	Abílio Wolney Aires Neto
15	Mudancismo Condicionado: Construir Sem Destruir	Jales Guedes Coelho Mendonça
16	Dois Golpes, Duas Consequências: Goiás, Do Estado Novo Ao Golpe De 1964	José Fábio da Silva
17	Parlamentares De Goiás (1821-1964)	Fábio S. Santa Cruz
18	Uma História, Dois Sentidos: Deposição De Mauro Borges, Ditadura E Psiquiatria	Éder Mendes de Paula
19	Caminhos De Goiás: A Encruzilhada Entre A Goianice E A Goianidade	Nasr Fayad Chaul
20	Goiás (1982-2022): De Onde Viemos, Para Onde Vamos?	Eliézer Cardoso de Oliveira

Fonte: Goiás +300: Reflexão e Ressignificação, 2022, p.7-9

Podemos dialogar uma tabela com a outra e elaborar a maneira como determinadas narrativas são construídas. Assim como Souza (2017), examinaremos os quatro primeiros artigos da revista, contudo elucidarei alguns outros trazendo em consonância com o projeto *Goiás +300: Reflexão e Ressignificação* (2022). A ordem cronológica é o que nos chama maior atenção, sendo esta bastante convencional.

A primeira produção da *Revista Goianidade* (1992) tem como título “Primeiros Habitantes do Planalto Central” (GOIANIDADE, 1992, p.5-8), aqui foi traçado uma análise quanto a formação arqueológica do estado de Goiás, investigando a chegada dos primeiros povos que aqui habitaram e explorando como viviam no território. Por outro lado, o segundo capítulo de *Goiás + 300* é intitulado *Habitar, Ocupar e Povoar: Os primeiros habitantes e povoadores de Goiás* (2022), escrito pela professora Poliene Bicalho¹³, explora inicialmente a frase “onde se vive, habita; onde se ocupa, coloniza!” pensando quanto aos primeiros povoadores e nos primeiros habitantes do estado de Goiás, que pensavam e foram pensados sobre os discursos coloniais de “descobrimento”. Esse capítulo elabora: os povos que aqui se estabeleceram, há onze mil anos, muito antes das expedições marítimas; sobre as condições que eram propícias para sobrevivência; os povos indígenas e sua socio diversidade; quanto a chegada dos colonizadores, no século dezoito; quanto as ocupações, povoamentos e colonizações.

¹³ Poliene Soares dos Santos Bicalho “Doutora em História pela UnB, professora e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado, da UEG/Anápolis.” (2022, p.45).

Mesmo que haja semelhanças estruturais entre os capítulos – como o tema, voltado para os primeiros povos e habitantes – há diferenças significativas entre eles. No segundo capítulo do *Goiás +300: Reflexão e Ressignificação*, há um importante debate quanto as diferenças etimológicas nos termos habitar, povoar e ocupar (BICALHO, 2022, p.45), contudo no primeiro capítulo da *Revista Goianidade* (1992) consta uma análise voltada substancialmente à antropologia e na discussão de que os primitivos a ocuparem o território de Goiás, não poderiam ser chamados de goianos, pois o que conhecemos da região não estava devidamente formada. Quando Bicalho (2022) chama atenção para as terminologias elabora que

Falar da história dos primeiros habitantes e povoadores de Goiás é também uma oportunidade de se pensar sobre esta importante diferença de sentidos e significados etimológicos inerentes às ações de habitar, povoar e ocupar. A primeira remete a ideia de morar, de residir, de lar; a segunda indica a chegada de pessoas em um determinado lugar supostamente desabitado com objetivo de povoá-lo, naquela recorrente duvidosa prerrogativa do ‘descobrimento’ de ‘lugares vazios, ermos, distantes’ que precisam ser ocupados – terceira proposição, que deriva do ato de ocupar –, povoados por grupos de pessoas/colonizadores que chegam como pioneiros. Eis o princípio dos discursos coloniais que irão permear a história das primeiras ocupações do Brasil, incluindo aí o interior, o sertão-Cerrado deste grande território onde se localiza o nosso atual estado de Goiás. (BICALHO, 2022, p. 45).

Tanto a *Revista Goianidade* (1992) quanto Bicalho em *Goiás +300* (2022), utilizam o pesquisador Altair Sales Barbosa em suas análises, havendo importantes diferenças em suas apresentações: na primeira publicação sua contribuição constituiria questões arqueológicas, quanto a chegada dos primitivos a América Central, seus sítios arqueológicos, relação dos seres com a fauna e flora da região e as primeiras consolidações no território brasileiro; já no texto mais recente a análise utilizada, para além da arqueológica, suscita em uma exposição antropológica “(...)marca o início da presença humana nestas paragens goianas e arredores (...) o Cerrado (...) oferecia abundantemente frutos, sementes, ovos, aves, peixes, abrigos naturais, minérios, água.” (BICALHO, 2022, p. 46-47).

Para além deste a autora levanta debates como “(...) Os Goyá (...) merecem destaque por serem (...) etnônimo (...) da Capitania, Província e (...) Estado (...) É exatamente isso, os goianos são indígenas até no adjetivo e no substantivo que carregam (...)”; sobre as resistências indígenas e dos negros africanos frente ao sistema colonial que foram tratados como bárbaros e selvagens. Aponta as origens mitológicas de uma história quanto ao mito indígena da Juriti Pepena e seu piar “(...) ave invisível que traz com seu canto maus presságios, anunciando um tempo de desgraças e infelicidades; (...) esse tempo traria consigo um monstro e por ele “tudo será revirado: as águas, a terra, os animais, as plantas os lugares sagrados. Tudo.”

(MUNDURUKU, 2018, p.8 apud BICALHO, 2022, p.55). Explica que esse monstro eram os caraíbas, que impuseram seus costumes, seus dogmas e iniciaram o processo de colonização em Goiás, que essa comunidade de homens brancos encantou e enganou os povos indígenas com o truque do fogo na aguardente. Concebe as variadas formas de ser e sentir-se goiano, em decorrência das reformulações ao longo do tempo quanto a história regional.

Dando continuidade às análises seguimos para o próximo capítulo da *Revista* “Tribos da Resistência” (GOIANIDADE, 1992, p.9-11) descrevendo os massacres que povos originários sofreram na localidade devido aos processos de colonização e que não há relatos quanto as suas vivências, antes da chegada das expedições bandeirantes, entre os séculos XVI e XVIII. A análise é superficial e não explora as problemáticas necessárias para fundamentar tal debate, colocando o indígena como reféns inertes, como se aceitassem tais situações facilmente. No *Goiás +300: Reflexão e Ressignificação* (2022), há um capítulo intitulado “Hábitos Alimentares dos Tapuios do Carretão”, escrito por Marlene Castro Ossami de Moura¹⁴. Neste a autora discorre quanto o processo globalizante e seus efeitos mundiais “Os efeitos dos processos de globalização influenciam o desaparecimento de muitas manifestações ou de produções de caráter local, como as variedades vegetais e animais, as tecnologias, os costumes e as instituições socioculturais” (MOURA, 2022, p.58). Mesmo que a questão neste não esteja vinculada integralmente ao que está proposto na *Revista Goianidade* (1992), ainda assim há consonâncias em suas elucidações.

Para explorar essa questão é utilizado como exemplo o grupo indígena Tapuios¹⁵ e em como as transformações alteraram seus modos de vida: a primeira alteração nesse contexto ocorre no âmbito do sistema agrícola, afetando o comportamento convencional na prática de cultivo, nas técnicas adotadas, nos instrumentos utilizados, nos produtos plantados e nas áreas designadas para a agricultura; a substituição da posse comum da terra nas roças comunitárias pela ideia de "propriedade em lotes" representou a primeira mudança perceptível no sistema tradicional do grupo; a relação dos Tapuios com a natureza também passou por transformações,

¹⁴ “Doutora em antropologia pela *Universite Marc Bloch de Strasbourg* (2000). Atualmente é professora titular da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), atuando no Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA) e no Programa de Pós-Graduação em História.” (2022, p. 57)

¹⁵ “(...) São o produto de uma política de aldeamento indígena, cujos descendentes são provenientes de 5 grupos indígenas que foram transplantados para o aldeamento Carretão, construído pela Coroa portuguesa em 1788 e desativado no final do século XIX. São, portanto, o resultado concreto de um processo de “individualização” étnica, a partir destes cinco grupos indígenas, originalmente distintos, como os Xavantes, os Xerente, os Kayapó, os Javaé e os Karajá, e, também, grupos de negros escravos que fugiam das fazendas de seus senhores. Hoje, eles são estimados em torno de 300 pessoas e habitual uma única reserva chamada a Área Indígena Carretão, situada entre a Serra Dourada (ou do Tombador) e o Rio São Patricio (ou Carretão), nos municípios de Rubiataba e Nova América.” (MOURA, 2022, p.59).

uma vez que as matas, anteriormente fontes de caça e solo para o plantio, foram rapidamente desmatadas e convertidas em pastagens para o gado dos fazendeiros.; a introdução do sistema de trabalho assalariado e da receita proveniente de aposentadorias e pensões também contribuiu para as mudanças observadas (MOURA, 2022).

Retomando o texto apresentado anterior, Bicalho (2022) traz importante debate quanto a convivência dos diferentes povos que compuseram a região, tecendo uma crítica ao Monumento às Três Raças, e que conversa com a problemática proposta neste artigo da *Revista Goianidade* (1992)

Em suma, na vida prática, esse trânsito entre culturas e povos diferentes é mais diacrónico do que sincrónico, muito mais guerra do que paz, ao contrário do que quis representar artista plástica Neusa Moraes, entre muitos outros – a começar por Carl Friedrich Phillipp von Martius primeira metade do século XIX –, ao idealizar a fusão harmónica entre o português, o indígena e o negro africano, grupos formadores de um ideal de Goianidade/brasilidade. Os fatos históricos e as vivências cotidianas no território goiano evidenciam não uma, mas várias formas de ser e sentir-se goiano, o que se deve à longuíssima duração histórica de resignificação e resistência dessas mesmas matrizes étnicas, especialmente a indígena e a africana desde os primeiros contatos com o europeu até o tempo presente. (BICALHO, 2022, P.55)

Seguindo com a proposta temos em terceiro lugar “Dos Quilombos fez-se Kalunga” (GOIANIDADE, 1992, p.12-13), notamos a trajetória linear proposta pela revista, a narrativa aborda os grupos de resistência formados, devido as ofensivas dos bandeirantes, sendo estes chamados de *Kalunga*, explorando também como tais se mantiveram ao longo dos séculos, havendo comunidades até os dias de hoje.

O oitavo capítulo de *Goiás +300, Discursos sobre a Diáspora África em Goiás*, escrito pela professora Thaís Marinho¹⁶, propõe questionar a promoção de subalternização de povos minoritários, no período colonial, como mulheres, indígenas e africanos em diáspora, além das relações de poder construídas sobre narrativas e representações eurocêntricas patriarcais coloniais, que passaram a ser explorados, pela historiografia regional, a partir da década de 1980. Houve um processo de extinção quanto a importância no desenvolvimento econômico e social no sertão. Elabora sobre: as religiões de matriz africana, presentes em Goiás; curandeirismo; as relações de gênero; matrimônios; classes e sobre o feminismo.

¹⁶ “Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB) e Pós-Doutora em Ciências Sociais pela Unisinos. Líder do Grupo de Pesquisa Memória Social e Subjetividade (CNPQ/PUC Goiás). Atualmente, coordena o Programa de Pós-Graduação em História e é professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião/PUC Goiás.” (2022, p.131)

(...) em relação à categoria escravizado, buscando desnaturalizar a condição de escravo, problematizando as intensas dinâmicas entre as categorias subalternizantes, como pretos (africanos), crioulos, pardos, mulatos, mestiços, cabras (nascidos no Brasil) e negros (desordeiros, quilombolas e vadios), como estratégias de manutenção da condição de escravizado (...) Esses estudos passam a ampliar a compreensão sobre a agência negociadora da negritude, além da força contestadora bastante salientada na historiografia goiana por meio dos quilombos. (MARINHO, 2022, p.135).

Conta sobre a atuação dos africanos, em Goiás, que devido a defasagem de médicos atuavam como enfermeiros, com relatos de cura por simpatias, por exemplo. Ou como desempenharam papel na mineração e na metalurgia, a partir do século XVIII. Que no século seguinte, com resultado das alforrias, muitos saíram do litoral e vieram para o interior, dessa forma não apenas homens brancos escravocratas e negros escravizados compunham o território, havendo relações multidimensionais. Contudo, estas questões foram esquecidas

Diante do contexto modernizador da “República dos Coronéis” (...) as disputas entre oligarquias locais promovem a construção da narrativa da modernização e do “novo tempo”, relegando ao passado as contradições sociais do período escravista. Assim, as categorias escravidão, negritude ou afrodescendência não foram evocadas por vários grupos de afrodescendentes antes do processo de redemocratização, quando foram valorizadas como elementos identitários de uma “goianidade” pela universidade e pelo movimento negro. (MARINHO, 2022, p.140)

Marinho em outros trabalhos sobre a mesma temática questiona quanto à romantização das comunidades quilombolas que eram tidas, de forma reducionista, como locais de fugitivos, bárbaros, baderneiros e vadios. Que esse processo de rememoração fora inaugurado quando reconhecidos pela Constituição de 1988, debatendo quanto a resistência, identidade, escravismo e africanidade. Em suas considerações finais, traz considerável comentário quanto a escrita histórica que, para além do diálogo com os textos da *Revista Goianidade* (1992) concebe importante debate com essa dissertação

Munidos de uma cosmo percepção antropocêntrica, estruturada em torno de uma racionalidade essencialista binarista, inicialmente, fundada em noções substancialistas e gradativamente transmutada para um funcionalismo utilitarista, a historiografia goiana, inicialmente, projetava como ideal o mundo civilizado, de inspiração cristã, cujo foco recai sobre a produção de riquezas econômicas. À medida que a historiografia goiana amadureceu, alargando os seus domínios, aderindo a uma perspectiva mais cultural, a partir da micro-história e da História Oral, descoloniza-se buscando perceber para além do arcabouço euro centrado as participações dos afrodiáspóricos na História de Goiás, com ênfase nas intersecções entre raça, classe e gênero. Mas ainda há um longo caminho a percorrer visando ampliar a historiografia para além da História Única. (MARINHO, 2022, p. 144)

Em síntese elabora como decorrem as transformações da historiografia de Goiás que, primariamente, tinha uma visão centrada no em princípios fundamentais, enxergando o mundo de maneira dicotômica, com ideias essencializantes. Com o ideal de mundo civilizado, influenciado pelo cristianismo, concentrando-se na geração de riquezas econômicas. Conforme a historiografia goiana se modificou, ela se expandiu para incluir uma perspectiva mais cultural, explorando a micro-história e a História Oral. Isso tem levado, em alguns casos, a uma busca de descolonização gradual, que busca compreender para além da visão eurocêntrica, destacando as contribuições dos afrodescendentes, e dos povos indígenas, para a história de Goiás, com ênfase nas interações entre raça, classe e gênero. Ainda assim há muito a ser feito para ampliar a historiografia, superando a ideia de uma história única e abraçando uma abordagem mais abrangente e inclusiva.

Seguindo para a finalização, temos o artigo “A Odisseia do Ouro” (GOIANIDADE, 1992, p. 15-17). A atenção se volta para este devido a figura de Bartolomeu Bueno da Silva e a formação do estado de Goiás, a partir de sua vinda para cá. Neste temos evidenciado a conhecida febre do ouro, período histórico com intensa corrida exploratória a procura de metais preciosos, como os arraiais e vilas foram fundados em Goiás, sobre os impostos cobrados a partir do que era coletado¹⁷ e sobre o período de “decadência” do estado. Há neste tema, três produções que reforçam este momento: “Terra de Ninguém” (GOIANIDADE, 1992, p.18) evidenciando as sociedades nômades, que se constituíram durante o período de mineração, em como eram as relações sociais sob princípios éticos e morais, além das moléstias que acometiam os povos da região; “Tempo de Preconceitos” (GOIANIDADE, 1992, p.18) explorando a tentativa de controle da região, para fortalecer o povoamento foi decretado quantidade mínima de habitantes e em como a mineração chegava ao seu enfraquecimento, tendo como início as atividades agropecuárias.

O preconceito não era apenas cultural. Eles tinham também como elemento institucional. A Câmara de Vila Boa tomou várias medidas visando impedir o fim da mineração e o avanço da agricultura. Proibia, em 1732, que houvesse a cultura da Terra e determinava que os engenhos já em funcionamento fossem

¹⁷ “Em 1700, o ouro Descoberto começou a ser tributado pela regra do “quinto” - a dedução da quinta parte do valor do ouro obtido pelo minerador. Competia ele levar o ouro minerado até as Casas de Fundição, onde este era transformado em barras e se cobrava o imposto. Previsivelmente, a sonegação foi geral, mas a coroa é estava determinada a montar uma estrutura fiscal capaz de espremer as Minas até a última gota. Criou a Intendência do Ouro, nomeou cobradores do quinto, estabeleceu registros nos caminhos de saída da região do ouro, instalou Casas de Fundição na Capitania, e ao longo dos anos foi ampliando e modificando suas modalidades de cobrança. (...) Além disso, a partir de 1751 Lisboa aumentou a pressão: o total do quinto do ouro levado às Casas de Fundição foi fixado em cem arrobas (cerca de 1500 quilos) anuais; na eventualidade de o ano se encerrar com a cota incompleta, estava prevista a derrama, um dispositivo de sobre tributação por habitante para cobrança da diferença” (SCHWARCZ; STARLING, 2016, p.122-123).

destruídos. Não vencendo a força da realidade, mudou por fim o seu curso. E diminuiu sua irracionalidade. Segundo leis da época, só poderiam ser considerados roceiros e lavrador os ricos proprietários, com grande número de escravos na roça ou no engenho. Fica, assim, evidente que o estado sempre quis impor-se ao cidadão, mesmo com leis burras. (GOIANIDADE, 1992, p.18).

E, por fim, o último subtópico “Expedições Históricas” (GOIANIDADE, 1992, p.19) revelando que com o auxílio de religiosos, intelectuais e homens públicos alguns arraiais sobreviveram a este período. Discorre, brevemente, sobre alguns pensadores há época: o Padre Luiz Antônio Silva e Souza, seria o primeiro a registrar as características da região, ainda no século XVIII (GOIANIDADE, 1992, p.19)¹⁸; Saint-Hilaire também compõe essa lista assim como Raimundo José da Cunha Mattos; e José Martins Pereira de Alencastre, que chegou à província como governador em 1836.

Retomando a revista, esses artigos iniciais apresentam uma característica intrigante: eles abordam inicialmente os primeiros habitantes do território que posteriormente se tornaria Goiás, depois passam a descrever os indígenas, seguidos pelos negros e, por último, os brancos que chegaram devido à presença de ouro na região. A ordem não corresponde a cronologia histórica correta. A análise individual de cada grupo feita pela revista resultou em uma narrativa histórica confusa e ambígua.

(...) esses 4 artigos iniciais da revista são inquietantes (...) porque enfocam os primeiros habitantes do que viria a ser o território goiano, depois descreve os índios os negros, e por fim, em decorrência do ouro que aqui havia, os brancos. A ordem é interessante, mas cronologicamente não é a correta. O artigo dedicado aos negros é anterior que a chegada dos brancos. Ao analisar cada grupo separadamente a revista produziu um sentido histórico confuso e controverso. (SOUZA, 2017, p.218)

E complementa

(...) primeiro identifica-se o diferente e depois congrega a todos sob uma mesma identidade, por mais que suas diferenças culturais sejam ressaltadas, como aconteceu no segundo artigo que abordou os índios, e no terceiro que abordou os negros, tal fato não ocorre com os brancos. Pelo discurso da revista, percebe-se que a intenção é de ressaltar o branco como o grupo hegemônico, ou seja, o que congregou, em torno de si, todos os outros. Há,

¹⁸ “(...) além de político e orador dos mais eloquentes e um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Silva e Souza deixou escrito “Memória sobre o Descobrimento, Governo, População e Coisas mais Notáveis da Capitania de Goiás” (s.d), primeiro documento sobre o modo de vida goiano, conhecido no meio intelectual como “Memória Histórica” (s.d). Escreveu, ainda, a primeira peça de teatro de Goiás, intitulada “A Discórdia Ajustada” (1819); foi um dos primeiros colaboradores e o principal incentivador do jornal “A Matutina Meiapontense” e deixou publicada a “A Memória Estatística da Província de Goiás, dividida pelos julgados de suas comarcas e na forma do elenco enviado pela Secretaria do Império” (1832) (GOIANIDADE, 1992, p.19).

portanto, uma valorização de determinado grupo, no caso o branco, em detrimento dos outros dois, o índio e o negro. (SOUZA, 2017, p.218).

Em outras palavras, a revista distingue as diferenças entre esses grupos e, em seguida, os une sob uma mesma identidade, apesar das destacadas diferenças culturais. No entanto, essa abordagem não se aplica aos brancos. Através do discurso da *Revista Goianidade* (1992), fica evidente a intenção de enfatizar os brancos como o grupo hegemônico, sendo o responsável por reunir os demais, e concretizar o ideal de civilidade. Isso resulta em uma valorização específica desse grupo, os brancos, em detrimento dos outros dois, os indígenas e os negros.

Em um momento específico do artigo, Souza (2017) elaborou quanto a construção dos mitos e heróis, formulando que para a *Revista Goianidade* (1992) há uma personagem principal, sendo este Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, pois a ele é atribuída a fundação da antiga capital de Goiás. Aqui faz-se interessante notar em como as duas obras analisadas neste momento, ordenaram a composição dessa figura: a *Revista Goianidade* (1992) expõe os bandeirantes como destemidos e valentes aventureiros¹⁹, e o projeto *Goiás +300: Reflexão e Ressignificação* (2022), fortalece essa máxima quando tragicamente reforça essa ideia ao apresentar como título inicial para a proposta apenas “Goiás 300”, restringindo a história do estado à sua formação com as expedições e nada mais para trás. Essa questão será elaborada no decorrer da pesquisa, contudo é interessante saber que o nome inicial para o projeto era Goiás 300, sem o acréscimo do “mais” a frente do numeral. Isso indicava que os coordenadores, ao contrário do que propunham, com “reflexão e ressignificação”, corroboravam com a interpretação segundo a qual a história de Goiás começava com a chegada do Anhanguera.

Percebem quão reducionista a história se torna? Sem falar no subtítulo *Reflexão e Ressignificação*, cabendo a nós pensarmos se as palavras no singular não corroborariam tal assertiva. Sobre essas questões, Guimarães (1988) elabora quanto ao pavilhão de heróis que são fabricados em decorrência das narrativas nacionalistas, recapitulando as proposições do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro

A Revista do IHGB, penetrada da concepção exemplar da história, abre uma rubrica em seu interior dedicada às biografias, capazes de fornecer exemplos às gerações vindouras, contribuindo desta forma também para a construção da galeria dos heróis nacionais. (GUIMARÃES, 1988, p.15)

¹⁹ Em “Os povoados cresceram ao compasso dos interesses dos bandeirantes paulistas, que se lançavam numa aventura pelos sertões comparável às viagens dos grandes navegadores.” (GOIANIDADE, 1992, p.15) e “A atração do ouro criava uma espécie de força motivadora capaz de superar obstáculos como percorrer longas distâncias a pé, passando por rios, cachoeiras, matas espessas, animais ferozes, índios hostis e submetendo-se a doenças.” (GOIANIDADE, 1992, p.16).

Paulo Bertran (2006, p.62) traça que “Talvez seja da humana natureza construir-se de mitos e de mistificações.” A construção da narrativa quando a chegada de Bartolomeu Bueno da Silva, o filho, ao estado de Goiás, em 1722, é construído de maneira elogiosa e apaixonada. Vale lembrar que o bandeirantismo pelo sertão brasileiro, ocorreu pela urgência portuguesa em se encontrar *El Dourado*²⁰ devido a problemas econômicos na Coroa²¹, que, há época, em 1640, se viu independente da Espanha com um movimento conhecido como restauração, que buscou a autonomia política portuguesa, após sete décadas de União Ibérica, agora então com a ascensão ao trono de Dom João IV – o restaurador – iniciando, assim, a dinastia dos Bragança. Por cerca de trezentos anos, Portugal usurpou de nossas riquezas sem ao menos investi-las na nova colônia²², com isso os colonos vinham para cá com a justificativa de enriquecimento que seria conduzido à Coroa, como desenvolveu Carlos Bresser²³.

1.3 Revisando o conceito de decadência

Gostaria, antes de prosseguir, de fazer um adendo quanto a problemática do conceito de *decadência* vinculado ao estado de Goiás. Os escritos sobre Goiás são datados a partir do ano de seu “nascimento”, sendo compostos por escritos de viajantes e historiadores autodidatas, que interpretaram a região desde a descoberta do ouro. Com o enfraquecimento da mineração, ganhou espaço nos discursos sobre Goiás a imagem da “decadência²⁴”. Nas palavras de Chaul: “dessa sociedade irá se extrair o conceito que resumirá em uma só palavra e a introduzirá numa imagem capaz de eternizações memoriais na redoma da historiografia que a envolveu por séculos: a imagem da decadência.” (CHAUL, 2010, p.41).

²⁰ Mítica cidade de ouro que estaria situada na América do Sul. O mito europeu fez com que homens se aventurassem no continente a fim de encontrá-la.

²¹ “Demorou quase dois séculos, mas Portugal jamais perdeu a esperança – a busca de metais preciosos estava no centro da sua obsessão por enriquecimento rápido (...) Em meados do século XVI, a notícia de que os afortunados espanhóis tinham encontrado uma montanha inteira de prata em meio à cordilheira dos Andes (...) fez a imaginação da Europa ferver e convenceu Lisboa de duas coisas: havia uma grande quantidade de metais preciosos no território da colônia e a única maneira de alcançar essa riqueza era penetrar no sertão.” (SCHWARCZ; STARLING, 2016, p.107-108).

²² “O ouro chegava e saía de Portugal quase instantaneamente e pelo mesmo caminho: seguia pelo Rio Tejo rumo a outros países europeus, em especial a Inglaterra, onde ia quitar as importações de uma grande variedade de produtos e manufaturas de que os lusitanos careciam integralmente.” ((SCHWARCZ; STARLING, 2016, p.123).

²³ Professor na Fundação Getúlio Vargas (FGV), doutor em ciências econômicas, com experiência em: sociologia do capitalismo, ciência política e em administração pública. Dados coletados no site da FGV EESP – Escola de Economia de São Paulo, nov 2022.

²⁴ Fazem parte dessa tradição: “De Silva e Souza (1812) a Cunha Matos (1823), do dr. Pohl (1810) a Saint-Hilaire (1816), passando por D’Alincourt (1818), Buchell (1827), Gardner (1836) e Castelnau (1843) e chegando aos historiadores contemporâneos que trataram o período da mineração e da agropecuária em Goiás, além de intelectuais de outras cepas e anônimos da escrita, a aceitação da decadência da sociedade goiana no período pós-minerador é unânime. (CHAUL, 2010, p.41).

Segundo Chaul (2010) alguns estudos têm buscado questionar essa visão da decadência de Goiás. Rogério Chaves da Silva, no artigo *Considerações sobre o Conceito de “Decadência” na Produção Historiográfica em Goiás: uma Análise acerca da Historiografia Regional do Novecentos*, publicado em 2020, discutiu como a representação da "decadência" em narrativas do século XIX, sobre Goiás, influenciou a historiografia regional. Destacando: a "historiografia autodidata" até os anos de 1960, que desfocou a decadência para construir uma identidade regional; a "historiografia acadêmica" pós-1970, sedimentou a decadência, especialmente pela tese de Luis Palacin Gomez; a pesquisa de Nasr Chaul questionou a interpretação de Palacin, mostrando respeito, mas discordância. Chaul desafiou essa interpretação predominante, substituindo-a por uma nova perspectiva que se tornou um "cânone interpretativo". A crítica de Chaul levou os pesquisadores a questionar e relativizar as representações históricas baseadas nos relatos de viajantes europeus, capitães-generais e presidentes de província. A visão estabelecida por Palacin, antes amplamente aceita, passou a ser constantemente criticada na produção historiográfica subsequente.

Assim como na dissertação de mestrado de Augustus Luiz de Souza Barbosa, intitulada *Revisitando o Velho Modelo de Decadência em Goiás* (2017), o autor elabora que ao analisar os documentos da época foi possível comparar as abordagens da administração da capitania, sua historiografia decadentista do século XX e as análises contemporâneas do século XXI. Observa que, no século XIX as procuras por ascensão social e riqueza foram interpretadas como ações de cobiça, ganância e egoísmo. Assim a historiografia do século XX absorveu o julgamento da administração da capitania, transformando a *decadência econômica* em uma queda que afetava todas as esferas sociais. Além disso, o autor destaca a falta de problematização e verificação dos dados expostos nos documentos por historiadores do século XX. Ele argumenta que as discrepâncias nas fontes não sustentam as conclusões dos historiadores desse período.

Um termo das artes musicais se encaixa no ambiente em que elas foram surgindo: a cadência. A de falta de cadência que permeou todo o processo de ocupação do território de Goiás a partir da extração aurífera. O ritmo da extração do ouro não se manteve regular o suficiente para permitir uma harmonia entre a produção de ouro e as atividades agropastoris, ou seja, o que era esperado da produção das minas não permitiu que uma progressiva expansão de negócios, a partir do ouro, pudesse desenvolver a capitania de Goiás economicamente. A sequência de movimentos encadeados perdeu o compasso, a progressão. Falta de progresso que pode não ter agradado os viajantes naturalistas desejosos de uma região mais desenvolvida com os louros da mineração. (BARBOSA, 2017, p. 142).

Barbosa (2017) destaca a influência da situação econômica dos mineradores, as políticas de juros, os desvios comportamentais e os estereótipos étnicos. Ele argumenta que atribuir a decadência à desonestidade da administração é ignorar a qualidade do ouro extraído e o papel das negociações com ouro desviado na economia da capitania²⁵. O autor sugere que a palavra "decadência" nos relatórios pode ser entendida no contexto de uma "cadência" nas artes musicais, representando a falta de ritmo que permeou o processo de ocupação do território de Goiás a partir da extração aurífera.

O historiador Paulo Bertran em *A Memória Consútil e a Goianidade* (2006) sustenta que para pensarmos a história da região devemos desempoeirar – ou *despoluir*, como ele prefere – esse conceito enraizado a nossa trajetória

Haja decadência! No caso extremo nada menos que 157 anos de “decadência”. Deve ser erro de denominação, ou erro de conceito. Deve ser, quem sabe, puro e simples desconhecimento, falta de pesquisas sobre um século inteiro, o século XIX. Em dois e meio séculos de história de Goiás quase que de todo ignora-se um século inteiro, o da “decadência”, justo quando todos os quadrantes nasciam centenas de fazendas e dezenas de povoados! (BERTRAN, 2006, p.66)

O trecho destaca a perplexidade diante da referência a um período de 157 anos como "decadência" na história de Goiás. Bertran (2006) questiona se essa denominação seria um erro ou um equívoco de conceito. A sugestão é que talvez seja resultado de desconhecimento ou falta de pesquisas, especialmente em relação ao século XIX. A crítica se aprofunda ao apontar que, em dois e meio séculos de história de Goiás, parece haver um completo desconhecimento ou ignorância em relação a um século inteiro, o qual é rotulado como o da "decadência". O autor destaca a ironia desse rótulo, já que durante esse mesmo período em que Goiás supostamente passava por decadência, muitas fazendas eram estabelecidas e diversos povoados surgiam em diferentes partes do estado. A expressão "Haja decadência!" é uma exclamação que denota surpresa, indignação ou ironia diante da ideia de rotular um longo período da história como decadente, especialmente quando há evidências contraditórias em relação ao desenvolvimento de fazendas e povoados. O autor, ao questionar a validade desse rótulo, sugere a necessidade de uma revisão crítica e mais aprofundada da história, destacando o valor de pesquisas abrangentes para uma compreensão mais completa e precisa do passado de Goiás.

²⁵ Ele destaca dificuldades como a infrequência de novos descobrimentos auríferos, condições climáticas e a principal justificativa na documentação: a falta de escravos para o trabalho nas minas.

1.4 Goiás +300: Reflexão e Resignificação - os discursos da historiografia goiana e as narrativas do projeto

Analisar, historicamente, um texto em formato de discurso, exige um olhar atento para a narrativa, sendo informações que incluem diversos recortes, como tempo, lugar, produção, objetivo e subjetividades diversas que nem sempre são possíveis de apreender. Reconhecer, ou problematizar, as complexas relações nas produções de discursos, implica em confrontar sentidos, idealizações, posturas, retóricas e distintos significados, levando em conta as confrontações, aceções, vocabulários, enunciados, silêncios, apagamentos, deslizamentos e outros movimentos que constituem o momento histórico da produção e da circulação deste tipo de documento.

Sabemos que uma fonte desta natureza é carregadora de diferentes sentidos e intenções, não pode ser tomada como algo transparente, mas sim como um recorte de determinados grupos, de poder, de afirmações e outros elementos intrincados. Ao nos debruçarmos sobre este tipo de documento, é preciso considerar, ou não ignorar, o conteúdo histórico que se propõe examinar, confrontar e problematizar. Para Marc Bloch, em *A Apologia da História* (1949)

Os homens não esperam, para dar nome aos seus atos, às suas crenças e aos diversos aspectos da sua vida em sociedade, que se tornem objeto de uma investigação desinteressada. O seu vocabulário recebe-o a história, portanto, na maior parte dos casos, da própria matéria do seu estudo. Ela aceita-o, já usado e deformado por uma longa tradição. (BLOCH, 2001, p.137)

Neste capítulo, trataremos de fazer um breve confronto a respeito do discurso de posse na presidência do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás²⁶, proferido no dia cinco de maio de 2021, pelo promotor de justiça e doutor em História pela Universidade Federal de Goiás, Jales Guedes Coelho Mendonça. Este pesquisador é um dos coordenadores do projeto analisado nesta dissertação: *Goiás +300: Reflexão e Resignificação* (2022). Buscamos, neste item recortar algumas passagens e confrontá-los com produções publicadas.

Mendonça iniciou sua conferência, ressaltando uma história do Egito Antigo, que reconheceu e exaltou como gloriosa: a expansão realizada pelo Rei Sesóstris. O autor expôs que, após conquistas territoriais a figura em questão retornou ao Egito “(...) arrastando atrás de seu exército uma multidão de escravos” (MENDONÇA, 2021, p.15). Podemos observar, nesta sentença, que há uma exaltação à essa personagem independente dos acontecimentos, levando

²⁶ O discurso na íntegra consta na edição número 32, da Revista do IHGG, de 2021, página 15.

em consideração, de forma destacada, um perfil “vitorioso”. Contudo, é necessário pensarmos essa narrativa para além dessa afirmação. O historiador e antropólogo senegalês Cheikh Anta Diop, em *The African Origin Of Civilization* (1974), elaborou que:

Vemos o Rei Sesostris retornando de uma expedição contra esses Sulistas; vários cativos precedem o seu carro. Mais adiante, o monarca oferece aos deuses locais dois grupos de prisioneiros, evidentemente pertencendo a estas tribos selvagens, uma oferta consagrada aos poderosos protetores da civilização, os quais sorriram sobre a punição dos seus inimigos (...) estes homens, amarrados juntos, quase completamente nus, exceto por uma pele de pantera sobre seus lombos, distinguem-se pela sua cor, alguns inteiramente pretos, outros marrom escuro. O ângulo facial longo, o topo da cabeça bem plano, a combinação de características grosseiras e um corpo geralmente frágil, caracterizam um tipo especial, uma raça no mais baixo degrau da escada humana (...) as horríveis caretas e contorções que contraem os rostos e membros desses homens revelam hábitos selvagens; a estranheza daquela raça, em que o sentido moral parece quase inexistente, tenderia a colocá-la em um plano mais ou menos intermediário entre o animal e o homem. Esses fatos são ainda mais marcantes quando comparados com a nobre, atitude séria de seus captores egípcios. Este contraste impressionante demonstra suficientemente que a antiga população nas margens do Nilo era tão apartada das espécies de Africanos do Sul quanto daquelas dos povos Asiáticos (DIOP, 1974, n.p)

Ou seja, após uma invasão militar contra os povos do sul do continente africano, o Rei Sesóstris retornou para casa com prisioneiros de guerra, destacando as características físicas desses em relação aos povos do Egito, apresentando os contrastes quanto: as cores das peles, os traços faciais, as vulnerabilidades dos corpos e afins. Tais observações são usadas para destacar a estranheza desses prisioneiros em comparação dos povos citados, sugerindo que eles pertencem a uma raça ou grupo cultural diferente. O autor também compromete que esses prisioneiros parecem ter um senso moral menos desenvolvido do que os egípcios, sinalizando que estão em algum lugar entre os animais e os seres humanos em termos de civilização. De modo geral Diop (1974) usa dessa descrição para destacar as diferenças marcantes entre os povos do Egito e os demais, enfatizando a superioridade desta civilização em relação a esses grupos estrangeiros. É importante lembrar que esse tipo de descrição é influenciado pela visão eurocêntrica e etnocêntrica que era comum na época em que o texto foi escrito, e não reflete necessariamente uma avaliação precisa ou justa dessas culturas.

Nota-se divergências na exposição de uma história única, uma que destaca “heróis” e outra história que destaca grupos “oprimidos”. Nas histórias de heróis contamos com narrativas que, geralmente, destacam indivíduos ou grupos que desempenham, ou desempenharam, papéis de poder em um período histórico. Aqui, as personagens são frequentemente retratadas como

corajosas, fortes, habilidosas e virtuosas, adjetivos utilizados, com frequência, nesta forma de narrativa. Trata-se de grupos caracterizados por ações de enfrentamentos aos desafios e obstáculos que podem incluir inimigos ou vilões, e suas ações são admiradas e comemoradas. O foco está na superação de adversidades e na busca da justiça, muitas vezes com o triunfo do bem sobre o mal como tema central. Essas histórias têm o propósito de inspirar, transmitir valores e celebrar o heroísmo, assim como, silenciar outros grupos.

No discurso de posse proferido por Jales Mendonça, pode-se inferir um modo de reverência atribuída às personalidades que constituem o grupo de expansionistas e aventureiros, pois além de referendar as conquistas do Rei Sesóstris, Mendonça, destacou a figura de Napoleão Bonaparte

Na história da humanidade, vários líderes expansionistas que conheceram as maiores glórias experimentaram também, em vida, o reverso da moeda. Talvez o melhor exemplo repouse na individualidade de Napoleão Bonaparte. Amparado por suas vitórias militares, Bonaparte chegou a conquistar quase toda a Europa ocidental. (MENDONÇA, 2021, p.15)

Em um trecho subsequente, o autor fez alusão, de maneira reiterada, ao bandeirantismo, ressaltando enfaticamente a necessidade de preservar este passado. O destaque se manifestou tanto na referência à estátua do Anhanguera quanto na evocação da celebração dos trezentos anos da chegada desse bandeirante ao estado de Goiás. Em outro trecho o autor expôs que:

Equilíbrio que igualmente defendo no tratamento ao nosso dúbio legado bandeirante. Indagado recentemente sobre meu apoio ou não à retirada da estátua do Anhanguera do centro de Goiânia, advoguei uma solução conciliatória, isto é, a edificação de uma estátua de Damiana da Cunha, em frente àquela e com as mesmas dimensões. Desse modo, homenagear-se-ia a desconsiderada história dos indígenas e das mulheres ao mesmo tempo em que se preservaria o emblemático marco anhanguerino. (MENDONÇA, 2021, p.18)

Indaga-se a respeito da solução apresentada para a questão de monumentos coloniais: deve se limitar à construção de novas peças de arte com significados, como o citado “marco anhanguerino” ou realizar debates formativos sobre as circunstâncias envolvidas? Imaginar que há outras demandas com que se preocupar para além da derrubada de estátuas é, mais uma vez, violentar a história dos corpos daqueles que sofreram com o dito processo colonizatório. A proposta do autor, consiste em uma abordagem conciliatória para tratar desse legado ambíguo e, propriamente, desrespeitoso, pois parece ser preciso compreender qual a utilidade desses elementos na composição do espaço social brasileiro

Sabe-se que, para ser duradoura, toda dominação deve se inscrever não somente sobre os corpos dos sujeitos, mas também deixar marcas sobre o espaço que habitam, bem como traços indelévels no seu imaginário. A dominação deve envolver o assujeitado e mantê-lo em um estado mais ou menos permanente de transe, de intoxicação e de convulsão — incapaz de refletir por si com toda a clareza. É somente assim que a dominação pode levá-lo a pensar, agir e se comportar como se estivesse irremediavelmente preso nas redes de um insondável sortilégio. (...) Compreende-se que, nesse contexto, as estátuas e os monumentos coloniais não eram, em primeiro lugar, artefatos estéticos destinados ao embelezamento das cidades ou do quadro da vida em geral. Tratava-se, ao fim e a cabo, de manifestações de absoluta arbitrariedade. As potências de branqueamento eram a extensão escultural de uma forma de terror racial. Ao mesmo tempo, eram a expressão espetacular do poder de destruição e de encobrimento que, do princípio ao fim, anima o projeto colonial. (MBEMBE; MONTEIRO; RODRIGUES, 2020, n.p)

A citação, presente na *Revista Rosa* (2020) sob autoria de Achille Mbembe e tradução de Juliana de Moraes Monteiro e Carla Rodrigues, enfatiza que a dominação eficaz não se limita a controlar as pessoas, mas também busca deixar uma marca duradoura em seu ambiente e afetar profundamente seu estado mental. Isso é alcançado ao manter os dominados em um estado de desorientação e influência constante, impedindo-os de pensar claramente. As estátuas, assim como outros monumentos coloniais não eram, e não são, objetos de arte decorativas, mas sim manifestações do poder abusivo e opressivo das potências coloniais que eram usadas para reforçar o terror racial e encobrir a natureza do projeto colonial.

Mas, sobretudo, não existe dominação sem uma espécie de culto dos espíritos, nesse caso o espírito-cão, o espírito-de-porco, o espírito-canalha tão característicos de todo imperialismo, ontem como hoje. Por sua vez, o culto dos espíritos requer, por completo, uma maneira de evocação dos mortos — uma necromancia e uma geomancia. Desse ponto de vista, as estátuas e os monumentos coloniais realmente pertencem a esse duplo universo de necromancia e geomancia. Eles constituem, propriamente falando, as ênfases caricaturais desse espírito-cão, desse espírito-de-porco, desse espírito-canalha que anima o racismo colonial e o poder de mesmo nome — como, de resto, tudo o que veio depois: *a pós-colônia*. (MBEMBE; MONTEIRO; RODRIGUES, 2020, n.p).

A ideia de "culto aos espíritos" implica que a dominação colonial requer uma mentalidade de idolatria à submissão e a exploração de outros povos. Mbembe argumentou que as estátuas e monumentos coloniais são expressões exageradas dessa mentalidade opressiva e insensível que reforça o racismo colonial e o poder associado a ele. Resumidamente, o trecho destaca como a dominação colonial é enraizada em uma mentalidade prejudicial e degradante. A presença desses monumentos nos espaços públicos tem como objetivo reforçar a brutalidade cometida no passado e que permanece assombrando as lembranças.

Essas estátuas celebram, a cada manhã de nossa vida, o fato de que, na lógica colonial, fazer a guerra às “raças inferiores” era necessário para o progresso da “civilização”. Que tantos monumentos sejam consagrados à glória dos soldados e dos militares indica a que nível de profundidade jaz agora, no nosso inconsciente coletivo, a naturalização do massacre. Tudo está aí, portanto, nesses monumentos de nossa própria derrota: a celebração de um nacionalismo estrangeiro guerreiro e conquistador; os valores conservadores herdados do contra Iluminismo, que encontram um terreno de experimentação privilegiado nas colônias, as ideologias de desigualdade nascidas com o darwinismo social; a morte reificada que acompanha o conjunto; e, atualmente, a abjeção que, por toda parte, nos persegue, sem repouso ou piedade, tanto no exterior quanto aqui mesmo, na nossa casa. (MBEMBE; MONTEIRO; RODRIGUES, 2020, n.p).

Quanto aos monumentos de celebrações coloniais presentes nos países africanos, há muitos aspectos similares, como pode-se notar a partir da citação abaixo

Na verdade, não existe um único pequeno aventureiro branco, garimpeiro de ouro ou diamante, pirata, torturador, caçador, ex-funcionário do governo (...) ou ex-administrador penitenciário que não tenha uma viela em seu nome em uma ou outra das numerosas cidades do país. Todos esses espíritos verdadeiramente infames e lamacentos acostumados durante a vida a sempre se inclinar para aquilo que é baixo e abjeto (o racismo), atualmente rondam todos os países e espalham seu rosto, como almas errantes e sombras decepcionantes que a história rejeitou. Todos eles deixaram seus traços aqui, tanto nos corpos dos africanos que eles marcaram com queimaduras e flagelos (um olho arrancado aqui, uma perna quebrada ali, à mercê de mutilações, de repressões, encarceramento, torturas e massacres), quanto na memória das viúvas e dos órfãos que sobreviveram às violências e brutalidades. (MBEMBE; MONTEIRO; RODRIGUES, 2020, n.p).

Em matéria publicada na Revista Jacobina, em 2021, o autor Enzo Traverso elabora que a ideia propagada pelas sobre a derrubada de estátuas como apagamento histórico, resultando em esquecimento, nada mais é do que falaciosa. Primeiro, deve-se pensar que a construção de monumentos e esculturas em espaços públicos, não é para mera observação estética, como já exposto anteriormente, mas também diz respeito a quem tem poder para impor quais figuras serão homenageadas. Para Traverso (2021), derrubar as estátuas do Anhangüera, por exemplo, não resultaria no seu completo esquecimento.

Retomando a apresentação do *Goiás +300: Reflexão e Ressignificação* (2022), Nilson Jaime e Jales Mendonça, se posicionam quanto a esses monumentos, da seguinte forma “Para os coordenadores do Projeto *Goiás +300*, retirar ou erigir monumentos de bronze não restituirá a pureza perdida, nem apagará a história vivida.” (2022, p.14-15). Ou seja, para eles a remoção ou construção de monumentos não resolverá ou restaurará, nem apagará a história que foi vivida. Essa expressão "pureza perdida" pode se referir a eventos ou ações do passado que

foram controversos, polêmicos ou que causaram impacto negativo. A ideia transmitida é que manipular ou substituir monumentos físicos não é suficiente para corrigir ou apagar os acontecimentos históricos complexos e as nuances associadas a eles. Podendo sugerir a necessidade de uma abordagem mais profunda e holística para lidar com as questões históricas e culturais que envolvem esses monumentos.

A contradição surge quando os coordenadores do projeto o apresentam como uma análise contemporânea da história regional, ao mesmo tempo em que ignoram os crescentes debates relacionados à problemática dos monumentos erigidos em homenagem a figuras que marginalizaram comunidades inteiras. São personagens que representam períodos de extrema violência e que continuam sendo exaltados e enobrecidos. Vale lembrar que tais discussões não estão situadas apenas no Brasil, mas tem ocorrido em todo o mundo globalizado.

Como já evidenciado, nesta dissertação há duas construções de narrativa, sendo que as histórias dos oprimidos, diferente da história dos heróis, direcionam sua atenção para indivíduos ou grupos que enfrentam e/ou enfrentaram injustiças, opressões ou desvantagens. Os protagonistas dessas narrativas frequentemente vivenciam dificuldades, discriminações, explorações e violências, e o foco está em suas lutas e desafios. O objetivo dessas histórias pode ser dar voz aos marginalizados, destacando as injustiças sociais ou lutando pela igualdade e pelos direitos humanos. Explorando temas como resistência, empoderamento e a busca por mudanças, muitas vezes abordando questões de relevância social, política, cultural e econômica²⁷.

1.5 – Como se escreve a história de Goiás?

Retomando o discurso de posse exposto no início desse tópico/subtópico há citação quanto a construção dos Institutos Históricos e Geográficos Brasileiros, como vem sendo abordado neste capítulo. Guimarães (2011), explora como desenrolou a proposta de pensar a identidade brasileira, após trezentos anos de dominação e exploração Portuguesa. Em 1840

²⁷ Há alguns autores que elaboram quanto as discussões sobre essas duas formas de narrativa, sendo eles: *O Poder do Mito* (1991), sendo esta obra a transcrição de uma entrevista que o escritor Joseph Campbell concedeu ao jornalista Bill Moyers, no primeiro semestre de 1988, aqui o autor elabora que há um padrão recorrente nas histórias de heróis encontradas em mitos e religiões de diferentes culturas em todo o mundo. Ele argumenta que essas narrativas compartilham elementos comuns que refletem aspectos universais da jornada humana; Frantz Fanon, psiquiatra e filósofo político, em *Os Condenados da Terra* (1968), o autor descreve as experiências dos oprimidos nas sociedades coloniais; por fim a teórica e crítica indiana Gayatri Chakravorty Spivak, na obra *Pode o Subalterno Falar?* (2014), aborda a questão da representação e do poder nas narrativas, questionando se aqueles que são oprimidos têm a oportunidade de serem ouvidos ou representados de maneira justa.

lançam uma premiação para o trabalho que melhor descrevesse a história nacional e a honraria foi conquistada pelo pesquisador alemão, em 1847, Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868)²⁸, que foi enviado pela Corte de Viena, em 1817, a fim de realizar uma expedição de naturalistas que deveriam investigar as questões naturais brasileiras, explorando a fauna e a flora da região.

Na obra *Como se Deve Escrever a História do Brasil*, Martius (1845, p.382) destacou que o país era composto por três raças “(...) a branca; a cor de cobre; e a preta” e defendia que havia um convívio harmonioso dentre esses indivíduos. Expôs a importância dos afrodescendentes – negros escravizados – na construção do Nação e reconheceu sua efetiva contribuição para seu desenvolvimento. Martius sugeriu que os afrodescendentes, poderiam ter uma maior resistência física em comparação com os brancos.

(...) procura demonstrar "a inevitabilidade da presença branca como forma de assegurar a plena civilização", excluindo, desde já, a possibilidade de incorporação dos negros e dos indígenas como agentes dessa nova nacionalidade. Pelo contrário, serão apresentados como fatores de impedimento ao processo civilizador. É bem verdade que, com relação aos nativos, há uma tentativa de incorporá-los mitologicamente ao conjunto simbólico de formação da nação. (NEVES, 2001, p.42)

No entanto, é importante notar que essa afirmação não se baseia em uma crença no determinismo biológico²⁹, mas em uma ideia que estava presente em alguns discursos há época. Esse tipo de afirmação era frequentemente usado para justificar a escravidão, sugerindo que os afrodescendentes eram fisicamente mais capazes de suportar o trabalho árduo. Essa ideia, de determinismo biológico, destaca a natureza vazia dos argumentos usados para justificar a escravidão com base em supostas diferenças naturais entre grupos étnicos. Portanto, embora Martius tenha reconhecido a contribuição dos afrodescendentes para a construção da nação brasileira, é importante entender a crítica a ideia de que essa contribuição estava relacionada a supostas diferenças biológicas, quando na realidade era resultado de circunstâncias sociais e históricas, incluindo o sistema escravista.

Em artigo publicado na *Revista de Ciências Sociais*, em 2001, Frederico de Castro Neves (2001, p. 42), relatou que devido a maneira como os negros escravizados não foram incorporados ao ato inaugural como um dos elementos que compõem a "mescla das três raças,

²⁸ “(...) entre 1817-1829, juntamente com J. B. von Spix, empreendera uma viagem pelo Brasil. Dessa experiência, nasceu a obra em três volumes dos dois autores, *Reise in Brasilien* (Viagem no Brasil), que foi traduzida por iniciativa do IHGB, em 1938, na ocasião de seu centenário de fundação.” (GUIMARÃES, 2011, p. 127).

²⁹ Ideia de que as características biológicas dos seres humanos influenciam o seu sucesso ou fracasso.

lançando os alicerces para a construção do nosso mito da democracia racial”. O historiador expôs que

O descobrimento, assim instituído mitologicamente - na medida em que sua origem se perde no tempo histórico, fornecendo "uma solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos na realidade – como gênese da sociedade brasileira, possui, entretanto, outro importante efeito simbólico: ocultar os elementos que conformaram a chegada dos portugueses, o estabelecimento da colonização e suas características fundamentais (NEVES, 2001, p.43).

A citação acima, ao analisada, aborda a maneira como o "Descobrimento do Brasil", ocorrido em 1500, é frequentemente retratado de forma mitológica e idealizada na história e cultura brasileira. A análise crítica dessa representação é fundamental para entender a construção da identidade nacional e os aspectos ocultos da colonização. O termo "instituído mitologicamente" refere-se que a narrativa do “descobrimento” foi ajustada ao longo do tempo para criar uma versão idealizada e heroica desse evento, ao invés de reconhecer as complexidades e consequências que ocorreu com o encontro entre culturas, sendo, frequentemente, apresentado como um ato épico e glorioso. Isso pode ser atribuído a vontade de se criar um mito fundador que unisse o país em torno de uma só história.

No entanto, essa idealização tem um importante propósito simbólico. Ela funciona como uma solução para resolver tensões, conflitos e contradições que não encontram formas de serem resolvidos na realidade³⁰. Isso significa que a mitificação do “descobrimento” permite que a sociedade brasileira evite confrontar os aspectos reais, complexos e perturbadores da colonização. Por exemplo, ela pode ocultar a exploração brutal dos povos indígenas, a introdução do sistema de escravidão africana e a imposição da cultura europeia sobre as culturas nativas. Com esse efeito romantiza-se a exploração portuguesa e idealiza-se o “descobrimento”, deixando de lado detalhes históricos que são essenciais para entender a veracidade do processo colonizatório.

Mas instituir historicamente a nação brasileira é, para a historiografia tradicional, conectá-la diretamente ao mundo europeu e português, procurando nas origens da monarquia ibérica as raízes da nacionalidade brasileira. Assim, para Varnhagem, "não existe descontinuidade entre o Estado

³⁰ “No Brasil, o processo se alastrou por entre a academia através do diplomático argumento de que a miscigenação aproximaria os povos. O argumento da “aproximação entre povos”, por sua vez, suaviza a “negação do negro” dentro desse discurso. De modo que, no mesmo discurso, se fazem presentes, tanto a terna justificativa da “aproximação entre povos”, quanto a “anulação do negro”, que, uma vez “clareado”, tenderá a buscar o seu completo branqueamento, em detrimento de seu passado negro sofrido, do qual ele deseja se libertar.” (BICALHO, SANTANA, 2019, p.24).

português e o Estado brasileiro, pois o primeiro é a base sobre a qual se assenta o segundo", o que garante não só um processo pacífico e linear de independência, como reforça que "unidade territorial e unidade racial se integram e se confundem na mística de que só uma nação unitária tem condições de sobreviver". (NEVES, 2001, p.44).

Neves expressa que “A partir dessa perspectiva, a chegada dos portugueses (...) pode ser apresentada pela historiografia como "povoamento" e a submissão de indígenas e africanos (...) passa a ser simplesmente mostrada como (...) "colonização." (NEVES, 2001, p.44) e que dessa forma “Justifica-se a matança pela incapacidade "demográfica" do indígena, sua inferioridade eugênica, que não consegue adensar a sua presença no território nem tampouco aproveitar as riquezas naturais de uma terra.” (NEVES, 2001, p.44-45). É mais uma vez implementar um discurso eugenista e violento contra esses povos subjugados.

Após a apresentação acima, podemos retomar ao discurso de Mendonça (2021), que diz o seguinte sobre o naturalista

Dando concretude a essa meta, o IHGB lançou um concurso, vencido por Carl Von Martius com a tese intitulada “Como se deve escrever a história do Brasil”. Nela, Martius defendeu que as narrativas históricas deveriam enfatizar o cruzamento racial e cultural entre brancos, negros e índios – traço singular de nossa população em relação às demais. (MENDONÇA, 2021, p.16).

De maneira sintomática o autor esqueceu de pontos fundamentais e preservou uma ideia romântica da história do Brasil, pois ao enfatizar o "cruzamento racial e cultural", o discurso tende a reduzir a complexidade da identidade brasileira a uma única dimensão. Sabe-se que a identidade nacional brasileira, e de demais países que foram colonizados e escravizados, é multifacetada e não pode ser resumida apenas ao aspecto racial e cultural. Ignorar outras dimensões da identidade, como a econômica, os aspectos sociais, as questões históricas e a política, pode levar a uma visão incompleta e tendenciosa da nação. Essa ideia de que a particularidade brasileira está concentrada no cruzamento de raças pode perpetuar uma visão essencialista da identidade racial. Isso implica que a identidade de uma pessoa está determinada pela sua raça, o que é problemático, pois desconsidera a complexidade das identidades individuais e a influência dos fatores citados acima.

Essa fala negligencia outras influências significativas na formação da identidade brasileira, como a contribuição de imigrantes de diferentes origens étnicas, as dinâmicas regionais e as questões sociais e políticas. Silenciando as vozes e experiências de grupos marginalizados, como quilombolas, indígenas e afro-brasileiros, que tem suas próprias individualidades e identidades e que legitimaram, e muito, a construção da identidade nacional.

Ou seja, o problema dessa parte, especificamente, não está em reconhecer a diversidade racial e cultural do Brasil, mas sim em reduzir a complexidade da identidade brasileira a uma única dimensão e em potencialmente excluir outras influências e vozes importantes na construção dessa identidade. É importante considerar uma abordagem mais abrangente e inclusiva ao discutir a identidade nacional brasileira.

O "Descobrimento do Brasil", assim, como elo fundamental de conexão entre a nação brasileira e sua pretendida origem europeia, aparece na historiografia oficial como um "fato" consumado, história vivida, verdade absoluta - quando é discurso, versão, interpretação. A memória histórica assim constituída pode selecionar os elementos da lembrança e do esquecimento, realizando seu "trabalho de enquadramento" que conforma e limita as memórias individuais, fornecendo "um quadro de referências e de pontos de referência, que constituem um "investimento simbólico" significativo, em que "o ocultamento do presente através de um obsessivo resgate do passado" é sua maior consequência. (NEVES, 2001, p. 47)

Importante destacar que essas categorias – história dos heróis e história dos oprimidos – não são rígidas, e as narrativas podem conter elementos de ambos os tipos. Além disso, a percepção de quem é considerado um herói ou oprimido pode variar de acordo com o contexto cultural e histórico. Muitas vezes, as histórias dos oprimidos buscam desafiar narrativas tradicionais que glorificam heróis e oferecem uma alternativa, enfatizando questões de justiça social e direitos humanos. Essas histórias desempenham papel importante na promoção da consciência social e na busca por mudanças positivas na sociedade.

1.6 As narrativas bandeirantistas: movimentos de reformulação e de manutenção da história

Diante disso, é pertinente problematizar as reformulações e as manutenções de narrativas históricas de forma que possamos pensar no quanto este movimento é fundamental para manter a escrita de uma história única, confrontando com uma perspectiva plural. Como expressou Neves (2001), isso não é recente, é um curso que parte de anos atrás

De fato, este texto do ano 2000 inova apenas ao substituir "vieram" por "ser trazidos" e "desembarcaram" por "foram desembarcados", tal como era usual na historiografia tradicional até a década de 1970, o que não deixa de ser indicativo de uma abordagem que não nega o caráter de migração compulsória. Contudo, esta substituição, por si só, não menciona nem explícita a violência da escravização ou do cotidiano da escravidão. Pretende-se apresentar um processo harmônico e pacífico que legitima a comemoração em torno da efeméride e a homenagem a "toda a riqueza da nossa cultura, dos

nossos talentos, valores e origens". Para tanto, os escravos são apresentados apenas como "africanos", a "raça preta ou etiópica" de Von Martius, diluindo as contradições de um gigantesco processo de imposição violenta do trabalho e a instituição de toda uma cultura baseada na exclusão e na segregação. Oculta-se, desta forma, que os "africanos" foram inseridos compulsoriamente em relações de trabalho determinadas - relações sociais escravistas!" (NEVES, 2001, p.45).

Quando analisado o discurso (2021) é possível executar processo de assimilação com a apresentação do projeto *Goiás +300: Reflexão e Ressignificação* (2022), dos autores já citados, que em um ponto específico utilizam a seguinte afirmação “As bandeiras e monções eram formadas, em sua maioria, por “mamelucos”, filhos, netos e bisnetos dos indígenas do Planalto de Piratininga.” (JAIME; MENDONÇA, 2022, p.12). Aqui, é possível retomar Neves que registrou

Hoje, em pleno ano 2000, a versão atualizada do discurso tradicional nascido do IHGB permanece insistindo na ideia do descobrimento como "o cerne e o coroamento da aventura portuguesa pelos mares do mundo", apresentando a mesma narrativa linear de conexão entre a história da Europa e a história brasileira. (NEVES, 2001, p.47)

Na apresentação do projeto *Goiás +300: Reflexão e Ressignificação* (2022), ao tomar o termo mamelucos para definir um povo, nota-se uma tentativa de minimizar os danos causados pelos bandeirantes. Ainda que tenhamos que considerar o contexto histórico – lembrando que expressões são frutos do tempo histórico, como qualquer outra expressão, dependendo do contexto – há um determinismo imposto, que nesta conjuntura, parece indicar uma tentativa de evidenciar não brancos, como menos piores, a pessoas que se assemelham aos povos oprimidos, ou seja, tais deixam de ser paulistas, brancos, descendentes de europeus, para serem aproximados dos povos que foram caçados, presos, escravizados e assassinados.

Sobre isso, a nota de rodapé, presente na apresentação do projeto *Goiás +300: Reflexão e Ressignificação* (2022), demonstra que

Embora sabedores da importância do sistema hierárquico nas relações sociais, os editores não utilizam o termo “mameluco” como afirmação da hierarquia liberal do século XIX, mas como vocabulário esclarecedor de que a colonização de Goiás não se deu unicamente por europeus, mas, principalmente, por mestiços paulistas, descendentes há várias gerações de indígenas e europeus. Um termo como colonização euro-indígena, por exemplo, não deixaria claro o modelo aplicado a Goiás. (JAIME; MENDONÇA, 2022, p.12).

É interessante notar como essas narrativas, sejam histórias de heróis ou oprimidos aqui mencionadas, bem como o discurso do presidente do IHGG, revelam a forma como o conhecimento se manifesta em nossa sociedade e analisando as teorias apresentadas, até este momento, auxilia na reflexão quanto a questão bandeirante. Conforme ressaltou Coelho (2022, p.71), as descrições vêm de encontro com uma proposta de lição imortal de grandes exemplos pelas memórias que evocam e não apenas celebram o passado, mas também educam as gerações presentes e futuras sobre a história e os valores que moldaram a nação.

A origem das vozes que defendem o bandeirantismo não é constituída de forma simples, pois como explicado na introdução desta dissertação, propomos examinar três momentos históricos distintos que contribuíram para essa temática, para além das expedições paulistas dos séculos XVII e XVIII. O primeiro desses é o *Movimento Bandeira*, que teve origem em São Paulo, concebido por dois modernistas, Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia, entre os anos de 1935 e 1937. Sua finalidade, resumidamente, era combater o comunismo³¹, o integralismo³² e o liberalismo³³, pois acreditavam que essas ideologias reforçavam a influência estrangeira. Propuseram uma abordagem alternativa, como uma 'quarta via', que será explorada ao longo deste estudo, como explicitou

O ideário bandeirista teve suas origens no grupo verde-amarelo, tanto na articulação das ideias quanto na composição dos integrantes, com exceção de Plínio Salgado, que se tornaria o principal líder do movimento Integralista (...) Não reconhecemos que o integralismo e o bandeirantismo sejam movimentos com profundas diferenças, mas é importante destacar algumas discrepâncias: o integralismo é contrário à autonomia dos estados, e o bandeirismo é

³¹ O comunismo é uma ideologia política e econômica que busca a igualdade de classes por meio da abolição da propriedade privada e da implementação da propriedade coletiva dos meios de produção; propõe a eliminação das desigualdades sociais; a distribuição equitativa dos recursos e a criação de uma sociedade sem classes sociais, onde os bens são compartilhados em benefício de todos. Tal foi inspirado nas obras dos alemães Karl Marx, podendo citar *A Ideologia Alemã* (1932), *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* (1952) e sua obra mais conhecida *O Capital* (1867), e Friedrich Engels, autor de *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* (1845), *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico* (1880) e *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (1884), além dos livros publicados em conjunto pelos dois autores como *A Sagrada Família* (1844) e o celebre *O Manifesto Comunista* (1848).

³² O integralismo é um movimento político e ideológico que surgiu no Brasil nas décadas de 1930 e 1940, liderado por Plínio Salgado, e que tem adeptos atualmente. Ele se caracteriza por uma ideologia nacionalista e autoritária que buscava a unificação do país sob um governo centralizado e a promoção dos valores tradicionais da cultura brasileira. Defendiam princípios como o corporativismo, o nacionalismo extremado e a rejeição do liberalismo econômico e político.

³³ Já o liberalismo é uma ideologia política e econômica que se baseia na defesa da liberdade individual, dos direitos humanos e da economia de mercado. Ele defende um governo limitado, que não interfira excessivamente na vida dos cidadãos e permita a livre iniciativa e a propriedade privada. O liberalismo também promove a competição no mercado como meio de melhorar a eficiência econômica e a inovação. Essa ideologia tem raízes históricas que remontam ao Iluminismo e influenciou a formação de governos democráticos e sistemas de mercado em muitas partes do mundo. Para mais informações talvez seja de interesse a leitura das seguintes obras: *Dois Tratados Sobre o Governo* (1689) de autoria do filósofo inglês John Locke; *Uma Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações* (1776) do economista escocês Adam Smith; e *Princípios de Economia Política Considerados com Vista às Suas Aplicações* (1820), do economista inglês Thomas Malthus.

federalista; e o integralismo é um partido político-eleitoral, enquanto bandeirismo é um movimento político-cultural (...) o bandeirismo não era apenas um integralismo transvestido em paulistanidade, mas um movimento com um programa distinto do projeto de Plínio Salgado. (COELHO, 2022, p.66-67).

Ao analisar a citação acima faz-se possível compreender que o ideário bandeirista, que valoriza a cultura e a história paulista, teve suas raízes no grupo conhecido como verde-amarelo, tanto em termos de formulação de ideias quanto na composição de seus membros, com a exceção de Plínio Salgado, principal líder do movimento Integralista – movimento político e ideológico brasileiro que ganhou destaque nas décadas de 1930 e 1940. Nota-se que embora o autor reconheça algumas semelhanças entre os dois movimentos, como ordens que adotavam elementos da cultura nacionalista e identidade brasileira, Coelho (2022) também destacou diferenças significativas.

Por exemplo, o integralismo era contrário à autonomia dos estados, defendendo uma forte centralização do poder no governo federal, enquanto o bandeirantismo era federalista, apoiando a autonomia dos estados. Reforça também que o integralismo era um partido político-eleitoral, ou seja, estava envolvido na política institucional e participava de eleições, buscando influenciar o governo por meio de mecanismos democráticos. Por outro lado, o bandeirantismo era mais um movimento político-cultural, focado na promoção da cultura e história paulista, não buscando diretamente o poder político. Embora houvesse semelhanças entre eles, tais eram movimentos distintos com objetivos e abordagens diferentes, e o bandeirismo não pode ser considerado como uma versão disfarçada do integralismo, mas sim como um movimento com seu próprio programa e identidade específicos³⁴.

Para articular quanto a formação do movimento, Coelho (2022) expõe a relevância da *Revista S. Paulo*, que circulou em 1936³⁵, que para além de movimentar essa nova articulação,

³⁴ Cabe citar que para o autor “O termo bandeirista, nesse estudo, tem o mesmo valor de ‘novos bandeirantes’. Ambos farão referência aos integrantes do Movimento Bandeira.” (COELHO, 2022, p.65), assim não havendo confusões nos conceitos.

³⁵ Sobre formatação e editorial “A Revista S. Paulo é um excelente documento para acompanhar a atuação dos bandeiristas. Essa revista circulou apenas no ano de 1936 sob a direção de Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia e Levém Vanpre. Sua periodicidade foi mensal até o oitavo número, passando a ser bimestral nos dois últimos. O mensário foi impresso pela Graffcars, com fotografias de Theodor Pressing e Benedito J. Duarte. A revista também contava com a colaboração de Lívio Abramo, como responsável pela produção gráfica, e Osmar Pimentel e Francisco de Castro Neves, como redatores. (...) A Revista S. Paulo foi editada em rotogravura e impressa em grande formato: 30cm×44cm. As reportagens tinham páginas duplas e, em alguns números, traziam páginas desdobráveis que trabalhavam com a linguagem dos cartazes (...) dois fotógrafos e um gravador cumpriam a função de executar o projeto gráfico, o qual tinha o caráter propagandístico e experimental ligado à estética das vanguardas artísticas europeias do início do século XX (...) cogita que a fotografia era peça fundamental na estética da revista e, devido ao fato de propagandear um governo que modernizava a cidade, a fotografia e a diagramação também deveriam ser modernas.” (COELHO, 2022, p.67-69).

objetivou edificar a candidatura de Armando Salles (1887-1945) à presidência, em 1938, atacar o governo de Getúlio Vargas³⁶ e reforçou a reinterpretação do “mito bandeirante”.

(...) esse mensário é uma fonte privilegiada para discutirmos as estratégias que esses intelectuais utilizaram para fundamentar a construção do Monumento às Bandeiras em 1936. Ao mesmo tempo, esse mensário pode nos oferecer indícios sobre as formas como seus leitores entraram em contato com o ideário dos “novos bandeirantes” (...) como os bandeiristas advogaram pela construção do monumento, o qual foi posto como um lugar de memória para os brasileiros, mas em especial para os paulistas. (COELHO, 2022, p.68).

Coelho (2022) menciona que há um consenso entre os estudiosos da *Revista S. Paulo* (1936), de que a equipe responsável por ela buscou criar uma estética que combinasse com a modernização que ocorria em São Paulo e, ao mesmo tempo, fosse capaz de divulgar as realizações do governo estadual em todo o país. Além disso, destaca que a revista se tornou um exemplo notável de como o “mito bandeirante” foi usado na propaganda política durante os anos 1930. Para o autor, sua análise é importante porque ela revela como a escrita e as imagens interagiram, examinando a mensagem visual da revista e evidenciando como as imagens foram estrategicamente utilizadas para comunicar as ideias políticas dos bandeiristas, as quais defendem que a figura do bandeirante desempenhou papel central como elemento simbólico.

A reflexão acima pode ser utilizada para a análise do presente projeto (2022) examinado nesta dissertação, no qual os coordenadores optaram pela adoção do termo “mamelucos” ao se referirem aos indivíduos que migraram para o estado de Goiás com o propósito de explorar e colonizar determinadas áreas da região, sendo estes os bandeirantes paulistas. Essa escolha terminológica suscita considerações pertinentes acerca da representação histórica, uma vez que o uso desse termo carrega consigo uma carga semântica específica e implicações que podem influenciar a compreensão do fenômeno analisado. Nesse contexto, é necessária uma análise crítica e reflexiva sobre os pormenores associadas ao emprego do vocábulo “mamelucos”, como já feito, visando uma abordagem precisa e contextualizada, alinhada aos objetivos e à sensibilidade historiográfica inerentes ao tema em estudo.

Entender essa interação é essencial para compreender como as pessoas, na década de 1930, legitimaram a construção do Monumento às Bandeiras como um local de celebração da memória desses tidos “heróis paulistas”.

³⁶ Abordado com maior ênfase nos próximos capítulos.

Os planos para a construção do referido monumento não eram novos nos meios artísticos, políticos e publicitários paulistas, haja vista que a primeira tentativa de edificação do monumento surgiu em 1920. A campanha pela construção do Monumento às Bandeiras somente seria reiniciada por iniciativa do governo paulista em 1936, sendo amplamente mencionada pelos bandeiristas por meio da Revista S. Paulo (...) em 1936, as elites políticas e econômicas paulistas estavam se reorganizando para conquistar sua autonomia em relação ao governo centralizador comandado por Getúlio Vargas (...) Armando de Salles apoiou a construção do Monumento às Bandeiras com a expectativa de reaver o orgulho dos paulistas abalados com os acontecimentos de 1932, onde o simbolismo trabalhado pelos modernistas paulistas poderia revigorar a bravura histórica dos antepassados quanto à atual conjuntura. (COELHO, 2020, p. 69-70).

O autor traz uma elucidação pertinente ao longo da escrita, sobre a forma como os redatores compreendiam os monumentos, enfatizando-os como algo para além de meros elementos decorativos presentes na cidade. Eles argumentavam que esses monumentos têm um propósito mais profundo e significativo na vida cívica da comunidade. Isso significa que eles são muito mais do que elementos estéticos. Servem como uma expressão pública do compromisso cívico e da identidade da comunidade – como apresentado anteriormente nesta dissertação. Podendo retomar ao que foi dito no discurso de Mendonça (2021) quanto a estátua do Anhanguera, citado no início deste capítulo.

Os redatores se referem aos monumentos como um "culto aos gigantes de botas" (A direção, 1936, p.2 apud COELHO, 2022, p.71), destacando como essas estruturas reverenciam e homenageiam as figuras históricas que desempenharam papéis na formação da nacionalidade, enfatizando que são como "altares cívicos à formação da Nacionalidade" (A direção, 1936, p.2 apud COELHO, 2022, p.71), reforçando seu papel estrutural na construção da identidade nacional. Seriam, dessa forma, estabelecimentos que propunham uma conexão simbólica entre o passado e o presente, destacando como os antigos “heróis” paulistas inspiram e emocionam a geração atual. Isso sugere que os monumentos não apenas comemoram o passado, mas também servem como uma fonte de inspiração e orgulho cívico para as pessoas que vivem no presente. Resumidamente essas estruturas são mais do que simples obras de arte; são símbolos vivos da história e da cultura de uma nação. Assim, o bandeirante foi celebrado como figura responsável pelo desenvolvimento do imaginário regional, reforçando, assim, antigas tradições (COELHO, 2022).

E, por essa razão, o Monumento às Bandeiras é “o anseio supremo do civismo dos paulistas” e, por isso, “está destinado a tornar-se um templo, junto da qual as gerações de hoje exaltarão a própria fé nos destinos de S. Paulo e do Brasil” (O monumento..., 1936, p. 3 apud COELHO, 2022, p. 71).

E complementa

Segundo os redatores, a decisão do governador Armando de Salles de construir o monumento imortalizará o atual governo (...) Na mensagem lida no dia 9 de junho de 1936, não por acaso, no mesmo dia em que se comemora a Revolução Constitucionalista de 1932, o governador assinala que os paulistas buscam na tradição os elementos “de força e renovação”, pois esses são “fios de aço, forjados na grande forja nacional, que os bandeirantes criaram. (O monumento..., 1936, p.3 apud COELHO, 2022)

Retomando esse “mito bandeirante” o autor destaca quão relevante foi para a construção da identidade e da história paulista, durante o início do século passado. Foi a construção simbólica mais eficaz e duradoura realizada em São Paulo durante esse período. Esse mito serviu como um eixo central que conectou a ideia de ser paulista, o passado do estado e a formulação de seu futuro. Em outras palavras, o “mito bandeirante” desempenhou papel fundamental na formulação da identidade do povo dessa região, conectando o presente ao passado e projetando o futuro (MARINS, 2003, p.10-12 apud COELHO, 2022, p.78). O autor, ao analisar a Revista S. Paulo (1936) e outros autores, observa que essa história emergiu no final do século XIX como uma tentativa de representação heroica, destinada a legitimar historicamente a influência e o poder das elites paulistas. Isso significa que o mito foi usado para justificar a posição de destaque de São Paulo no cenário nacional.

Contudo, no processo de heroificação dos bandeirantes, houve uma mudança da ênfase regional para a construção simbólica da unidade nacional. Isso sugere que o mito bandeirante não estava apenas relacionado à identidade paulista, mas também desempenhou papel na construção da identidade nacional brasileira (COELHO, 2022). Sendo assim, as narrativas em torno do “mito bandeirante” visavam definir os paulistas como os fundadores da nacionalidade brasileira, ou seja, o bandeirante não era apenas um símbolo da *paulistanidade*, mas também era visto como um construtor da nação como um todo (COELHO, 2022).

Para o autor essas “antigas tradições” não foram inventadas pelos grupos de intelectuais que brigavam pela construção do Monumento às Bandeiras sendo, especificamente, a construção simbólica como fundadores da nacionalidade. Pelo contrário, esses intelectuais eram herdeiros de uma forma específica de idealização do passado paulista que estava estabelecida na década de 1910. Isso significa que a ideia de os bandeirantes serem os fundadores da nacionalidade não foi uma criação deles, mas uma tradição cultural e histórica já existente. No entanto, o trecho de Coelho (2022) levanta uma questão interessante: o que exatamente significa

"inventar tradições"? Ele sugere que, se pensarmos na noção de invenção das tradições³⁷, podemos nos perguntar se existe alguma tradição que não seja, de certa forma, inventada ou reinterpretada ao longo do tempo. A compreensão estaria em como essa tradição foi transmitida e transformada entre os campos histórico, artístico e político.

É importante discutir como essa interação permitiu que o "mito bandeirante" fosse usado como um suporte ideológico para a construção do Monumento às Bandeiras em 1936. Este monumento se tornou um local de memória não apenas para os paulistas, mas para todos os brasileiros, destacando como a construção e as modificações das tradições podem influenciar não apenas a identidade regional, mas também a nacional.

Para essa discussão o autor recorre a obra *A Invenção das Tradições* (2022), livro organizado pelo historiador Terence Ranger e que conta com textos de outros intelectuais, inclusive do historiador britânico Eric Hobsbawm. Por “tradição inventada”

(...) entende um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente (...) estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. (HOBSBAM, 2022, p.8).

O principal ponto de Hobsbawm (2022) é que muitas tradições que consideramos "autênticas" tem origens muito mais recentes do que imaginamos. Ele argumenta que, as elites políticas, intelectuais e culturais muitas vezes buscam criar ou reinventar tradições para consolidar o poder, reunir grupos sociais ou promover uma determinada agenda política³⁸. Essas tradições podem incluir rituais, símbolos, cerimônias e até mesmo narrativas históricas que parecem ter raízes antigas, mas que são, na verdade, produtos de um processo de "invenção".

Na obra citada (2022), os autores exploram exemplos históricos de invenção de tradições, como a criação de rituais de coroação, a padronização de vestimentas tradicionais e até mesmo a reinvenção de narrativas históricas. Eles mostram como essas tradições "inventadas" desempenham papel fundamental na construção da identidade nacional, na legitimação do poder político e na associação social. Em resumo, as “tradições inventadas” são conjuntos de práticas que são criadas ou adaptadas para servir a determinados propósitos em

³⁷ “O termo ‘tradição inventada’ é utilizado num sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as ‘tradições’ realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo – às vezes coisa de poucos anos apenas – e se estabeleceram com enorme rapidez.” (HOBSBAM, 2022, p. 7).

³⁸ “A mobilização da memória nas comemorações visava, portanto, configurar uma narrativa que promovesse a dissolução de conflitos, restaurando a crença na nação.” (RIBEIRO, 2020, p.147).

contextos modernos. O objetivo primordial dessas tradições é incutir valores e normas específicas por meio de sua repetição³⁹.

Coexistem em sua relação com o passado histórico. Embora não seja necessário que o passado histórico ao qual essas tradições se referem esteja distante no tempo, as “tradições inventadas” tendem a estabelecer uma conexão com esse passado de uma forma que pode parecer artificial ou forçada. Isso ocorre porque essas tradições são frequentemente uma resposta a situações novas e, para ganhar legitimidade e autoridade, fazem referência a eventos ou práticas anteriores. Às vezes, elas até criam seu próprio passado por meio da repetição de elementos que não eram necessariamente parte da tradição original. Com isso, compreende-se que as “tradições inventadas” são práticas culturais moldadas e criadas para atender a necessidades específicas, transmitindo valores e normas de comportamento, podendo estabelecer conexão com o passado histórico, mas nem sempre é verdadeira, muitas vezes é construída de forma artificial as demandas das situações contemporâneas.

Naturalmente, muitas instituições políticas, movimentos ideológicos e grupos – inclusive o nacionalismo – sem antecessores tornaram necessária a invenção de uma continuidade histórica, por exemplo, através da criação de um passado antigo que extrapole a continuidade histórica real seja pela lenda (...) ou pela invenção (...) Também é parte de movimentos e Estados nacionais, tais como o hino nacional, (...) a bandeira nacional (...) ou a personificação da “Nação” por meio de símbolos ou imagens oficiais. (HOBBSAWM, 2022, p.14)

A citação acima reflete como muitas instituições políticas, movimentos e grupos ideológicos, incluindo o nacionalismo, muitas vezes precisam criar uma sensação de continuidade histórica, de pertencimento, mesmo que não exista de fato. Isso pode ser feito de várias maneiras, como a criação de um passado histórico fictício, através de lendas ou invenções. Faz-se importante reforçar que alguns movimentos, grupos políticos e estados nacionais não possuem um passado histórico sincero que remeta há séculos. No entanto, eles desejam criar uma narrativa que dê uma sensação de legitimidade como comunidade ou nação. Para fazer isso, podem inventar ou exagerar elementos de sua história, muitas vezes recorrendo a lendas ou histórias mitológicas para criar uma continuidade histórica que pode não ser exata⁴⁰.

Podemos concluir esta introdução com algumas observações gerais sobre as tradições inventadas desde a Revolução Industrial. Elas parecem classificar-se em três categorias superpostas: a) aquelas que estabelecem ou simbolizam

³⁹ Este processo será examinado na segunda parte, quando apresentaremos a questão dos usos e abusos da memória, conforme discutido por Paul Ricoeur em seu livro “A Memória, a História, o Esquecimento” (2007).

⁴⁰ “Trata-se de um processo que envolve aspectos simbólicos de identificação e reconhecimento. A memória é entendida, nesse sentido, como algo que não se cristalizou no passado, mas que implica uma dialética permanente com o presente.” (MORAIS, 2020, p. 137).

a coesão social ou as condições de admissão de um grupo ou de comunidades reais ou artificiais; b) aquelas que estabelecem ou legitimam instituições, status ou relações de autoridade; e c) aquelas cujo propósito principal é a socialização, a inculcação de ideias, sistemas de valores e padrões de comportamento (...) as tradições de tipos b) e c) tenham sido certamente inventadas (...) o tipo a) é que prevaleceu, sendo as outras funções tomadas como implícitas ou derivadas de um sentido de identificação com uma “comunidade” e/ou as instituições que a representam, expressam ou simbolizam, tais como a “nação”. (HOBSEBAWM, 2022, p. 17).

Coelho (2022) constrói a questão da construção dos monumentos quanto ao estudo elaborado por Pierre Nora (1931-), quanto ao reforço sobre a memória nacional quando tais são concebidos por questões políticas “(...) assumem a posição de ‘lugares de memória’, de forma que suas construções são direcionadas para restaurar poderes e saberes sobre o passado e sobre as origens da Nação.” (COELHO, 2022, p.79) e complementa adiante “(...) são restos (...) tem um sentido material, simbólico e funciona (...) é um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo e sobre sua identidade, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações.” (COELHO, 2022, p.79). O autor (2022) retrata como a memória dos massacres, violências e expropriações sofridos pelas populações nativas no território brasileiro foi intencionalmente desmemoriada pelo que é conhecido como o "mito bandeirante". Esse mito, particularmente enraizado no tom ufanista⁴¹ que permeia o Monumento às Bandeiras, contribuiu para esconder esses eventos traumáticos da história.

De acordo com a autora Corina Moreira, citada por Coelho (2022), as inúmeras pichações que o monumento tem sofrido abriram espaço para a criação de uma narrativa alternativa, uma narrativa de resistência, na tentativa de apagar essas memórias forjadas. Essas pichações, representam uma "memória viva" que está constantemente atualizada a cada episódio de massacre, violência e expropriação enfrentado pelas comunidades indígenas até os dias de hoje, bem como em cada ato de resistência que ilustra o que a imagem do “bandeirante herói” oculta. (COELHO, 2022, p. 79).

Sendo assim, o(s) monumento(s) não mais se limita(m) a servir(em) como símbolos do colonizador ou das elites, mas se torna(m) espaço onde várias memórias, significados e reconhecimentos se encontram. Isso provoca uma mudança na maneira como as pessoas enxergam o monumento hoje em dia, contrastando com a visão original de seus idealizadores. Passando a serem vistos sob novas perspectivas, desenvolvidas pela memória viva das

⁴¹ O termo descreve uma atitude ou discurso exageradamente patriótico, nacionalista e orgulhoso em relação ao próprio país, expressando um amor excessivo e uma devoção inabalável a sua nação, frequentemente minimizando ou ignorando críticas legítimas ou problemas que seu país possa enfrentar. O ufanismo pode levar à idealização da nação e à rejeição de críticas construtivas, o que pode ser prejudicial, pois impede uma visão equilibrada e realista dos desafios e questões que uma nação enfrenta.

violências passadas e pela resistência contemporânea. Inferindo que um local histórico, como um monumento, pode mudar ao longo do tempo, à medida que a sociedade reinterpreta e ressignifica sua construção original. Verifica-se que os locais de memória, como os monumentos, não são estáticos, mas dinâmicos. Seu sentido primário pode ser modificado e desenvolvido ao longo do tempo. Ao reconstruir mitos e interpretações associados a esses locais, não estamos mais identificados com a memória original, mas estamos ampliando seus significados e, em certa medida, não estamos mais nos identificando com essa memória original. Isso significa que o monumento, que originalmente poderia ter sido concebido para representar a consciência coletiva de um grupo, pode com o tempo e as ações de reivindicações sociais, passar a simbolizar questões como genocídios do período colonial, desigualdades sociais e discriminação racial na sociedade brasileira⁴².

⁴² O monumento era posto como representação da “nacionalidade nascente”, o “nosso altar cívico à formação da Nacionalidade”, o “altar cívico” para o “culto pelos heróis da Raça” e a “lição perpétua de grandes exemplos pelas memórias” dos heróis do passado. Para esses homens, o monumento seria destinado a perpetuar a memória dos heróis e dos fatos históricos do passado paulista. Como aniversário do centenário da exposição da maquete do Monumento às Bandeiras, o processo de ressignificação simbólica do Monumento às Bandeiras e as possibilidades abertas aos lugares de memória deram outro sentido para a escultura, pois o lugar está constantemente aberto sobre a extensão de suas significações. No que concerne às extensões das significações dos lugares de memória, vemos que o Monumento às Bandeiras também foi apropriado como local para diversas ações de protesto e reivindicações que não estavam presentes nos projetos de seus idealizadores. (COELHO, 2022, p.81-82)

Capítulo 2: GOIÁS – O BANDEIRANTISMO E A HISTORIOGRAFIA

Há diversos escritos historiográficos, sociológicos, antropológicos, geográficos, políticos e econômicos, concebidos quanto a Terra de Santa Cruz, principalmente, das regiões que constituem a faixa litorânea. Havendo fartas reflexões e proposições quanto sua constituição, que vem sendo revisitada, examinada e sofrendo recomposições à custa do tempo presente. Ao longo dos anos escolares aprendemos sobre a formação e organização do Brasil, desde seu *descobrimento* até a contemporaneidade. Na educação básica obtemos conhecimento sobre a chegada dos portugueses no que hoje conhecemos como Porto Seguro, na Bahia, no início do século XVI. Aprendemos também sobre os ciclos do açúcar, do ouro, da borracha e do café compuseram nossa economia no decorrer dos quinhentos anos. Aprendemos ainda sobre aristocracia, fidalguia, sobre revoltas, revoluções, sobre ditaduras e democracias. Entretanto, pouco aprendemos sobre o desenvolvimento do centro-oeste, por exemplo. Como se deu seu povoamento, quais identidades constituem esses povos, como territórios tão distantes do litoral se constituíram. Pensar nas constituições de memória e identidade, quanto ao Estado de Goiás, é necessário para compreensão da atualidade.

Com os recentes escritos sobre o estado de Goiás, contamos com a publicação do *Goiás +300 – Reflexão e Ressignificação* (2022), projeto que contará com escritos que se estenderão até o ano de 2026, compreendendo dezoito volumes no total. Três volumes foram lançados em dezembro de 2022, sendo eles: *História, Geografia e Memória e Patrimônio*, sendo o primeiro volume utilizado ao longo desta dissertação. Contudo, segundo seus idealizadores, o *Goiás +300: Reflexão e Ressignificação* não ficará preso apenas a esses três temas

(...) literatura; agricultura familiar e agronegócio; música; povos originários indígenas; quilombolas e formadores; artes visuais; artes cênicas; direito e justiça; alimentação, saúde e medicina; artesanato e arte popular; educação e cultura; a mulher e o empoderamento feminino; cinema e audiovisual; o bandeirismo e os primeiros arraiais; a literatura dos viajantes; e direto, posse, luta e propriedade da terra. (MENDONÇA, 2022).

A partir dessa obra, poderemos refletir sobre a construção historiografia goiana e com análises são elaboradas no tempo presente. A maneira como uma sociedade é constituída parte de inúmeras nuances e a forma como ela se enxerga e se expressa perpassa múltiplas concepções. A forma como os indivíduos atuam como agentes sociais, equivale a maneira como foram habilitados ao longo de sua formação tanto individual quanto coletiva, sendo interessante

analisar a construção histórica da identidade uma região e como sua idealização concebe orientações da vida de sujeitos históricos por diversas gerações.

Levando em consideração o nosso tema, é importante sinalizar a importância das bandeiras nos discursos sobre o estado de Goiás. Via de regra, as expedições do século XVIII são apontadas como o início da história da região. Em poucas palavras, tais expedições foram dadas em três categorias: as *bandeiras*, foram organizações financiadas de forma particular, mas com o aval da Coroa, operando comercial (buscando ouros e pedras preciosas) e militarmente (dissipando rebeldes e destruindo quilombos); as *entradas*, foram custeadas pela coroa portuguesa e destinadas à exploração, reconhecendo territórios e buscando riquezas, sendo compostas por portugueses e brasileiros; e por fim as *descidas*, que seriam as expedições fluviais, que capturavam indígenas para missões jesuíticas e que foram utilizadas para mapeamento de parte do território nacional⁴³.

2.1 História e historiografia do bandeirantismo

Neste tópico discorreremos sobre como a figura dos bandeirantes começou a receber significado heroico e como este personagem aparece na história da historiografia brasileira. Para começar, destacamos que para os nossos objetivos importa ressaltar a ligação entre os bandeirantes e o sertão. Quando o termo *sertão* é enunciado, talvez, a primeira região que vem à mente seja a nordeste. Ao buscar o conceito de sertão em dicionários da língua portuguesa, percebe-se que há significados plurais, não definindo-a como expressão singular, havendo confrontos, tanto nos glossários quanto nos textos acadêmicos. Os dicionários trazem designações próximas e distintas, como: regiões interioranas; distante do mar; lugar interior⁴⁴, terra entre terras; local pouco habitado; lugar de costumes antigos; espaço agreste e inculto; terras afastadas de povoações; interior de um continente; lugar agreste; zona seca e outros. Já o campo da teoria social brasileira:

⁴³ “Os historiadores contemporâneos brasileiros, por motivos didáticos, esforçam-se por encontrar um critério prático para identificar os diversos aspectos do movimento, havendo tendência em usar o vocábulo “entrada” para designar: a) na costa leste, as campanhas geralmente oficiais de conhecimento da Terra e pesquisa de metais preciosos, especialmente as do século XVI, que tiveram como origem as várias povoações litorâneas, Porto Seguro, Salvador e Olinda em especial; b) na costa norte as expedições fluviais do século XVII, que, depois da fundação de Belém, foram desbravando as margens dos grandes rios da Amazônia. A palavra “bandeira” ficaria, pois, reservada para o mais duradouro e o mais importante conjunto de ações de devassamento do sertão. (GOES FILHO, 2015, p.116 apud JAIME, 2022, p.78)”

⁴⁴ “Quando hoje se fala em “interior”, pensa-se, como no século XVI, em região escassamente povoada e apenas atingida pela cultura urbana.” (HOLANDA, 2007, p.101).

Procurou associar “sertão” na descrição de terras remotas e não povoadas, ou terras esparsamente povoadas por luso-brasileiros ou mesmo brasileiros (...) costumava ser associado a lugares inabitáveis ou vazios com um ambiente natural hostil (...) O conceito brasileiro de sertão, ao contrário, enfatizava o aspecto negativo da dominação da natureza sobre o homem. O sertão representava uma visão dualista, uma ruptura entre os “civilizados” do litoral e os incivilizados e isolados (...) o sertão era um lugar dominado pela natureza (*wilderness*), que transformava seus habitantes em seres rudimentares ou atrasados. (DUTRA E SILVA, 2022, p. 91).

Ignorado não significa esquecido. Mesmo que não fosse atrativo à metrópole, expedições foram organizadas durante todo o século XVII e XVIII – sendo importante salientar que, boa parte do território goiano não pertencia a Portugal, apenas a partir do século dezoito, com tratados assinados, que o espaço pertenceria a Coroa. Na obra *Raízes do Brasil* (2007), Sérgio Buarque de Holanda tece críticas quanto ao processo de colonização portuguesa, comparando-as ao desenvolvimento da América espanhola. Mesmo que a proposta dessa dissertação não seja a de adentrar nas divergências, entre portugueses e espanhóis, expostas por Holanda na obra, é de grande importância citá-las para a compreensão desse *esquecimento* do sertão brasileiro. O autor diz que eram os próprios portugueses que instituíam dificuldades para transpor o território, por medo de evasão litorânea⁴⁵. Expressa que a ideia que se tinha era de que aqui fosse apenas uma colônia de passagem. Quando o autor aborda a questão do bandeirante, ele elucida que

esses audaciosos caçadores de índios, farejadores e exploradores de riqueza, foram, antes do mais, puros aventureiros – só quando as circunstâncias o forçavam é que se faziam colonos. Acabadas as expedições, quando não acabavam mal, tornavam eles geralmente à sua vila e aos seus sítios de roça. (HOLANDA, 2007, p.101)

Acreditamos que essa *heroicização* exposta por Holanda (2007) quanto as características dos bandeirantes, precisa ser problematizada e questionada. Sandro Dutra e Silva, em seu capítulo *O Bandeirante como Categoria Simbólica na Colonização de Goiás no Século XX* (2022), presente no projeto *Goiás +300: Reflexão e Ressignificação* (2022), afirma que a historiografia brasileira construiu a imagem do bandeirante de forma ambígua, como citado há

45 Em contraposição aos castelhanos que “Ao contrário da colonização portuguesa, que foi antes de tudo litorânea e tropical, a castelhana parece fugir deliberadamente da marinha, preferindo as terras do interior e os planaltos (...) nas ordenanças para descobrimento e povoação, recomendações explícitas nesse sentido. Não se escolham (...) sítios para povoação em lugares marítimos, devido ao perigo que há neles de corsários e por não serem tão saudáveis, e porque a gente desses lugares não se aplica em lavrar e em cultivar a terra, nem se formam tão bem os costumes.” (HOLANDA, 2007, p. 99). Os espanhóis ocupariam o litoral caso houvesse bons portos e as povoaria se fosse necessariamente indispensável para auxiliar nas demandas comerciais e de intervenção, caso fossem atacados.

pouco, em alguns momentos como vitoriosos e vigorosos outras vezes como escravocratas e hostis. Nesse sentido, vale lembrar que Capistrano de Abreu, historiador do século XIX e XX, incomodava-se com a violência que era posta de lado enquanto as conquistas do território por parte dos bandeirantes eram exaltadas. Assim, ele “(...) ficou estarrecido com os constantes ataques aos gentios indígenas e como (...) assaltavam as missões jesuíticas.” (DUTRA E SILVA, 2022, p.95) e complementa explicando que essas missões acolhiam os indígenas que fugiam dos bandeirantes. Além disso, Dutra e Silva expõe em relato que Capistrano de Abreu, questionou as honrarias históricas concedidas aos bandeirantes por outros intelectuais do século XX.

De acordo com a perspectiva de Dutra e Silva (2022) presente na obra *Goiás + 300*, a forma pela qual os bandeirantes eram enaltecidos advinha de séculos antes. Esse ponto está documentado em uma carta citada por Capistrano de Abreu. A missiva foi enviada anonimamente ao rei português, no século XVII, e defendia que a Coroa poderia fazer bom uso dos bandeirantes, exaltando-os e celebrando-os para que assim fossem encorajados a adentrar o sertão. Desse modo, crescia a fama e a coragem dos bandeirantes “(...) como os únicos colonos capazes de viajar pelo sertão hostil e indômito. (...) o documento afirmava que ninguém podia negar que o sertão (...) estava sendo conquistado pela bravura dos bandeirantes.” (DUTRA E SILVA, 2022, p.96). No trecho abaixo, podemos perceber em uma breve passagem da carta na qual a figura do bandeirante é enaltecida:

Sua Majestade podia se valer dos homens de São Paulo, fazendo-lhes honras e mercês, que as honras e os interesses facilitam os homens a todo perigo (...) E suposto que estes paulistas (...) sejam tidos por insolentes, ninguém pode negar que o sertão todo que temos povoado neste Brasil eles o conquistaram do gentio bravo que tinha destruído e assolado as vilas (...) no tempo do governador (...) o que não puderam fazer os mais governadores antecedentes por mais diligências que fizeram para isso. (ABREU, 1998, p.117 apud DUTRA E SILVA, 2022, p.96-97).

O que nos chama atenção é a maneira como tais elogios e críticas foram engendrados durante o século XX, por diferentes historiadores, e como tais narrativas permanecem recentes no imaginário do povo brasileiro, em particular da população goiana, e na produção historiográfica.

2.2 O bandeirantismo no *Curso de Bandeirologia* (1946)

Neste subtópico, utilizaremos os estudos, debates e produções dissertados durante o *Curso de Bandeirologia*, de 1946. Para que assim possamos refletir e avaliar quais alterações ocorreram quanto a construção da figura do Anhangüera ou quanto ao Bandeirantismo, dos anos

1940 até o ano de publicação do projeto analisado nesta dissertação, assim como fizemos no capítulo anterior ao examinar diferentes momentos de produções históricas relacionando-as com o tempo presente. Sendo assim, colocamos a seguinte questão: como o *Curso de Bandeirologia*, de 1946, idealizado por escritores à época estabeleceu a compreensão quanto aos bandeirantes? Quais as diferenças do que foi proposto no Curso de Bandeirologia (1946) para com o projeto (2022) analisado nessa dissertação? O *Goiás +300: Reflexão e Ressignificação*, se propõe, de fato, como consta na apresentação da obra, a refletir e ressignificar a história do estado de Goiás ou apenas estimula as elites regionais?

Quanto às interpretações historiográficas sobre os bandeirantes, o professor Diogo da Silva Roiz, em um artigo publicado no livro *Os Bandeirantes e a Historiografia Brasileira: Questões e Debates* (2018) apresenta a seguinte síntese

De um lado uma “raça de gigantes” em busca de rotas para “desbravar” os sertões. De outro, homens dependentes das rotinas nativas para trilharem caminhos inóspitos, desesperados que estavam diante de uma condição econômica adversa (...) lutavam para não morrerem de fome.” (ROIZ, 2018, p. 195-196).

Neste capítulo intitulado *A batalha pela “representação do passado” bandeirante: as imagens e representações do bandeirantismo no Curso de Bandeirologia de 1946* (2018), o autor analisa os discursos de Alfredo Ellis Junior e de Sérgio Buarque de Holanda sobre os bandeirantes paulistas e suas relações com os povos indígenas e também com os negros escravizados:

Muito sinteticamente, enquanto Alfredo Ellis Jr. o indica para demonstrar o desdobramento do movimento das bandeiras paulistas, Sérgio Buarque o faz para avaliar os contatos entre os adventícios e os povos nativos. Ao mesmo tempo, enquanto Ellis Jr. busca em seus estudos averiguar certas continuidades entre os bandeirantes do passado e os paulistas dos anos 1920 e 1930; Sérgio Buarque quer indicar mais as mudanças que se faziam no interior da aparente continuidade do processo histórico. (ROIZ, 2018, p. 204).

Nesse sentido, Roiz explica que as primeiras conferências do *Curso de Bandeirologia* aconteceram no anfiteatro da Escola Normal Caetano de Campos, em São Paulo. Os encontros contaram com a presença de importantes historiadores, há época, que articulariam intensos debates quanto à temática em questão. Entre eles estavam os dois autores citados no parágrafo acima. Roiz aponta, ainda, que para Antônio Celso Ferreira, aquele evento consistiu em “(...) uma verdadeira epopeia bandeirante.” (FERREIRA, 2002, apud ROIZ, 2018, p.204).

Além disso, Roiz explica que o curso foi apresentado após o fim do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e que o seu desenvolvimento ocorreu quando a elaboração sobre o pioneirismo do bandeirante não estava mais no seu auge. Esse momento chama a atenção pela retomada encantada, por parte de alguns pesquisadores, com o intuito não só de narrar a temática, mas fazê-la símbolo da história paulista. Os discursos pronunciados durante o curso tinham características políticas, pedagógicas e historiográficas (ROIZ, 2018, p.211). Ainda no que diz respeito ao *Curso de Bandeirologia*, Roiz afirma que as análises partiram podem ser divididas basicamente em dois lados. De um lado, os autores de uma narrativa elogiosa da tradição e do passado:

com os textos de Afonso de Taunay (1876- 1958), Virgílio Corrêa Filho (1887-1973), Afonso Arinos de Mello Franco (1905-1990), AEJ⁴⁶ e Joaquim Ribeiro (1907-1964), que visualizaram positiva e complacentemente o papel do bandeirante no desbravamento dos sertões, na captura de indígenas e na exploração do Território, como o feito mais importante na história de São Paulo e para o Brasil, acabando por construírem uma narrativa elogiosa sobre a(s) tradição(ões) do passado (ROIZ, 2018, p.213-214).

E do outro lado, as narrativas críticas da tradição:

o de SBH⁴⁷, que seguindo as pistas e as críticas de Capistrano de Abreu (1853-1927) e de José de Alcântara Machado (1875-1941), deteve-se nas monções, visualizando a pobreza dos bandeirantes, a dependência que tinham com os nativos e a fragilidade das opções, nos percursos que eram trilhados pelas bandeiras paulistas, ao formular uma crítica a narrativa elogiosa da(s) tradição(ões) do passado (ROIZ, 2018, p.214-215).

Podemos perceber que o estudo proposto por Roiz, demonstra as disputas pela representação do passado bandeirante, que as vezes é apresentado como glorioso, tendo em vista elaborações saudosas, e outras vezes como uma tradição a ser superada. Essa exposição é necessária para que seja possível compreender as diferenças que autores contemporâneos tem sobre a figura do bandeirante. Mais adiante, nessa dissertação, análises recentes aparecerão com o objetivo de apresentar as visões que se tem dessa figura no século XXI.

Diogo Roiz expõe que além dessas duas representações percorridas, uma terceira coincidiria com a primeira exposta: por imagens figurativas que representavam o bandeirante paulista e o bandeirantismo, desenvolvida por Benedito Carneiro Bastos Barreto, mais conhecido como Belmonte (1896-1974)

⁴⁶ A abreviação AEJ corresponde a Alfredo Ellis Jr.

⁴⁷ A abreviação de SBH corresponde a Sérgio Buarque de Holanda.

(...) essas imagens figurativas indicavam que apesar de já não se encontrar no auge a produção de uma “epopeia bandeirante” esta ainda tinha, ao longo dos anos 1940, forte efeito sobre as “representações do passado” que eram construídas, tendo em vista o papel desempenhado pelas bandeiras e pelo bandeirante paulista. (...) é demonstrar as disputas pela “representação do passado” bandeirante, que tencionadas entre o elogio e a crítica as tradições paulistas, alcançariam parcialmente uma síntese nas ilustrações feitas por Belmonte (ROIZ, 2018, p. 215-216).

Todas as temáticas apresentadas no curso de 1946 norteavam à questão bandeirante, sendo eles: I – O bandeirante e os primeiros caminhos do Brasil; II – O bandeirantismo na fundação das cidades; III – A cidade de São Paulo na história do bandeirantismo; IV – O bandeirantismo na unidade nacional; V – O bandeirantismo e a economia do século 17; VI – Vida e morte do bandeirante; VII – A monções; VIII – Folclore bandeirante; IX – A sociedade bandeirante das minas; X – O bandeirantismo e o ouro no século 18; XI – A bandeira na formação social e política no Brasil; XII – O bandeirantismo e as grandes revoluções modernas; XIII – Os últimos bandeirantes; XIV – Alexandre de Gusmão e o Tratado de 1750⁴⁸. As quatorze conferências⁴⁹ estabelecidas para cumprir-se quinzenalmente traçaram uma “representação do passado⁵⁰” como uma estratégia para criar uma narrativa crível dos acontecimentos quanto a figura do bandeirante.

É pertinente ressaltar como todas as proposições se orientam, a fim de produzir uma visão simbólica do Bandeirante por meio de estratégias políticas, evidenciando a relação entre a historiografia e sua dimensão ético-política:

os meios pelos quais foi representado no período foram plurais, pois, estavam em mutação tanto as técnicas de pesquisa, quanto os métodos e teorias a disposição, o que fazia com que os pesquisadores formulassem suas análises e narrativas, tendo em vista esse novo contexto político e econômico, bem como os meios pelos quais se concebiam então a escrita da história. Além disso, o curso permite que sejam inquiridas tanto as formas narrativas com que o passado, centrado na figura dos bandeirantes e das bandeiras paulistas, estavam sendo representados, quanto os meios pelos quais estavam sendo

48 Cada conferência ficou a cargo dos seguintes pensadores: I – Affonso d’E Taunay; II – Virgílio Corrêa Filho; III – Antonio Batista Pereira; IV – Pedro Calmon; V – Alfredo Ellis Jr.; VI – Sérgio Milliet; VII – Sérgio Buarque de Holanda; VIII – Joaquim Ribeiro; IX – Afonso Arinos de Mello Franco; X – Roberto Simonsen; XI – Cassiano Ricardo; XII – Paul Vanorden Shaw; XIII – Tito Lívio Ferreira; XIV – Rodolfo Garcia.

49 Das quatorze conferências planejadas apenas seis foram executadas.

50 “Um breve olhar sobre a etimologia do termo revela que representação deriva da forma latina repraesentare, cujos significados são: apresentar de novo e tornar presente alguém ou alguma coisa ausente por intermédio de um objeto. Outros sentidos catalogados são: colocar um objeto no lugar de outro e encenar um acontecimento re-apresentando-o no presente. No âmbito político e diplomático, temos a acepção da representação como a prática em que uma pessoa está presente no lugar de outra, substituindo-a e agindo em seu nome como legítima representante” (MENDES, 2019, p. 24).

concebidas as imagens figurativas, que igualmente se encontravam em mutação no período. (ROIZ, 2018, p.203).

Roiz analisa também as imagens produzidas por Belmonte para cada um dos seis textos publicados, em 1946. A primeira, ilustra o bandeirante, na escrita de Taunay, na travessia pelo Tietê, acompanhado de dois indígenas que remam a embarcação rumo aos sertões, sendo que a personagem está completamente trajada e armada, dando ordem à dupla.

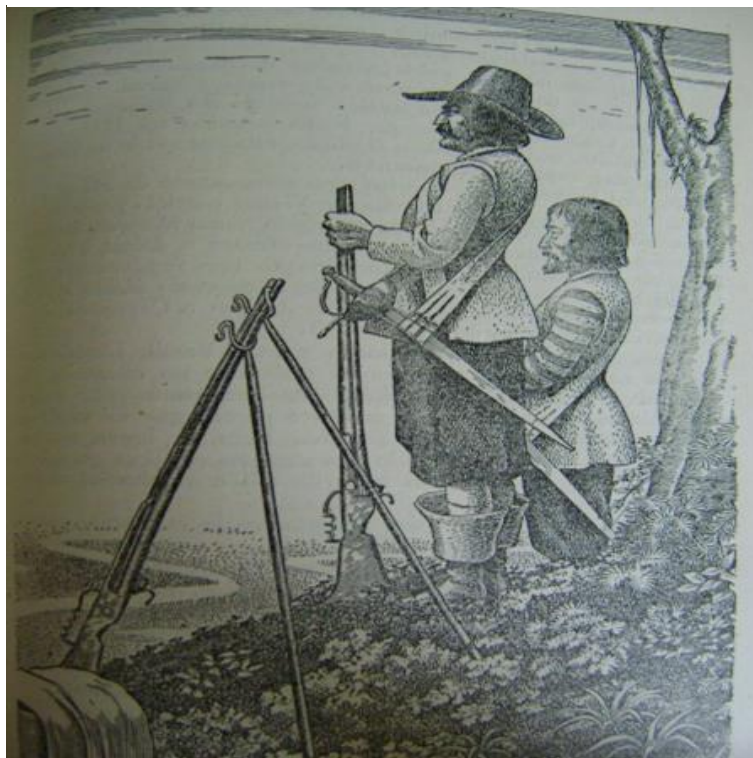
Figura 1 - Representação da Conferência de Taunay (1946)



Fonte: (ROIZ, 2013, p. 185)

A segunda é a representação do texto de Virgílio Corrêa Filho. Nela o bandeirante está portando uma foice e a frente de um mapa do território, representando, assim, o desbravamento, capaz de ocupar e expandir o interior do país. Logo após, Belmonte produziu para o texto de Alfredo Ellis Jr a imagem de dois bandeirantes à procura de indígenas com objetivo de aprisioná-los. Representação similar foi feita também para o texto de Afonso Arinos, contudo neste último os paulistas estariam de sentinela, parados na mata (podendo ser visualizado na quarta figura).

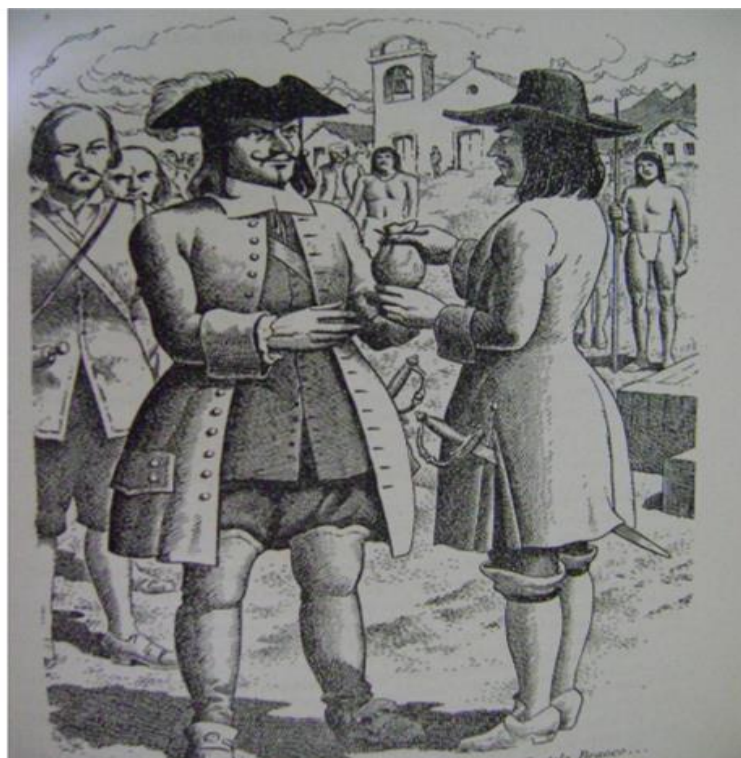
Figura 4 – Representação da Conferência de Afonso Arinos (1946)



Fonte: (ROIZ, 2013, p. 187.)

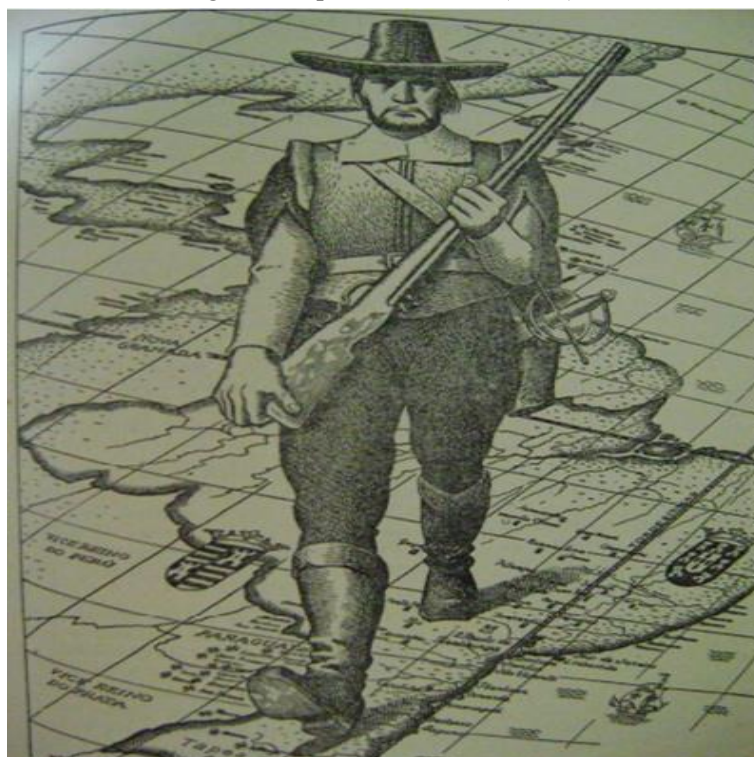
A quinta imagem foi elaborada para o texto de Joaquim Ribeiro, “(...) Belmonte, curiosamente, descreveu uma cena de Garcia Rodrigues Pais, entregando dinheiro a D. Rodrigo de Castelo Branco, na praça de uma igreja.” (ROIZ, 2018, p.255). Para a composição da ilustração do texto de Sérgio Buarque de Holanda, sendo a sexta imagem, Belmonte baseou-se em duas outras publicações, sendo a de Taunay e Filho, construindo a mobilidade do sertanista. O autor esboça as mudanças econômicas e políticas com as mudanças nos centros de poder “(...) do Nordeste açucareiro, para o Sudeste cafeeiro; daí este bandeirante estar de costas para o nordeste e ir em direção ao centro-sul do país.” (ROIZ, 2018, p.256).

Figura 5- Representação da Conferência de Joaquim Ribeiro (1946)



Fonte: (ROIZ, 2013, p. 189)

Figura 6 – Representação da Conferência de Sérgio Buarque de Holanda (1946)



Fonte: (ROIZ, 2013, p. 190).

As descrições quanto as figuras destacam a análise conduzida por Roiz sobre as imagens produzidas por Belmonte para acompanhar textos publicados em 1946, ilustrando o bandeirante em diferentes contextos, retratando-os na travessia do Tietê, envolvidos no desbravamento de territórios, em busca de indígenas, e em situações sociais e econômicas específicas. Tais representações sugerem uma idealização das figuras históricas, onde são esboçados de maneira arrumada, com vestimentas completas e armados. No entanto, é importante ressaltar que essas representações artísticas podem ser interpretadas como uma construção visual que busca transmitir uma mensagem específica ou reforçar determinados estereótipos.

Na realidade histórica, a vestimenta dos bandeirantes provavelmente variava consideravelmente e estava condicionada ao contexto e às circunstâncias. Os bandeirantes estavam envolvidos em expedições longas e difíceis pelo interior do Brasil. Suas roupas provavelmente seriam práticas, adaptadas às condições climáticas e geográficas, ao invés de luxuosas ou altamente ornamentadas, como foi evidenciado por Belmonte. A representação de bandeirantes vestidos de maneira impecável nas imagens pode ser mais uma expressão do estilo artístico da época ou, como no caso, uma escolha deliberada para transmitir uma imagem mais heroica e nobre.

Portanto, enquanto as imagens oferecem uma visão visual interessante e artística das atividades bandeirantes, em consonância com as exigências e necessidades da época, é fundamental reconhecer a distância entre essas representações idealizadas e a realidade histórica, que era provavelmente mais prática e adaptada às condições enfrentadas por eles durante as expedições.

2.3 O bandeirante no projeto *Goiás + 300: Reflexão e Ressignificação*

O capítulo cinco, do primeiro livro proposto pelo projeto *Goiás +300: Reflexão e Ressignificação* (2022), escrito pelo professor Sandro Dutra e Silva, como já citado, aborda o bandeirante como categoria simbólica em Goiás, que, ora é pensado como figura representativa e heroica e, ora é visto como homem cruel e ordinário. Segundo o autor, essas narrativas sobre os bandeirantes não apenas serviram para exemplificar o que se compreendia por sertão, como local inóspito e de difícil acesso, como também foram importantes para a construção da figura do conquistador luso-brasileiro.

Diante disso, podemos perguntar: os bandeirantes e mais especificamente o Anhanguera seriam um mito político? Antes de dar prosseguimento à nossa análise, gostaríamos de destacar que, de acordo com Girardet (1987), a elaboração de mitos nos informa não apenas sobre o

passado, mas, sobretudo nos diz sobre os interesses e demandas do presente histórico da construção da narrativa mitológica:

se o mito não pode deixar de conservar a marca do personagem em torno do qual ele se constrói, se, engrandecendo-os, tende a assegurar através do tempo a perenidade dos traços específicos que são os de sua fisionomia, não pode deixar, por outro lado, de depender ele próprio, em sua forma como em seu conteúdo, das circunstâncias, historicamente delimitadas, nas quais é elaborado. (GIRARDET, 1987, p.82)

E complementa:

Todo processo de heroificação implica, em outras palavras, uma certa adequação entre a personalidade do salvador virtual e as necessidades de uma sociedade em um dado momento de sua história. O mito tende, assim, a definir-se em relação à função maior que se acha episodicamente atribuída ao herói, como uma resposta a certa forma de expectativa, a um certo tipo de exigência. (GIRARDET, 1987, p.82)

Segundo Diogo Roiz, entre 1870 e 1940, a produção de narrativas sobre a história dos bandeirantes esteve no auge, sendo importante destacar que entre as décadas de vinte e trinta, do século XX, a historiografia esteve atada na tentativa de uma reconstituição da historicidade paulista, na composição de uma identidade regional “(...) ao se projetarem para o futuro, deixaram entrever os conteúdos utópicos próprios aos regionalismos e nacionalismos.” (ROIZ, 2018, p.238).

Retomando o texto de Dutra e Silva (2022) no projeto *Goiás + 300: Reflexão e Ressignificação*, o autor explica que o termo utilizado anteriormente para designar o território foi alterado para *Oeste* entre as décadas de 1930 e 1950:

a mais abrangente das políticas de expansão demográfica e econômica para a fronteira foi A Marcha para o Oeste, veiculada pelo Departamento de imprensa e Propaganda durante o Governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Seguindo uma tradição paulista de celebração do mito bandeirante que acontecia desde o início do século XX, no período vanguardista ocorreu uma significativa produção intelectual e cultural sobre o tema (DUTRA E SILVA, 2022, p.92).

E complementa:

os atores sociais que se engajaram nesse fluxo migratório do século XX encontraram uma nova referência simbólica na reinvenção do bandeirante como categoria histórica. O discurso social a favor dos desbravadores do Brasil Central e do movimento para o oeste na primeira metade do século XX foi retratado com essa imagem arcana dos bandeirantes originais. Isso foi feito para reforçar novas formas de propaganda política em favor dos programas

governamentais de colonização. O bandeirante – desbravador/fronteiriço – foi escolhido como personagem-símbolo do novo movimento em direção à conquista do que outrora era sertão e agora passava a ser descrito como Oeste. (DUTRA E SILVA, 2022, p.92).

Quanto a esta *epopeia bandeirante*, Dutra e Silva (2022) desenvolve que foi construída, pelos historiadores da primeira metade do século XX, crítica semelhante àquela realizada por Capistrano de Abreu como citamos anteriormente. Tal narrativa produz uma equivalência entre os bandeirantes e os grandes conquistadores, com o esforço de associá-los a uma identidade nacional marcada pela força e pela valentia. A historiografia deste período, principalmente durante o Estado Novo (1938-1945), impulsionada pelas políticas de Getúlio Vargas, assumiu uma conduta nacionalista, antidemocrática e autoritária, apresentando tais expedições como um projeto cívico de ocupação territorial. Dessa forma, ao buscar legitimar a *Marcha para o Oeste*, houve uma manipulação simbólica do processo violento que efetivamente ocorreu nas bandeiras, o que implica em um silenciamento de discursos alternativos. Essas narrativas, contribuíram para legitimar simbolicamente o deslocamento de pessoas para o interior brasileiro. Dutra e Silva (2022) chama atenção para trabalhos recentes que apresentam essa mudança com papel bem estruturado do Estado Novo.

Os indivíduos e os atores institucionais foram incumbidos da missão de apropriação territorial, seguida da construção da nacionalidade e da nação. Essas expressões entusiastas e enraizadas no solo do nacionalismo (brasilidade) garantiram que a Marcha fosse reproduzida e com efeitos práticos em Goiás. (DUTRA E SILVA, 2017 apud DUTRA E SILVA, 2022, p.98).

À vista disso, quando tais narrativas sobre o passado dos bandeirantes são enunciadas verifica-se que se referem miticamente a uma tentativa de compreender a época de tal modo que as três instâncias temporais – passado, presente e futuro – tenham sentido e orientação e constituam a identidade individual e coletiva (RÜSEN, 2009). Quanto ao exposto, podemos averiguar que na tentativa de lidar com a crise econômica, de 1929, que atingiu lavouras cafeeiras e que facultou instabilidades políticas no Brasil, e também ao estado de São Paulo, ambicionou-se a tentativa de reforçar uma identidade para o povo paulista, cujo passado deveria ser conceituado como “heroico” e “glorioso” (DUTRA e SILVA, 2022).

Quanto aos dois parágrafos anteriores, Dutra e Silva explica que esta ideologia nacionalista proposta pelo governo em questão coloca-o como ordenador social dos conflitos, pensando a nação a partir de valores cívicos e morais e que seriam cumpridos pelo Estado

reforçando o ideal de uma “(...) ordem rural oligárquica para sociedade urbana industrializada.” (DUTRA E SILVA, 2022, p.98.)

A ideologia do Estado Novo tinha um conjunto de componentes doutrinários (elitista, autoritário, hierárquico e nacionalista) herdados da política nacional tradicional, bem como de ideologias europeias emergentes (fascismo, nazismo, etc). Esses componentes são destacados no nacionalismo como a influência mais forte na orientação política desse período, que vinculava os interesses da sociedade aos objetivos nacionais. (LENHARO, 1990 apud DUTRA E SILVA, 2022, p. 98).

Durante este período ganhou espaço no país elementos ligados à teoria eugenista⁵¹ no Brasil ganhou maiores proporções. Esse ideal de “limpeza social” foi adotado por uma elite intelectual que enxergava nessa proposta a impecável solução para o progresso do país. Consideravam minorias como atrasos para o desenvolvimento político, social e científico, tanto que o historiador Fábio Koifman (2007), em *Imigrante Ideal: o Ministério da Justiça e a Entrada de Estrangeiros no Brasil (1941-1945)*, narra que Getúlio Vargas e alguns setores das elites brasileiras acreditavam que a presença significativa de indivíduos de etnias não brancas na população brasileira poderia ser uma explicação para o atraso e as dificuldades enfrentadas pelo país (KOIFMAN, 2007).

Controlando quem imigrava para o país, selecionando minuciosamente com o objetivo melhorar a composição étnica da nação. Essa idealização é tão absurda que esteve presente nos discursos políticos – pelo Decreto-Lei número 3.010/38, o Decreto-Lei número 3.175/41 e o Decreto-Lei número 7.967/45. No Brasil, foi difundida pelo médico sanitarista Renato Kehl (1889 – 1974), que pregava a segregação dos deficientes e a esterilização dos “anormais e criminosos”. Considerei relevante a elucidação deste fato, pois é possível correlacionar as ideias eugenistas com a violência sofrida pelos povos indígenas e africanos, uma vez que estes tiveram suas histórias de sofrimento silenciadas por muito tempo, inclusive, durante o Estado Novo.

Retomando o *Curso de Bandeirologia*, Danilo J. Zioni Ferretti apresenta uma interpretação semelhante à de Diogo Roiz. Com o título *Lições do passado bandeirante no*

⁵¹ “Esse conceito passou a ser difundido, por Francis Galton, no final do século XIX, seguindo a noção de que o fundamento darwinista de “seleção natural” aplica-se também à espécie humana. A eugenia afirmava que tinha como objetivo melhorar a qualidade genética da população. Com o avanço industrial, camponeses e imigrantes passaram a ver nas cidades melhores condições de vida, em função disso o aspecto social das cidades mudou. Essa teoria seguia a ideia de que uma raça superior (no caso os brancos europeus) se adaptavam melhor a determinadas regiões e situações. O conceito proposto por Francis Galton era em relação a manipulação genética para melhoria das próximas gerações, porém com o tempo assumiu outras vertentes e tomou outros rumos.” (MELO, 2019, p.17).

‘*Curso de Bandeirologia*’: Taunay e Sérgio Buarque de Holanda (1946)⁵², Ferreti explora como o curso compôs uma narrativa histórica que repercutiu sobre o imaginário social:

De modo geral, as conferências foram resultado da confluência de dois movimentos: por um lado a busca de avançar no processo de institucionalização dos estudos sobre as bandeiras e, por outro, o reinvestimento no discurso da paulistanidade, em um novo contexto político, pós-Estado Novo. (FERRETI, 2009, p. 2).

Além de Sérgio Buarque de Holanda, Ferreti (2009) apresenta a maneira como Afonso de Taunay, também historiador do século XX, manifestou-se, de forma elogiosa, durante o *Curso de Bandeirologia* de 1946. Ele foi o responsável pela abertura do evento, proferindo palestra sobre o tema “O bandeirantismo e os primeiros caminhos do Brasil”, na qual abordou a metodologia historiográfica relacionada ao tema:

Sua apresentação dá-se na forma de uma viagem exploratória, específica do historiador, que desenrolava a série de personagens e acontecimentos mais importantes que viveram e ocorreram em suas margens. (...) A forma narrativa adotada reproduzia a linearidade ascendente da própria ideia de progresso, num tom o mais sublime e otimista possível. (FERRETI, 2009, p.6).

Segundo Paulo Cavalcante de Oliveira Junior, em *Afonso D'E Taunay e a Construção da Memória Bandeirante* (1994), a intenção de Taunay “não era problematizar a conquista e o povoamento (...) ele vislumbra construir uma matéria que fosse digna aos olhos da História, cujo personagem principal, o bandeirante, agia segundo os mais elevados sentimentos.” (JUNIOR, 1994, p.72). Segundo Ferreti, “a dimensão de progresso estava presente não somente na estruturação da narrativa, mas na forma de conceber o processo histórico analisado.” (FERRETI, 2009, p. 7). Com isso compreendemos que quando os bandeirantes são apresentados positivamente como se fossem uma personagem heroica o que acontece é um processo de *mitologização* no imaginário e na memória histórica local (Cf. GIRARDET, 1987). E a discussão vai além quando se refletimos quanto aos povos indígenas e nos negros escravizados, quando esses foram invisibilizados.

No artigo produzido por Ferretti, o autor expõe como ocorreu a iniciativa de criar o *Curso de Bandeirologia*. Roiz corrobora com o pensamento do autor, que discorre sobre

⁵²“Contudo, diferente da tradição historiográfica regional e de Taunay, SBH se esforçava em mostrar que juntamente à continuidade havia uma série de rupturas que diferenciavam significativamente o movimento das bandeiras do das monções. Essas últimas eram apresentadas como um momento especial no processo de paulatina supressão de um espírito turbulento de irrefreada ambição individual e aventura que marcara as bandeiras. Com as monções teria início uma mudança de comportamento nos colonos paulistas, que ficavam cada vez mais disciplinados.” (FERRETI, 2009, p.09).

Macedo Soares⁵³ que teve papel relevante na construção do programa “Marcha para o Oeste”, na década de quarenta, além de ter sido

(...) figura chave da institucionalização do saber geográfico (...) e da criação de instituições estatais de atividades e pesquisa geográficas (...) em 1936, da Comissão Nacional Estatística, da qual foi o presidente, como organizou, neste mesmo ano, a Convenção Nacional de Estatística (...) reuniu o primeiro grupo de profissionais em geografia, recém-formados (...) inserindo-os na discussão e criação de um organismo estatal de geografia, consolidado em 1937 no Conselho Brasileiro de Geografia (...) Todas essas iniciativas confluíram com a criação, em 1938, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (MORAES, 2002, p.164; OLIVEIRA, 2005 apud FERRETTI, 2009, p. 2).

Com o apoio do Departamento Estadual de Informação (DEI), instituição cultural de São Paulo, que incentivava e financiava estudos com temas paulistas, a fim de, transicionar entre o pensamento do regime anterior para o novo. Todo conhecimento produzido à época quanto a paulistanidade era provido pelo órgão. Reiteramos que o curso serviu não só para o desenvolvimento dos estudos das bandeiras, mas também foi essencial politicamente.

No caso de Taunay, e dos historiadores paulistas do início dos séc XX, a força impulsionadora do progresso regional era identificada exatamente nas virtudes da energia, iniciativa, destemor e trabalho de sua gente. Taunay buscava, através de sua prática historiográfica ensinar que havia uma continuidade indissociável entre o passado, o presente e o futuro de São Paulo. (...) E, o mais importante, que essa continuidade era proporcionada pelas virtudes inerentes ao seu povo, que haviam surgido no passado colonial, um passado que, por esse motivo, merecia ser tomado como exemplo para um presente e um futuro que necessariamente o superaria. (FERRETTI, 2009, p.8)

Essa estrutura administrativa é explorada no projeto *Goiás + 300: Reflexão e Ressignificação*, pelo autor Francisco Itami Campos⁵⁴, no texto *Goiás: Coronelismo e Mandonismo – a presença do ‘coronel’ na política regional* (2022), focando no estado em questão e em uma problemática presente no imaginário do povo goiano: o coronelismo⁵⁵. Com

53“(...) convém lembrar a trajetória de Macedo Soares como pertencente à elite política paulista, membro do Partido Democrático, da Chapa Única por São Paulo Unido (1933) e do Partido Constitucionalista de São Paulo (1934). Em todos eles, sempre desempenhou o papel de negociador entre os interesses de setores da elite paulista e o governo Vargas, do qual participou ativamente como ministro das relações exteriores (1934-1936) e da justiça (1937).” (FERRETTI, 2009, p. 3).

54 Doutor em Ciência Política, USP. Professor Titular, aposentado, UFG. Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente, da Universidade Evangélica de Anápolis. Bolsista Funadesp/UniEVANGÉLICA.” (2022, p.191)

55 A República, com a dinâmica federativa em andamento e na sequência da ‘política dos governadores’, tem um arranjo de poder que consagra as oligarquias nos Estados e os coronéis nos municípios. Daí a historiografia ter

esse exercício os estados conservaram suas autonomias e com isso fortaleceram oligarquias e consolidaram a figura dos coronéis. Com a “política dos governadores” foi possível articular dirigentes estaduais e locais, as oligarquias e os coronéis respectivamente, com pactos de poder que mantinham a ordem (CAMPOS, 2022).

Antes de apresentar os pontos previstos nesta produção, os coronéis graças a tal política, recebiam carta livre para mandar e desmandar, em seus municípios, controlando as práticas locais, a polícia e os cargos públicos, contanto que votassem nos candidatos indicados pelos oligarcas.

As bases do pacto de poder oligárquico estabelecidas por Campos Sales, eram: 1. Independência entre os Poderes, mas preeminência da Presidência da República; 2. O Congresso não governa e nem administra (apoia as diretrizes políticas propostas pela Presidência da República, daí ser importante obter apoio da maioria no Parlamento); 3. Para obter maioria parlamentar era importante o papel das chefias estaduais (oligarquias). Era necessário reconhecer a legitimidade das maiorias estaduais. O Governo Federal não apoia dissidências estaduais; 4. Reconhecimento das atas eleitorais. A Comissão de Verificação de Poderes da Câmara Federal, dirigida pelo presidente da Câmara (da última legislatura), resolveria os impasses sobre as atas eleitorais, apoiando as indicações das chefias estaduais. (CAMPOS, 2022, p.192)

Nem todos os coronéis que possuíam patentes e ocupavam lugares de importância no cenário político eram formados por fazendeiros locais que expandiram suas terras e passaram a controlar os cidadãos⁵⁶. O poder ficava integralmente consolidado nas famílias desses oligarcas, na qual cada um ocupava cargos administrativos e legislativos. “Em Goiás a historiografia demarca quatro domínios oligárquicos, quais sejam: Bulhões/Jardim (1890 a 1903); Xavier/Lopes de Moraes (1904 a 1908); Bulhões/Jardim retorno (1909 a 1912); e, Caiado/Castro/Jardim (1913 a 1930).” (CAMPOS, 2022, p.194).

Alternando-se por meio de disputas territoriais e políticas, essas famílias construíram o estado de Goiás e permanecem, até hoje, no poder. O atual governador do estado, Ronaldo Caiado⁵⁷, está em seu segundo mandato. Tal família em conjunto com os Bulhões e os Gonzaga Jaime, articularam um movimento armado que depôs o governo xavierista.

atribuído ao período da Primeira República, 1889-1930 a denominação de Coronelismo, sendo que muitos estudiosos restringem a esse período o mando, quase nacional, do coronel.” (CAMPOS, 2022, p.205).

⁵⁶ Como foram expostos os coronéis possuem tais atuações devido a estipulações feitas com as oligarquias, que garantiram vitórias de tal grupo quando houvesse eleições, por meio de coerção e manipulação, os dirigentes locais controlaram “suas” comunidades.

⁵⁷ O governador é neto de Antônio Ramos Caiado “(...) filho mais velho de Torquato, conviveu diretamente com o avô na prática política, absorvendo a experiência deste e aplicando-a, desde muito jovem, na sua própria intervenção (...) A família Caiado permaneceu em cena, ampliando sua intervenção com o retorno de Antônio Ramos Caiado (Totó Caiado) a Goiás, em 1896, após concluir curso superior de Direito e Ciências Sociais em São

O grupo dissidente, inicialmente, denomina-se ‘Oposição Republicana’ e, em janeiro de 1909, forma o Partido Democrata. (...) Em 1912, a política regional é rearticulada. Com apoio federal na conhecida salvação nacional, o coronel Eugênio Rodrigues Jardim, ligado à família Caiado por casamento, recebe carta branca para reorganizar a política em Goiás. O Partido Democrata foi reestruturado com exclusão de alguns integrantes. Daí os Bulhões, Jaymes e outros aliados organizarem o Partido Republicano, tornando-se oposição. (CAMPOS, 2022, p.194-195).

O autor complementa “(...) a eleição de João Alves de Castro para governar o Estado, (...) reforça o clã Caiado-Castro-Jardim e sedimenta a oligarquia que se torna hegemônica de então até outubro de 1930, governando o Estado e dominando a política goiana no período.” (CAMPOS, 2005 apud CAMPOS, 2022, p.195). Elaborando como a política do estado de Goiás esteve restrita a famílias específicas durante esses anos e que mesmo com a Revolução de 1930, com a presença de um interventor, a figura do fazendeiro como importante representante se fez presente. Retomando os argumentos de Roiz e conectando-os com a Revolução de 30, destacamos a importância do bandeirante no imaginário social:

Toda vez que se sentia a necessidade de manter a integração em torno de São Paulo, o bandeirante, não mais como objeto de conhecimento histórico, mas como símbolo, era lembrado. Isto aconteceu na Revolução de 1932, quando as elites paulistas precisavam unir em torno do seu projeto político todas as camadas da população de São Paulo – a ideia de unidade podia ser sintetizada no bandeirante. Aconteceu também, num projeto político que lhe era oposto – o do Estado Novo. O sentido do símbolo não mudou – era ainda o de integração a unidade – dessa vez, porém, numa outra direção que não o “federalismo hegemônico”, mas o governo centralizador. (ABUD, 1985, p.208 apud ROIZ, 2018, p. 208-209).

Foi, dessa forma, que a elite intelectual paulista enxergou continuidades nas narrativas bandeirantes, enxergando-os como heróis arrojados que expandiram territórios formulando noções de patrimônio, que viam as vilas mineiras e goianas como perpetuidade de São Paulo – ademais, como introdutório do território nacional.

Quanto a essas alegações, gostaria de chamar atenção para análise proferida pelo filósofo francês Michel Foucault em *A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970* (2014). Nesta o autor discorre sobre as instituições, e o Estado assim é, e suas formas eloquentes de controle

Paulo. (...) Em 1904 (...) assumiu a pasta de Interior, Justiça e Segurança Pública do governo Xavier Almeida (...) 1909 (...) figurou na chapa para deputado (...) esse seria o momento em que Totó Caiado assumiria pela primeira vez papel central na vida política do Estado (...) assumiu então uma vaga como deputado federal, posto ao qual retornaria por mais três mandatos e do qual somente sairia para cumprir sucessivos mandatos como senador federal, até sua cassação, em 1930.” (RIBEIRO, 1996, p. 38-40).

E a instituição responde: (...) estamos todos aí para lhe mostrar que o discurso está na ordem das leis; que há muito tempo se cuida de sua aparição; que lhe foi preparado um lugar que o honra mas o desarma; e que, se lhe ocorre ter algum poder, é de nós, só de nós, que lhe advém (...) Onde, afinal, está o perigo? (...) suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 2014, p. 7-9).

Quanto aos discursos e para além das instituições e dos “vitoriosos”, Foucault (2014) complementa indicando que tais poderes impõem e reconduzem o que é expresso pelo outro, seria um sistema de exclusão ou *sistema histórico, institucionalmente constrangedor*: “Escuta de um discurso que é investido pelo desejo, e que se crê (...) carregado de terríveis poderes. Se é necessário o silêncio da razão para curar os monstros, basta que o silêncio esteja alerta, e eis que a separação permanece.” (FOUCAULT, 2014, p.13)⁵⁸.

Os discursos desenvolvidos durante o Estado Novo foram valorizados sob a égide do poder hierárquico, preconizado por dicções que profetizavam o futuro, anunciando-o, mas que para além contribuía para seu êxito, fazendo com que homens aderissem a tais projetos de poder. Assim, tal migração era vista como papel importante promovido pelos trabalhadores que se enxergavam como coproprietários do território nacional (LENHARO, 1986 apud DUTRA E SILVA, 2022, p.100):

Em 1940, o presidente Vargas estabeleceu a “Cruzada da Brasilidade”. Visitou regiões do sertão e proferiu discursos em defesa da soberania e segurança do território nacional. Em sua visita a Goiânia, a nova capital de Goiás, no Brasil Central (...) falou sobre a defesa do território como traço nacionalista, relacionando questões demográficas e colonização como signos de “brasilidade”, destacando a imagem dos bandeirantes como heróis e conquistadores do sertão. (DUTRA E SILVA, 2022, p.101).

Portanto, os discursos do Estado Novo exerciam influência notável, operando em uma estrutura hierárquica de poder que não apenas orientavam o futuro, mas também garantiam conquistas. A migração, vista pelos trabalhadores como uma contribuição à qual se identificavam como coproprietários do território nacional, reflete esse papel crucial. O exemplo ilustrativo é a “Cruzada da Brasilidade” de 1940, em que o presidente Vargas, ao visitar o sertão e defender a soberania, vinculou a defesa territorial à ideia de “brasilidade”, destacando os bandeirantes como heróis durante sua visita a Goiânia, nova capital de Goiás no Brasil Central. Isso revela a intrincada interconexão entre retórica política, migração e construção da identidade nacionalista durante o Estado Novo.

⁵⁸ Este ponto será abordado no último tópico deste capítulo com melhor aprofundamento.

2.4 O projeto Goiás +300 como de campo de reflexão

Como foi discorrido no início deste capítulo, o bandeirantismo assume papel importante para a formação identitária da sociedade goiana e reforça o poder paulista. Devido às adversidades econômicas que a Coroa encarava em seu território, à época, a capitania de São Paulo, enfrentava os mesmos problemas que os diferiam das regiões litorâneas. A dependência das regiões brasileiras, já exploradas e ocupadas, provinham, em partes, dos envios de Portugal – sendo que, boa parte do lucro aqui gerado era expedido para o país europeu.

O projeto *Goiás +300: Reflexão e Ressignificação* (2022), tema central desta dissertação, discorre sobre a figura do bandeirante que foi construída a partir de ideais eurocêntricos e de uma idealização do passado. Esse arquétipo formulado e imposto para com esse grupo de sujeitos tidos como magníficos, enroupados, audaciosos, afoitos, destemidos e arrojados guerreiros, configura uma mitologia política. Vale lembrar que o território goiano já vinha sendo explorado, mas ganhou reconhecimento a partir da segunda década do século dezoito, com a expedição liderada pelo Anhanguera, o filho, que partindo da Vila de São Paulo, em 1722, caminhou juntamente com o seu grupo para o sertão brasileiro com o intuito de explorá-lo. É pertinente destacar que não foi, no entanto, a primeira expedição organizada por um *Anhanguera*.

Em 1682⁵⁹, Bartolomeu Bueno – pai – havia adentrado o território e vislumbrado adereços com pedras preciosas que mulheres indígenas portavam. É nesse momento que a mitológica história do fogo na aguardente surgiu. Bartolomeu, pai, na tentativa de descobrir onde a comunidade conseguiu tal riqueza, coloca fogo na bebida dizendo que se eles não lhe contassem onde estavam suas jazidas, ele faria o mesmo com os rios. Tal ato faria com que o homem recebesse a alcunha de Anhanguera, ou *diabo velho*. Mesmo os assustando, não obteve o resultado esperando. Nesse sentido, Nilson Jaime em texto integrante do *Goiás + 300* (2022), expõe de forma elogiosa que:

⁵⁹ Há outras bandeiras antes da organizada por Bartolomeu, como expos Luiz Palacin, em *O Século do Ouro em Goiás* (1927) “A primeira bandeira, que partindo de São Paulo, possivelmente chegou até os sertões de Goiás no leste do Tocantins foi a de Antônio Macedo e Domingos Luis Grau (1590 – 1593). Depois seguiram-se a de: Domingos Rodrigues (1596 – 1600), que alcançou o Araguaia, na região de seu encontro com Tocantins; a de Afonso Sardinha (1598 - ?), que chegou também ao Paraopava – primeiro nome do Araguaia em São Paulo – a de Belchior Carneiro (1607 – 1609), que passou ainda mais para o norte (...) a de Sebastião Paes de Barros (1673). Esta bandeira, a maior das saídas de São Paulo para o “sertão dos Goiás” (...) é a última das bandeiras paulistas para Goiás – de que se conserva notícia documentada – antes da do Anhanguera em 1722.” (PALACIN, 1979, p.16-17).

faleceu Bartolomeu Bueno da Silva, o pai, no final do século XVII, deixando nove filhos (AZEVEDO MARQUES, 1980) (...) Taunay (1975) lembra que o Primeiro Anhanguera notabilizou-se pelas enormes jornadas realizadas em terras hoje mato-grossenses e goianas. Por volta de 1682, “estava entre os gentios Goiás, em cujo território descobriu indícios de ouro. (JAIME, 2022, p.81).

Contudo, seu filho o acompanhou nessa expedição e décadas mais tarde retornaria para o sertão, a fim de dar continuidade ao trabalho do pai. Apelidado como *segundo anhanguera* ou apenas *Anhanguera*:

Em 03 de julho de 1722, eram mais de 500 homens partindo da vila de São Paulo rumo ao sertão. Trinta e nove cavalos, cento e cinquenta e duas armas, dois religiosos, todos chefiados pelo capitão Bartolomeu Bueno da Silva, que herdara do pai o nome e a alcunha de Anhanguera. A expedição duraria 3 anos, 3 meses e 18 dias, dela resultando a descoberta das ricas minas de Goiás. Quando o Anhanguera chegasse em retorno à vila, estaria encerrada a marcha épica que implicou a integração de Goiás nos quadros do sistema colonial. (ASSIS, 2005, p.21).

Nilson Jaime, um dos coordenadores do projeto *Goiás + 300: Reflexão e Ressignificação* (2022), explica que os caminhos trilhados pela bandeira liderada pelo Anhanguera filho já eram conhecidos por outros bandeirantes. Nestes caminhos, inclusive, surgiram pequenas vilas que mais tarde se transformariam em cidades. Essa mesma rota foi refeita, em 2004 por uma equipe da EPTV, de Campinas, em comemoração ao aniversário da emissora, que saiu do Pátio do Colégio, ponto inicial da formação de São Paulo, passando por diversos municípios, citando alguns como Jundiá, Campinas, Franca, em São Paulo; Uberaba e Indianópolis, em Minas Gerais; Catalão, Ipameri, Pires do Rio, Silvânia, Corumbá de Goiás, Pirenópolis, Itaberaí e Cidade de Goiás, em Goiás (JAIME, 2022, p.83-84).

A bandeira do Anhanguera, filho, descobriu ouro no Rio Vermelho e logo retornaram a São Paulo, gloriosos com a conquista, em 1725. Um ano depois retornou à região explorada fundando arraiais como o de Sant’Anna e Santa Rita; seguindo o rumo traçado por Bartolomeu, filho, povoações foram fundadas como a de Crixás, São José (Niquelândia), Santa Luzia (Luziânia), Cavalcante, entre outros. Tal imigração levou ao genocídio de povos indígenas da região (JAIME, 2022).

As narrativas que fazem uso do passado são construídas a fim de exaltar determinados períodos históricos e, na maioria das vezes, personagens que se destacaram e que poderão servir de modelo e orientação para os cidadãos, até mesmo sendo usados de maneira coercitiva. Um exemplo, histórico, seria quanto a construção da epopeia da aguardente, história conhecida no

estado de Goiás, e que nem sequer foi fabricada durante o período em que, supostamente, ocorreu. Silva Leme descreve em *Genealogia Paulistana*, obra composta por nove volumes publicados entre 1903 e 1905, sobre a figura do sertanista Francisco Pires Ribeiro que esteve no sertão com seu tio Fernão Dias Paes, durante a década de setenta e oitenta do século XVII, e que

fez várias entradas ao sertão a conquistar índios bárbaros e reduzi-los ao grêmio da igreja. (...) Foi muito celebre ardil (...) havia disposto em várias vasilhas a aguardente de cana, da qual ainda os gentios não tinham conhecimento algum (...) pois tinha poder para conquistar não só a nação, como a todas as mais daquele sertão, abrasando-lhes os campos, matas e rios com fogo, que tinha sob seu domínio, e, para que o cacique inteiramente se capacitasse deste fingido poder (...) uma luz, e, introduzindo-a nas tinas de aguardente, que o gentio estava vendo, ardeu o espírito deste licor como costuma, fazendo as labaredas tão horrorosa vista ao simples cacique, que, capacitado do poder de Francisco Pires Ribeiro, ficou como extático e confuso, pedindo que contra ele e sua nação não empregasse as iras, porque se recolhia a sua povoação, e vinha com todos os seus vassallos procurar a sua amizade, para seguir a transmigração que lhe propunha (LEME, 1904, p. 129-130).

E expõe, em uma nota de rodapé, na página citada que tal estratégia, de incendiar a cachaça, também foi atribuída a Bartolomeu Bueno da Silva. São narrativas escritas, na década de quarenta e cinquenta, do século XX, que buscavam promover essa ideia heroica sobre a figura do bandeirante, a fim de, impulsionar a ocupação e o desenvolvimento do centro-oeste. Em nossa pesquisa, podemos interpretar que essas narrativas produzem um “mito recheado de mitos”.

O objeto da nossa pesquisa, o *Goiás +300 – Reflexão e Ressignificação* (2022) contou com pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento que discorreram sobre temas variados que abrangem e englobam, o estado de Goiás, os bandeirantes/bandeirantismo, os paulistas, o estado do Tocantins e assim por diante. A princípio, o projeto busca se distanciar de uma narrativa mitológica, pois, de acordo com os coordenadores, “o papel do historiador é trazer a luz fatos históricos e deles tirar conclusões científicas, de modo a produzir sua ressignificação e prevenir males já identificados.” (JAIME e MENDONÇA, 2022, p.14). Jaime e Mendonça complementam: “o projeto (...) não tem viés negativo de comemorar o genocídio sabido dos povos originários (...) tampouco se acomodará em patrocinar o negacionismo raso, ou o mero revanchismo histórico.” (JAIME e MENDONÇA, 2022, p.14). Ou seja, o discurso oficial do projeto é que ele aconteceria sem silenciar ou censurar pesquisadores, reconhecendo seus trabalhos e sabendo que, com o passar do tempo o projeto poderia receber críticas e ser ressignificado:

Goiás +300 é um chamado à reflexão e à ressignificação, em que a sociedade goiana, é desafiada a ensimesmar-se de suas origens indígenas, afro, mameluco bandeirante, ibérica e europeia, apropriando-se dos elementos étnicos e antropológicos herdados dos Povos Originários e africanos, sem olvidar da compensação devida pelo enorme passivo social que Goiás tem com as populações autóctones e quilombolas que vivem neste Estado. (JAIME e MENDONÇA, 2022, p.17).

Como citado por Sandro Dutra e Silva em seu texto no *Goiás + 300*, os bandeirantes em suas expedições capturavam povos nativos, sendo descritos como traficantes de escravos, e mesmo que desbravassem territórios, não eram construtores e nem sequer colonizadores, de fato. É verdade que uma ou outra comunidade mineradora prosperava, porém as demais fracassavam quando o ouro ou os metais preciosos minguavam. Os bandeirantes formavam grupos heterogêneos financiados com capital privado, nos quais os negros e indígenas escravizados eram responsáveis pelos carregamentos (DUTRA e SILVA, 2022).

Em entrevista concedida ao *Jornal Opção*, em dezembro de 2022, Nilson Jaime, um dos idealizadores do projeto, explana quanto a importância que atribui ao *Goiás + 300*. Segundo ele, ressignificar a forma como fomos ensinados e como compreendemos a história de Goiás não significa criar verdades absolutas. Além disso, Jaime afirma que é necessário reconhecer os escritos dos historiadores do passado, mas que, a partir das facilidades de comunicação e acesso a documentos e publicações online, torna-se necessário refletir quanto essas construções na atualidade.

A ressignificação pretendida só será possível a partir de uma releitura crítica dos acontecimentos e do processo histórico, com o estabelecimento de alguns pressupostos básicos: primeiramente, a História de Goiás não se iniciou com a chegada dos bandeirantes, há 300 anos (...) O que eles iniciaram foi a colonização paulista-europeia desta região. Os povos originários, denominados indígenas, habitavam essas plagas há pelo menos 650 gerações, ou 13 mil anos. Então, a história começa aí, até onde já foi possível se constatar.⁶⁰

Alguns debates foram levantados quanto a publicação das obras, uma delas sendo quanto ao título que anteriormente não apresentava o “mais” na frente dos trezentos anos, indicando que os coordenadores, ao contrário do que foi dito, corroboravam com a interpretação segundo a qual a história de Goiás começa com a chegada de Anhanguera. A partir da exploração sobre a temática indígena é que o acrescentaram, após sugestão da professora Dra.

⁶⁰ JAIME, Nilson. Projeto Goiás +300 promete repensar e ressignificar as origens do estado. Entrevista concedida a Italo Wolff. *Jornal Opção*, Goiânia, dez. 2022.

Thaís Alves Marinho, pois segundo Nilson Jaime “Até recentemente, pensava-se que os primeiros vestígios de habitantes no Cerrado datavam de 10 mil anos. Hoje (...) foi acrescentado mais três mil anos.”⁶¹

2.5 Bandeiridade – bandeirantismo como regionalidade goiana

A imagem do Bandeirante está intimamente atrelada à identidade goiana. Quando se visita a capital do estado, é comum encontrar monumentos, como a estátua de Bartolomeu Bueno da Silva, na Praça Atílio Correia Lima, conhecida popularmente como Praça do Bandeirante, no centro da cidade. Além disso, existem avenidas, tal qual a Avenida Anhanguera com seus 14 km; ruas; lojas; praças, como a Praça Fernão Dias; escolas; além de sua imagem estar estampada na bandeira da capital e compor parte do Hino do Estado de Goiás (1919)⁶².

A personagem é, ainda, evocada e celebrada na capital, pela constituição de uma espécie de mito de fundação. O cientista político Luis Felipe Miguel, em um artigo publicado em (1998) discorre que se analisada sem critérios a palavra *mito* consistiria em uma falsa ideia ou em um cenário evocado de maneira ficcional sobre a realidade. Nesse sentido, Miguel, citando Alfred Sauvy, defende que “(...) os mitos são ideias comumente recebidas, que desaparecem ao serem examinadas.” (MIGUEL, 1998, n.p).

É relevante ressaltar que a imagem dos bandeirantes está presente em outras regiões do Brasil, compondo museus, praças, rodovias além de emissoras de rádio e televisão. Aqui cabe a crítica desenvolvida anteriormente, nesta dissertação, por Diogo Roiz, que enfatizou a obra de Antônio Celso Ferreira que se interessou pela construção proposta nas articulações feitas por intelectuais brasileiros, em São Paulo, no século XX, que glorificou as bandeiras e seus protagonistas, enfatizando e engrandecendo tais personagens. Louvando o passado no presente. Na obra *A Epopeia do Bandeirante* (2001), Ferreira buscou analisar como, entre o final do século XIX e meados da segunda metade do século XX, esteve no auge a produção historiográfica quanto a temática, sendo que “se consagraria por tentar reconstituir a história paulista e forjar uma identidade regional, (...) efetuaria simultaneamente um elogio as tradições

⁶¹ JAIME, Nilson. Projeto Goiás +300 promete repensar e ressignificar as origens do estado. Entrevista concedida a Italo Wolff. Jornal Opção, Goiânia, dez. 2022.

⁶² “No coração do Brasil, domínio da primavera/ se estende a terra goiana/ que nos legou Anhanguera/ O bandeirante atrevido/ Desbravador do sertão/ Em cada pedra abalada/ Deixou da audácia um padrão.” Letra de Antônio Eusébio de Abreu e melodia de Custódio Fernandes Góes. O hino foi composto em 1919 e em 2001 substituído por outro.

do passado, que foram legadas aos homens e mulheres daquele presente histórico, nos anos 1920 e 1930.” (ROIZ, 2018, p. 237).

Quanto a essa exposição excessiva de uma figura, Helenice Rodrigues Silva em *“Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória* (2002), descreve que as fragilidades da memória, sendo que, “em busca de um consenso nacional, o poder político investe nas lembranças das grandes datas, de maneira a encontrar no passado uma legitimidade histórica que permita consolidar a memória coletiva” (SILVA, 2002, p. 425). Que tais feitos poderiam ser considerados comemorações, a fim de “reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento considerado como ato fundador, a sacralização dos grandes valores e ideais de uma comunidade” (SILVA, 2002, p.432). São tentativas de imortalização de lembranças e figuras construindo, assim, mitos nacionais.

O uso do mito do Anhanguera como mecanismo de poder está relacionado à instrumentalização dessa figura histórica para fortalecer determinados interesses políticos e promover uma narrativa de poder e identidade coletiva. Ao adotá-lo como parte de uma estratégia política, os governantes podem explorar os símbolos e os valores associados a essa personagem para ganhar apoio popular, consolidar sua posição no poder e legitimar suas ações. O mito pode ser usado para criar uma identidade coletiva e uma sensação de pertencimento entre os cidadãos, unindo-os em torno de um objetivo comum.

Essa instrumentalização pode envolver a construção de monumentos, a realização de eventos e festividades em homenagem ao Anhanguera, bem como a adoção de seu nome em instituições, como já mencionado anteriormente. Essas ações visam reforçar a presença simbólica e o poder político, criando uma associação positiva entre o líder político e as virtudes atribuídas ao Anhanguera, como coragem, determinação e pioneirismo.

O mito do Anhanguera como mecanismo de poder também pode ser utilizado para fortalecer a identidade regional e reforçar o orgulho do povo goiano, contribuindo para uma maior coesão social e mobilização política. Isso pode ajudar a conquistar o apoio popular, legitimar políticas públicas e fortalecer a imagem do líder político como representante do povo e defensor de seus interesses.

Diante disso, é importante estar ciente de que o uso do mito como mecanismo de poder pode ser manipulador e simplificador, pois tende a destacar apenas os aspectos positivos e heroicos da figura histórica, ignorando as contradições e os impactos negativos de suas ações. Além disso, a instrumentalização do mito também pode levar à apropriação seletiva da memória e à construção de uma narrativa distorcida, visando atender aos interesses específicos dos

detentores do poder. Portanto, é fundamental adotar uma abordagem crítica e contextualizada ao analisá-lo.

Para o historiador francês Raoul Girardet, já citado anteriormente, tais personagens são evocadas e os mitos políticos não deixam de coexistir, sendo reinventados e reinterpretados

é na manifestação do presente imediato – presente de decadência, de confusão ou de trevas – que ele se afirma e se define; com ele, graças a ele, o “depois” não será mais como o “antes”. Associados à expressão de sua lenda, são sempre, aliás, as mesmas imagens os mesmos símbolos que encontramos. (GIRARDET, 1987, p.80-81).

Roiz compreende que tais elaborações foram responsáveis pela construção da identidade regional, sendo que o autor discorre sobre o povo paulista. Defende que essa tentativa de articulação sobre um passado “heroico” e “glorioso”, durante o período, foi necessária para “(...) manobrar a fragilidade econômica (...) e a perda da autonomia política do estado de São Paulo” (ROIZ, 2018, p. 238). Mais adiante o autor complementa que

fazer uso do passado era também uma forma de redimensionar os sentidos que se davam ao presente, ao mesmo tempo em que se procurava construir novas alternativas sobre as expectativas que se faziam sobre o futuro, bem como sobre os próprios sentidos e análises que se faziam a respeito do passado, num intenso processo de disputas e debates, e cuja temática das bandeiras estava então no centro de tais contendas. (ROIZ, 2018, p.238)

Retomando o debate sobre Goiás, tal representação heroica advém muito antes da criação da capital, em 1933, sendo possível notar uma celebração por parte dos seus conterrâneos, paulistas, contemporâneos à sua época. Segundo Luís Antônio da Silva e Souza, importante escritor historiográfico goiano, em suas descrições Bartolomeu Bueno é tido como uma pessoa astuciosa e afoita (SILVA E SOUZA, 1967). Esse exercício memorialístico seria voltado para um passado glorioso, como já manifestado, mas que ligaria figuras masculinas notáveis ao heroísmo, sendo esses aqueles que compreenderiam, por fim, os valores de determinado tempo.

Quanto a isso, é possível fazer analisarmos a estátua do Bandeirante, na Avenida Anhanguera, em Goiânia, proposta pelo *Centro Acadêmico XI de Agosto*, da Faculdade de Direito, do Lago de São Francisco, em São Paulo. Tal monumento possibilita a manutenção histórica de um determinado poder. Em síntese, seria a afirmação simbólica das elites regionais, reforçando continuamente o poder hegemônico. Sinalizando que há identidade regional, mesmo que se constitua a partir de uma representação perniciosa de que havia harmonia entre os povos

originários e os bandeirantes, sendo assim, sobre uma perspectiva idealizada. Dessa forma, as atrocidades e crimes cometidos por Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera filho, são colocadas de lado devido as conquistas que ele obteve, já que, na mitologia de origem, foi graças a coragem e bravura do Anhanguera, que Vila Boa fora fundada, e assim o sertão se desenvolveria.

Quanto a essa relação harmônica figurada no imaginário regional, Luis Palacín em *Sociedade Colonial (1549-1599)*, publicada em 1981, reforça que:

Desprezo e ódio parecem ter sido os sentimentos mais comuns entre a população portuguesa com respeito aos índios (...) os cronistas do século XVI interpretam a nudez e poligamia do índio como lascívia, o desenvolvimento rudimentar de sua economia como preguiça (...) sua antropofagia ritual como extrema crueldade e espírito de vingança. Para eles, em geral, o índio era simplesmente um “selvagem” (...) eram pecados morais e sociais suficientemente graves para que se pudesse duvidar com fundamento se careciam ou não de alma racional. Não é, pois, de estranhar que os colonos considerassem o índio como um inimigo ou um escravo potencial, e sua cultura como primitivismo bárbaro que devia ser, totalmente, extirpado. (PALACIN, 1981, p.52-53)

Um outro exemplo dessa figuração harmônica, que pensava o negro, o indígena e o europeu, seria o Monumento às Três Raças (1968), localizado na Praça Cívica, no centro da cidade de Goiânia, idealizado pela artista plástica Neusa Moraes. Esse discurso harmônico foi construído a fim de combater “(...) uma espécie de temor surdo desses acontecimentos, dessa massa de coisas ditas, do surgir de todos esses enunciados, de tudo o que possa haver aí de violento, de descontínuo, de combativo, de desordem (...) e de perigoso.” (FOUCAULT, 2014, p.48). O monumento em questão está associado ao mito da *democracia racial*, que é a crença de que o Brasil é uma sociedade onde não existem problemas significativos de discriminação racial, sendo caracterizada pela convivência pacífica e igualdade entre diferentes grupos étnicos. Essa ideia foi difundida a partir do século XX, com a noção de que a miscigenação no Brasil teria resultado em uma suposta harmonia racial. A autora Emília Viotti da Costa em *Da Monarquia à República* (1999), elabora em um capítulo voltado, especificamente, para este tema que

O mito da democracia racial aparecia então como uma tentativa de acomodar as ideias racistas europeias (...) à realidade brasileira. (...) A elite brasileira (...) não descobriu melhor solução do que colocar suas esperanças no processo

de “branqueamento”. O Brasil superaria seus problemas raciais, sua inferioridade, através da miscigenação. (COSTA, 1999, p.370-371)⁶³.

O Monumento às Três Raças tem sido alvo de debates e críticas, principalmente por sua associação ao mito da democracia racial. A obra é uma representação simplista e idealizada da realidade racial brasileira e ignora as tensões, discriminações e desigualdades existentes. Um outro exemplo tangível, que auxiliará nos debates futuros que estão propostos nessa dissertação, seria a forma como a República Brasileira foi e é retratada em diferentes instâncias, havendo a exaltação de personalidades distintas e instituições (reiteradamente, militares) e não do acontecimento propriamente dito. Como cita Ribeiro (2011)

(...) observa-se a formação do cidadão republicano como algo a ser cumprido desde a casa, passando pela escola e chegando ao município, ao estado e à nação, prioritariamente identificada como Pátria. Trata-se de um programa fundamentado na escrita da história republicana, cuja trajetória permanecia marcada pelos homens que merecem ser lembrados e pelos feitos que se deve reverenciar não só via comemoração, mas também como exemplo de conduta (...) As festas cívicas, componentes fundamentais para a afirmação da cultura histórica republicana, passaram a compor obrigatoriamente a rotina das escolas primárias, e as datas nacionais foram padronizadas para as escolas (...) (RIBEIRO, 2011, p. 225-228).

Quanto a esta última análise, Bronisław Baczko, filósofo e historiador polonês, em *A Imaginação Social* (1985), defende que os detentores do poder (ou agentes dominantes) exercem sobre o povo uma afirmação excessivamente simbólica ao se apropriarem dos emblemas, ritos e monumentos. Ele afirma que esse processo “imaginativo” gera na mentalidade coletiva, noções mitológicas sobre eventos específicos que irão se sobrepor ao que de fato aconteceu.

A associação entre *imaginação* e *poder* continha algo de paradoxal, ou mesmo de provocatório, na medida em que um termo, cuja acepção corrente designava uma faculdade produtora de ilusões, sonhos e símbolos, e que pertencia sobretudo ao domínio das artes, irrompia agora num terreno reservado as coisas “sérias” e “reais”. (BACZKO, 1985, p. 296).

O autor cita como exemplo o 14 de julho de 1789, a *Queda da Bastilha*. Discorre que a data não acabara em glória e com o sentimento de múltiplas possibilidades, mas sim em terror.

⁶³ Acredito ser importante ressaltar que o mito da democracia racial é contestado por diversos estudiosos, ativistas e movimentos sociais. O país enfrenta profundas desigualdades sociais, econômicas e educacionais que são diretamente influenciadas pela questão racial.

Diz que as mitologias e crenças que surgem, nas mentalidades, acabam enfatizando o acontecimento. Outro exemplo seria a vinda dos bandeirantes para o sertão – a construção heroica não se demonstra factual. Tais histórias estão além dos simbolismos em que foram constituídas. Segundo “Malinowski reconhece (...) um verdadeiro mapa social que representa e legitima eficazmente a formação existente, com o seu sistema de distribuição do poder, dos privilégios, do prestígio e da propriedade.” (MALINOWSKI, 1936 apud BACZKO, 1985, p.299). Ou seja, é a partir desse controle quanto as representações que se legitima a ordem política.

Para desenvolver tal debate, o autor retoma a antiguidade clássica, ao abordar práticas de debate apontando que, com o surgimento da *democracia* as assembleias deixam de ser espaços de construções mitológicas e passam a lugares de confronto visando o poder e controle sobre os símbolos. Já na história moderna, com Maquiavel expõe que a frase do autor “Governar é fazer crer.” elabora que, o poder e o imaginário possuem relações íntimas.

Encontramos em Maquiavel toda uma teoria das aparências de que o poder se rodeia e que correspondem a outros tantos instrumentos de dominação simbólica. As “aparências” fixam as esperanças do povo no Príncipe, permitindo mobilizar e aumentar a energia daquele fazer medo aos adversários, etc. O Príncipe, rodeando-se dos sinais do seu próprio prestígio e manipulando habilmente toda a espécie de ilusões (símbolos, festas, etc), pode desviar em seu proveito as crenças religiosas e impor aos seus súbditos o dispositivo simbólico de que retira o prestígio da sua própria imagem. (BACZKO, 1985, p.301).

Backzo explica que esse fenômeno imagético não é autônomo, mas desenvolvido por uma atividade globalizante, a fim de estruturar um sistema que ajuste o mundo às suas necessidades. Dessa maneira, esse “projeto” desenvolve o conceito de nação como representação. Através de procedimentos erigidos pelo Estado, homogeneizando identitários nacionais através da educação e a partir de interlocuções e exposições capazes de propalar arquétipos e paradigmas de uma elite cultural.

Quanto ao simbólico, Ribeiro (2011), debate sobre a falta de monumentos históricos com fins comemorativos em Goiás. A autora explica que

um conjunto de fatores pode ajudar a entender essa ausência; entre eles a transitoriedade de seus dirigentes ao longo da Colônia e do Império, questão de recursos públicos e, fundamentalmente, o fato de até então não se haver constituído a necessidade de elaboração do projeto de nação cuja afirmação se apoiaria em todos os elementos possíveis, inclusive na eleição dos homenageáveis e sua materialização em monumentos. (RIBEIRO, 2011, p.178).

Ainda no que diz respeito às representações simbólicas da identidade cultural de Goiás, o professor e historiador Nasr Fayad Chaul reflete quanto as análises do processo de construção da sociedade goiana: pensada no futuro e no passado, nunca no presente “futuro não de possibilidades, mas determinado, a priori, pelo modelo de desenvolvimento dos países ditos modernos, progressistas, desenvolvidos” (CHAUL, 2010, p. 82). O autor questiona o que se tornou o povo goiano, posto que por tanto tempo viveram às sombras da história do centro-sul. Ele apresenta regionalismos que são de perceptível compreensão, como a nordestinidade e a mineiridade, e questiona quanto a goianidade⁶⁴

Em Goiás, caminhando pelos relatos dos viajantes, cronistas, governadores e historiadores, à distância de cada olhar se torna maior que o caminho das interpretações. As picadas e trilhas formaram, ao longo do processo histórico, um mapa quase invisível de latitudes interiores, por onde Bartolomeu Bueno, o filho, procurou-se guiar e os historiadores de toda cepa procuraram nos remeter, dando nos rótulos, estigmas e heranças imerecidas de como deveríamos ser ao olhar do outro. Com o esgotamento do ciclo aurífero, criou-se um estigma de decadência que passou a permear todas as análises que foram feitas sobre a história de Goiás. (CHAUL, 2011, p. 42).

E ainda completa que

(...) será a partir da rediscussão das ideias de “decadência” e de “atraso” que vislumbraremos a construção da ideia de modernização enquanto progresso, buscando a identidade goiana, a goianidade, que permeou toda a história de Goiás após o movimento de 30. (...) Compreendendo historicamente nossa goianidade estaremos entendendo melhor o sentido cultural do sertão, do cerrado goiano, da ideia síntese que nos deu Vila Boa de como se manter quase intacta para ser moderna, como se preservar para ser eterna, como sendo tão antiga ficou maior que seu algoz, Goiânia. (CHAUL, 2011, p.43).

A construção da identidade se dá através do sentimento de pertencimento de um grupo, ou seja, a identidade goiana foi baseada na vida cotidiana das pessoas. O processo identitário está em constante mudança, construído e reconstruído em um movimento de socialização que define as características de cada grupo social. Nesse sentido Joël Candau (2011) destaca a íntima relação entre a memória e o processo de constituição histórica da identidade, sendo que, uma das principais características deste uso do passado é a *seletividade*:

⁶⁴O autor expõe que “(...) goianidade” abrange uma época em que se procura mesclar o “velho” e o “novo”, fundir o “antigo” e o “moderno”, envolver o rural e o urbano e confluir o “atraso” e o “progresso” pelos caminhos da história.” (CHAUL, 2011, p.42).

Em todo ato de memória, a referência às origens se faz sempre selecionando e escolhendo. (...) os membros do grupo depositam para seus próprios usos, a imagem de seu passado mais conveniente às suas necessidades comuns. Daí o desafio de pureza da transmissão e da autenticidade do que é transmitido desde as origens, pois essas duas qualidades (...) vão condicionar a representação de uma identidade 'essencial', 'pura' e autêntica. (CANDAUI, 2011, p. 97-98)

Paul Ricoeur (2007), faz uma análise quanto ao processo ideológico, para compor identidades, caracterizando-o como uma estrutura de poder, de forma a definir que, conforme estamos destacando, há muita seletividade nas narrativas da memória:

É mais precisamente a função seletiva da narrativa que oferece à manipulação a oportunidade e os meios de uma estratégia engenhosa que consiste, de saída, numa estratégia de esquecimento quanto da rememoração. (...) Contudo, é no nível em que a ideologia opera como discurso justificador do poder, da dominação, que se vêem mobilizados os recursos de manipulação que a narrativa oferece. A dominação (...) não se limita a coerção física. (...) De fato, uma memória exercida é, no plano institucional, uma memória ensinada: a memorização forçada encontra-se assim arrolada em benefício para rememoração das peripécias da história comum tidas como os acontecimentos fundadores da identidade comum. O fechamento da narrativa é assim posto a serviço do fechamento identitário da comunidade. História ensinada, história aprendida, mas também história celebrada. À memorização forçada somam-se as comemorações convencionadas. Um pacto temível se estabelece assim entre rememoração, memorização e comemoração (RICOEUR, 2007, p. 98).

Assim como, o historiador alemão Reinhart Koselleck, em *Futuro Passado: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos* (2006), faz uma análise similar quando expõe que o ato de lembrar dependeria de uma seleção considerável daquilo que é digno de ser lembrado. O conceito foi introduzido pelo autor que argumentava quanto a compreensão do futuro sendo fundamentalmente moldada pelas experiências e expectativas passadas, destacando a importância de investigar como as ideias sobre o futuro evoluem ao longo do tempo e como as diferentes gerações constroem suas visões com base em suas memórias e experiências anteriores.

Ao projetar o futuro, as sociedades recorrem à memória coletiva para entender seus desafios, possibilidades e aspirações. As memórias do passado influenciam as projeções do futuro e moldam as expectativas das gerações futuras. Portanto, a memória coletiva é um componente crucial na construção das visões de futuro. Evidencia a relação entre passado e futuro, enfatizando a importância da memória coletiva na construção das visões de futuro. A compreensão dessas dinâmicas pode fornecer percepções valiosas para entender como as

sociedades projetam e moldam seu futuro com base em suas experiências e interpretações do passado.

2.6 – Os discursos e o projeto *Goiás +300: Reflexão e Resignificação*

Como podemos relacionar o que apresentamos com o projeto *Goiás +300*? A partir da compreensão de que a preservação de memórias de determinados povos partiu de incansáveis reivindicações que envolveram e envolvem lutas para conquistas de espaços no discurso histórico e à vista disso no saber popular. Em *A Ordem do Discurso* (2014), Foucault expressa que o discurso “(...) não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.” (FOUCAULT, 2014, p.10). Na obra o autor chama atenção para um debate que lhe rendeu outras pronunciações e obras publicadas *a razão e a loucura*. Em uma passagem o autor expressa

(...) é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros (...) sua palavra seja considerada nula e não seja acolhida, não tendo verdade nem importância, (...) não podendo autenticar um ato (...) pode ocorrer também (...) que se lhe atribua (...) estranhos poderes, o de dizer uma verdade escondida, o de pronunciar o futuro, o de enxergar com toda ingenuidade aquilo que a sabedoria dos outros não pode perceber (...) durante séculos (...) a palavra (...) não era ouvida, ou então, se era ouvida (...) caía no nada – rejeitada tão logo proferida (...) eram o lugar onde se exercia a separação, mas não eram nunca recolhidas nem escutadas (...) a palavra só lhe era dada simbolicamente. (FOUCAULT, 2014, p.10-11).

É possível pensar os discursos minoritários através desta passagem que, desgraçadamente, são vistos desta forma mesmo com todas as mudanças e revoluções, mesmo que haja certos espaços são constantemente censurados e reprovados, e quando ouvidos não o são de fato. Não escutam tais coletivos quando estão em seus lugares de discurso, sobre suas histórias e trajetórias, e quando ouvem querem que mantenham-se ali, não são percebidos tampouco quando se arriscam em temáticas difundidas, há tempos, por homens brancos e intelectuais. Quando a isso Foucault propõe enxergarmos que

Dir-se-á que, hoje, tudo isso acabou ou está em vias de desaparecer (...) mas basta pensar em toda a rede de instituições que permite a alguém (...) escutar essa palavra e que permite ao mesmo tempo (...) trazer, ou desesperadamente reter, suas pobres palavras; basta pensar em tudo isto para supor que a separação, longe de estar apagada, se exerce de outro modo, segundo linhas distintas, por meio de novas instituições e com efeitos que não são de modo algum os mesmos. (FOUCAULT, 2014, p.12)

Como já fora exposto as obras que foram e serão publicadas englobam diferentes temáticas quanto ao estado de Goiás e ao sertão brasileiro, perpassando pela história, geografia, agronomia, biologia, antropologia, direito, veterinária, arquitetura entre outras áreas contempladas, além das instituições representadas das comunidades indígenas e afrodescendentes, por exemplo. Segundos os idealizadores, a obra não foi constituída para celebração das expedições e dos bandeirantes, foi pensada a partir de “(...) um chamado à correção histórica, que visa a evidenciação de valores dos povos colonizados, de etnias diversas que habitavam o território (...)” (JAIME e MENDONÇA, 2022, p.14).

Em mãos possuo apenas os três primeiros lançamentos – História, Geografia, Memória e Patrimônio – e apenas com esses é possível conjecturar a relevância do projeto. Se nos debruçarmos, por ora, apenas no primeiro livro *história*, boa parte das proposições apresentadas até aqui nesta dissertação constituem os debates propostos pelos intelectuais que se dispuseram a contribuir para estas publicações. Contudo, como já expressado, há certos descuidos nas obras publicadas que requerem maiores debates.

2.7 – Goiás, bandeirantes e monumentos na educação regional

Neste subtópico elaboramos como Goiás e a figura do bandeirante tem sido abordados no âmbito da educação básica. Para analisar o ensino da História de Goiás utilizaremos a tese de doutorado da professora Miriam Bianca do Amaral Ribeiro, defendida em 2011, com o título *Cultura Histórica e História Ensinada em Goiás (1846-1934)*. Nesta pesquisa, a autora discorre sobre o ensino de história em Goiás, desde a fundação do Liceu “(...) primeira escola secundária criada em 1846 e instalada na capital da província em 1847, e 1934, ano da primeira publicação da obra *Goyaz Coração do Brasil*, de Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro (1983).” (RIBEIRO, 2011, p. 12). Nesse sentido, Ribeiro destaca que a educação compunha o cenário de disputas entre as oligarquias locais e, que, a disciplina de História foi inserida no currículo

(...) no processo de elaboração e consolidação do Estado nacional, como parte integrante de um projeto de produção e afirmação da nacionalidade brasileira, implementado a partir do império. O longo trajeto desse processo formador encontrou na República um momento de redefinição e de adaptação do projeto nacional, agora considerando a necessidade das articulações entre centro e regiões. (RIBEIRO, 2011, p. 11-12)

A autora explica o que constituiu um projeto republicano e positivista que encerrasse o estado anterior, o Imperial, e fomentasse o Brasil como unidade federativa. Para tal contaria com a inserção curricular da história como disciplina escolar e de professores que fossem capazes de ensinar para formar o cidadão republicano. Para que obtivessem o resultado esperado, foi necessário a construção de prédios e instituições grandiosas que demonstrassem como eram capacitadas, a fim de se desprenderem do passado oitocentista. “A formação do cidadão que precisava preparar corpo e mente para servir à pátria seria assim cumprida, enquanto produzia e reproduzia a cultura histórica republicana. As condutas esperadas dos alunos seriam consequência da formação do caráter (...)” (RIBEIRO, 2011, p.222).

Nesse contexto, a primeira vez que história e geografia regionais apareceram com estatuto de relevância foi em 1918. A cronologia apresentada para o ensino da História do Brasil dificultava o ensino de história regional. E mesmo com o decreto de 1918, que determinava seu ensino, apenas na década de 1930 é que tais temas receberam atenção devida. Essa dificuldade se apresentava primeiro, pela falta de formação específica sobre a temática e segundo, devido às disputas de poder no estado

A questão cronológica volta a comprometer o mínimo de compreensão dos conteúdos quando, ao introduzir a história de Goiás, a partir da ocupação colonial, seguida da questão indígena, quando, em relação à história do Brasil, já se tratava, no terceiro ano, da chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808. No quarto ano, depois que a história do Brasil alcançava a República, a história de Goiás retomava a ocupação bandeirante e refazia o percurso cronológico até atingir a questão republicana no estado. (RIBEIRO, 2011, p.231).

A tese de Miriam Ribeiro traz inúmeros aspectos relevantes para compreender como ocorreu o ensino de História no Brasil, de modo geral, e como se introduziu o ensino da história de Goiás, de modo específico. Apresentando dados da época, a autora discorre sobre um ponto que chama a nossa atenção e que aparecerá novamente mais adiante nesta dissertação: as datas comemorativas. Nesse sentido, podemos retomar o texto de Backzo (1985) sobre a imaginação social. o autor polonês elucida que o homem age por suas paixões e anseios e que através da imaginação tais aspectos se tornam símbolos:

Rousseau esboça uma teoria (...) no âmbito de um sistema de educação pública cuja pedra angular é constituída pelos ritos e pelas festas cívicas. É desse modo que se propõe instalar, no coração da vida coletiva, um imaginário especificamente político, que traduziria os princípios legitimadores do poder justo do povo soberano e dos modelos formadores do cidadão virtuoso. (BACKZO, 1985, p.301)

Quanto ao ensino da história de Goiás, Ribeiro (2011) explica que *A Súmula da História de Goiás* (1932) obra de Americano do Brasil, foi adotada como livro didático na década de 1930. Foi nesse momento que se instalou o projeto sobre a escrita da história oitocentista

(...) essa seria também a primeira obra adotada como livro didático para o ensino da História de Goiás, a partir de 1931, em pleno contexto de instalação do governo Pedro Ludovico, sob os auspícios da Revolução de 1930, quando o projeto de nação é reeditado e atualizado (...) Em Goiás, o ensino da história do Brasil como disciplina só ocorreu sistematicamente a partir da sua inserção no curso normal, em 1931, e da adoção da obra de Americano do Brasil, *Súmula de História de Goiás*, como material didático. (RIBEIRO, 2011, p.12-16)

A obra foi produzida na década de 1920, por Antônio Americano do Brasil (1892-1932), nascido em Silvânia, cidade no interior do estado de Goiás. O autor foi figura importante tanto na história do estado como para o país. No início de 1921 a convite do presidente do Estado, auxiliou compondo a comissão que levantou dados sobre Goiás para o *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro*, que foi editado pelo IHGB, no primeiro centenário da independência, em 1922. Coube ao escritor, que também era médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1918), a produção da história judiciária, militar, política, religiosa e administrativa, servindo mais tarde para a produção da *Súmula*. Americano do Brasil também foi Secretário de Estado e Deputado Federal, sobre os limites entre Goiás e Mato Grosso, discorrendo sobre temas importantes, tanto sob âmbito regional quanto nacional: a vacinação obrigatória; a cartografia nacional; a independência; a defesa da produção nacional; a proteção ao café; invasão do território goiano (Goiás x Mato Grosso); a crise dos rebanhos; a tributação excessiva; viação goiana; escola de civismo; a crise da pecuária, entre outros (BORGES, 1982, p.43-46). O deputado também discorrera quanto: a reforma do ensino secundário; proteção à infância; corte de despesa no orçamento da união; imposto sobre papel; e mais (BORGES, 1982, p.47).

Cabe destacar que Americano do Brasil também foi historiador publicando a *Súmula de História de Goiás* (1932), que foi adotada para fins profissionalizantes de professores na mesma década de sua publicação para. Ribeiro (2011), discorre sobre a obra a partir da inserção sobre a História de Goiás como disciplina. O decreto número 658, de 1931, criou a disciplina sobre o estado em questão, sob o novo Regulamento do Ensino Normal, para a formação profissionalizante. Nessa perspectiva, em decorrência da Revolução de 1930, o ensino de

história deveria formar um povo que enfrentasse o atraso, que estivesse pronto para o progresso e para a modernidade, como um projeto de afirmação e articulação política hegemônica.

Na década de 1930, muito já se tinha produzido sobre essa história através dos relatos dos viajantes, das obras dos literatos, dos intelectuais do IHGB ou por intelectuais que viviam neste estado, inclusive os escritos do próprio Americano do Brasil por ocasião do Centenário da Independência, bem como das páginas do jornal oficial e tantas outras formas de seu registro já acumuladas ao longo dos tempos. (RIBEIRO, 2011, p. 286).

Nesse contexto, foi promovida uma abordagem sobre a história de Goiás que estivesse de acordo com o novo projeto. Ribeiro revela que 80% da população goiana era analfabeta e que para os vitoriosos de 1930, essa era marca do período anterior.

Não há quem não veja na falta de cultura de um povo um dos grandes fatores a emperrar nossa evolução. (...) Em Goiás, deverá constituir absorvente preocupação (...) cada passo dado no sentido da maior difusão e eficiência do ensino, é segura caminhada que nos levará a desvendar os segredos do nó górdio que embarga as maiores possibilidades de nossa terra (SR. INTERVENTOR, 1931, p. 1 apud RIBEIRO, 2011, p. 284).

A disposição quanto a distribuição do ensino de história era a seguinte:

(...) o curso complementar teria no segundo ano seis aulas de História do Brasil e o curso normal teria três aulas semanais de História do Brasil no terceiro ano, precedidas de duas aulas semanais de História das Civilizações no segundo ano. A novidade era a introdução de duas aulas semanais de História de Goiás, no segundo ano, o que também aconteceria com a Geografia de Goiás. (RIBEIRO, 2011, p. 285).

Nesse contexto, o objetivo era produzir o sentimento de pertencimento à região e à pátria:

O projeto afirmava que devemos conhecer mais a história para que sejamos capazes de cumprir nossa parte na reconstrução desta história e da nação. O desconhecimento da nossa história é considerado de certa maneira responsável por problemas inclusive de demarcação de fronteiras. A defesa das fronteiras, das riquezas naturais, da história é componente do projeto de reconstrução. Quanto mais informação sobre nossa história, mais defensores de nosso lugar e, portanto, mais patriotas seremos. (RIBEIRO, 2011, p. 287).

Retomando a análise sobre o ensino da história de Goiás, destacamos que foi entregue ao governo de Pedro Ludovico Teixeira aquilo que em primeiro momento não se configurava exatamente como um livro didático, pois não tinha atividades vinculadas aos textos. Ribeiro, expõe que a estrutura dos textos é cronológica, narrando a história de Goiás a partir das primeiras bandeiras à República. A primeira questão levantada por Americano do Brasil, no

prefácio, é que não há historiadores no estado. Acreditava nisso, pois, para ele a história compunha a evolução social e julgava que a sociedade goiana não havia alcançado esse momento. *A Súmula da História de Goiás* está organizada em duas partes

Primeira Parte: *O bandeirantismo Paulista* – a descoberta de Goiás pelas algaras piratininganas do século XVI, as Bandeiras do século XVII, as Bandeiras do ouro no século XVIII, Bartolomeu Bueno da Silva; Segunda Parte: *História Político-administrativa de Goiás* – da Superintendência à Ouvidoria de Goiás – 1728-1748, declínio da Mineração, o Provisório da Independência. (RIBEIRO, 2011, p. 298-299).

Na obra em questão, Brasil (1932) retificou algumas informações que haviam sido propostas e que foram apontadas como equivocadas, uma delas seria a narrativa que apresentava o Anhanguera como descobridor das terras goianas⁶⁵, corrigindo não a noção de descoberta, mas ordenando os eventos históricos para que, assim, na sua perspectiva, houvesse veracidade nos relatos

Também não é difícil observar uma —demarcação de território intelectual em relação aos estudos de paulistas sobre as bandeiras, que, segundo Americano, erraram ao confundir a descoberta da terra com a descoberta do ouro. A originalidade da afirmação é objeto do orgulho intelectual do autor. Mais que isso, reafirmava o que nos pertenceria como patrimônio da pesquisa histórica frente a hegemonia historiográfica paulista sobre as bandeiras. Tratava-se da defesa dos elementos apresentados por uma escrita da história republicana. (RIBEIRO, 2011, p.299-300)

Demonstrando a necessidade, naquele momento, em construir exposições que salvaguardassem o poder imaginário, hegemônico e simbólico. Americano do Brasil morreu no auge de sua vida intelectual⁶⁶.

⁶⁵“(…) portanto, eram passados cento e tantos anos da correria dos bandeirantes pelos sertões goianos, quando Anhanguera, o filho, descobriu ricas minas de ouro; a terra já tinha sido descoberta por Sebastião Marinho, em 1592. Essa corrigenda é obrigatória no livro do descobrimento da mais rica das colônias da metrópole portuguesa e fica feita nesse capítulo original, escrito para inaugurar a criação da cadeira de História de Goiás, no Curso Normal, a pedido do ilustre titular da pasta do interior” (BRASIL, 1982, p. 18 apud RIBEIRO, 2011, p. 299)

⁶⁶ “Americano do Brasil, assassinado covardemente em Santa Luzia, foi uma vítima da política torva que domina os sertões brasileiros. Goiás teve-o na Câmara, em certa época, como a sua grande voz de defesa e de glorificação. Homem de rara cultura e de um talento fulgurante, ele se colocou integral e desinteressadamente ao serviço de seu berço, revelando-lhe as riquezas econômicas e mentais, o espírito de sua gente através de esplendidos estudos de folclore, elevando-o sempre a um plano superior diante dos que compraziam em sustentar com ironia estúpida que Goiás era apenas um mito geográfico. - Mas Americano do Brasil, antes do miserável fuzilamento que lhe tirou a vida (...) vítima das intrigas e das ambições mesquinhas (...) As razões verdadeiras que provocaram sua retirada, enojado, do cenário político de sua terra, foram de tal sorte subalternas, envolviam tantos interesses insopitáveis de terceiros (...). (BORGES, 1982, p.61).

Após tais apresentações podemos questionar: quais os desafios e problemas enfrentados pela historiografia goiana? E quais as problematizações podemos apresentar, ao projeto *Goiás +300: Reflexão e Resignificação* (2022)? Respondendo a problemática das limitações na divulgação e acesso ao conhecimento histórico, seria um dos fatores principais, sendo importante garantir que os resultados das pesquisas históricas sejam acessíveis ao público em geral, seja por meio de publicações, exposições, palestras ou outras formas de divulgação, sendo necessário a disponibilidade de recursos e apoio para pesquisadores e instituições, para promover a continuidade da produção histórica goiana.

Cabe destacar quanto ao que foi manifestado que esses problemas não são exclusivos da historiografia goiana, mas são desafios enfrentados por muitas áreas da pesquisa histórica. Superar esses desafios requer esforços contínuos para a preservação de fontes, a promoção do diálogo, o incentivo à pesquisa e à renovação historiográfica, além da valorização da história local como parte integrante da história nacional. Contando, também, com a participação das instituições acadêmicas, dos órgãos governamentais e da sociedade em geral.

Quanto ao primeiro volume do projeto *Goiás +300: Reflexão e Resignificação* (2022), podemos elaborar questionamentos quanto: a) falta de inclusão e participação – uma das principais críticas ao projeto foi a falta de incorporação, no *Volume I – História*, de grupos e comunidades presentes no estado, deixando de envolver e ouvir as vozes das populações locais, especialmente dos povos tradicionais, indígenas e quilombolas; b) uso político eleitoral – houve alegações de que o projeto foi utilizado como uma estratégia de promoção pessoal e política por parte de gestores públicos, com o objetivo de obter benefícios eleitorais, ao invés de se concentrar no desenvolvimento inclusivo no estado de Goiás;

Bom, essas são questões que levantei para pensarmos o que foi apresentado até agora, nesta dissertação, quanto ao projeto *Goiás +300*, essas críticas não invalidam necessariamente os esforços que são revelados pela iniciativa, mas destaco a importância de considerarmos os impactos sociais e culturais das ações realizadas, bem como a necessidade de inclusão e participação das comunidades locais. É relevante que as análises feitas sejam a fim de monitorar e analisar de maneira crítica e reflexiva, para buscarmos pontos de melhoria.

2.8 – Memória e comemoração

Neste tópico propomos pensar a exposição feita até agora, sobre o *Goiás +300: Reflexão e Resignificação* (2022) e sobre as demais apresentações até aqui, a partir dos debates quanto a memória e comemoração. Paul Ricoeur, filósofo francês, discutiu quanto os "usos e abusos

da memória" em seus trabalhos, especialmente em sua obra *A Memória, a História, o Esquecimento* (2007). Nessa obra, o autor explora a complexa relação entre memória e interpretação, abordando como a memória individual e coletiva influencia nossa compreensão da história e do passado, argumentando que a memória é uma atividade interpretativa, sujeita a influências e distorções. Ele destaca que existem diferentes usos da memória: a memória pode ser usada de maneira construtiva para preservar e transmitir a experiência, contribuindo para a identidade pessoal e coletiva, bem como para a compreensão do passado. No entanto, a memória também pode ser abusada e distorcida, sendo utilizada para promover narrativas seletivas, manipuladas ou falsas. Ao falar sobre os abusos da memória, Ricoeur se refere a situações em que a memória é instrumentalizada para fins políticos, ideológicos ou de poder. Isso pode envolver a criação de mitos, a negação de eventos traumáticos, a manipulação de narrativas históricas ou a instrumentalização da memória coletiva para justificar conflitos e injustiças. Ricoeur argumenta que esses abusos da memória podem distorcer nossa compreensão do passado e dificultar a reconciliação e a justiça.

Assim, Ricoeur enfatiza a importância de uma abordagem crítica e reflexiva em relação à memória, reconhecendo tanto seus usos construtivos como seus potenciais abusos. Defendendo a necessidade de uma hermenêutica da memória, que envolve uma análise cuidadosa das narrativas e interpretações em torno da memória coletiva e individual, a fim de promover uma compreensão mais apropriada e ética do passado. O autor argumenta que a memória desempenha um papel crucial na construção de nossa identidade pessoal e coletiva, bem como na formação de nossa compreensão da história. Através da memória, nos conectamos com experiências passadas, resgatando eventos, emoções e significados. No entanto, a memória não é um registro objetivo e imutável do passado, mas sim uma atividade interpretativa. Os "usos da memória" referem-se aos modos pelos quais a memória é empregada para preservar e transmitir a experiência. Esses usos incluem a lembrança individual, a memória coletiva e a memória histórica. Através desses usos, a memória contribui para a formação de nossa identidade pessoal e cultural, permitindo-nos compreender quem somos e de onde viemos. Porém, Ricoeur também enfatiza os "abusos da memória". Esses abusos ocorrem quando a memória é distorcida ou manipulada para atender a determinados interesses ou agendas. Isso pode acontecer tanto em nível individual quanto coletivo. Por exemplo, a memória individual pode ser afetada por mecanismos de defesa, como repressão ou distorção de eventos traumáticos.

Da mesma forma, a memória coletiva pode ser influenciada por narrativas seletivas que promovem determinadas ideologias, criam mitos de origem ou negam eventos históricos

dolorosos. Esses abusos da memória têm implicações éticas e políticas significativas. Eles podem levar à distorção da história, à negação de injustiças e à perpetuação de conflitos. Por exemplo, a instrumentalização da memória em contextos de guerra ou de regimes autoritários pode justificar violações dos direitos humanos, enquanto a negação de genocídios ou outras atrocidades históricas pode dificultar a reconciliação e a construção de sociedades mais justas. Nesse sentido, Ricoeur defende a importância de uma abordagem crítica da memória, que questione os usos e abusos, buscando uma compreensão mais ética do passado.

Ele propõe como uma abordagem que examina cuidadosamente as narrativas e interpretações em torno da memória, buscando uma compreensão mais completa e responsável da história. Essa abordagem envolve a análise das diferentes perspectivas, o reconhecimento das múltiplas vozes e a consideração dos contextos sociais, culturais e políticos que moldam a memória coletiva. Em resumo, Ricoeur destaca que a memória é uma faculdade interpretativa que pode ser usada de maneira construtiva, mas também pode ser abusada e distorcida. Sua reflexão nos leva a considerar a importância de uma abordagem crítica e ética em relação à memória, visando uma compreensão mais autêntica do passado e promovendo a justiça e a reconciliação.

Com isso podemos compreender que: a) Ricoeur argumenta que a memória opera por meio de uma reconstrução narrativa, na qual selecionamos, interpretamos e organizamos eventos passados em uma estrutura coerente. Essa narrativa é influenciada por nossa perspectiva atual e pelo contexto no qual estamos inseridos. Portanto, a memória não é apenas uma recuperação objetiva do passado, mas sim uma atividade interpretativa que molda nossa compreensão da história; b) destaca a importância da memória coletiva na formação da identidade cultural de uma comunidade. Através da memória compartilhada, um grupo constrói uma narrativa que lhe dá sentido de continuidade, pertencimento e coesão. No entanto, essa memória coletiva pode ser sujeita a distorções e manipulações, especialmente quando é utilizada para promover agendas políticas ou para excluir e marginalizar certos grupos; c) explora a relação entre memória e luto, argumentando que a memória desempenha um papel fundamental no processo de lidar com a perda e o sofrimento. Através da memória, somos capazes de manter uma conexão com os entes queridos que já se foram preservando sua presença em nossas vidas. No entanto, o luto também pode ser afetado por distorções da memória, como idealização ou demonização de eventos ou figuras; d) Ricoeur destaca a importância de uma ética da memória, que envolve a responsabilidade de lembrar e esquecer. Isso implica em reconhecer e enfrentar as memórias dolorosas do passado, como genocídios, escravidão e violações dos direitos humanos, a fim de promover a justiça e evitar a repetição

de tais atrocidades. Ao mesmo tempo, a ética da memória também envolve a necessidade de perdoar e abandonar certos eventos traumáticos, buscando a reconciliação e a construção de um futuro melhor; e) Em contextos de conflito ou divisões sociais, diferentes grupos podem ter memórias divergentes sobre eventos históricos. Isso pode levar a narrativas em concorrência, nas quais cada grupo busca afirmar sua versão dos eventos e sua legitimidade. Ricoeur argumenta que é importante reconhecer a existência dessas diferentes memórias e promover um diálogo aberto e respeitoso entre os grupos, a fim de alcançar uma compreensão mais abrangente e uma possível reconciliação; f) o esquecimento na dinâmica da memória. O esquecimento é uma parte natural e necessária do processo de lembrar, pois nem todas as experiências são igualmente retidas na memória. No entanto, o esquecimento também pode ser intencional ou estratégico, como forma de reprimir ou apagar certos eventos ou narrativas inconvenientes. Ricoeur ressalta que a análise crítica desses processos de esquecimento é crucial para compreender a complexidade da memória e suas possíveis distorções.

De acordo com a ciência médica, a memória é um intrincado processo cognitivo responsável por adquirir e recordar experiências e informações. Constituindo uma das funções mais complexas do organismo humano, a memória opera como um mecanismo cerebral que armazena dados sensoriais, sejam eles auditivos, visuais, olfativos ou táteis. Essa faculdade humana desempenha um papel crucial na assimilação e preservação de fatos e experiências do passado, desdobrando-se não apenas no presente, moldando a identidade pessoal, mas também transcende às gerações futuras ao facilitar a difusão dessas vivências. Ao considerar que a memória é fundamental na constituição de quem somos como indivíduos, torna-se evidente que, sem ela, estaríamos irremediavelmente perdidos em termos identitários (RICŒUR, 2007).

Nesse sentido, Candau (2011), traça uma análise em que estabelece a existência de processos evocativos que implicam em comunicações e geram processos memorialísticos de maneira coletiva, contudo, tais processos sofreriam reformulações e transformações, em decorrência das interações sócio situacionais, “Uma memória verdadeiramente compartilhada se constrói e reforça deliberadamente por triagens, acréscimos e eliminações feitas sobre as heranças.” (CANDAU, 2021, p.47). Em complemento, Paul Ricoeur (2007), elabora que lembrar é um ato que está em constante exercício, dessa forma o fazer história seria então, o “fazer memória” e tal poderia sofrer abusos. Na obra o autor traça três planos (ou níveis) que evidenciam a vulnerabilidade da memória, apresentando a ausência do que é lembrado e como tal é representado. Esses são: patológico-terapêutico, prático e ético-político

No plano patológico-terapêutico serão evidenciados os distúrbios de uma memória impedida; no plano propriamente prático, os da memória manipulada; no plano ético-político, os de uma memória abusivamente convocada, quando comemoração rima com rememoração. Essas múltiplas formas do abuso salientam a vulnerabilidade fundamental da memória, que resulta da relação entre a ausência da coisa lembrada e sua presença na forma da representação. A alta problematização dessa relação representativa com o passado é essencialmente evidenciada por todos os abusos da memória. (2007, p. 72).

No primeiro nível o autor aborda patologias discutidas no campo da psicanálise, utilizando-a quanto memória coletiva. Expõe uma *memória impedida*, na qual é possível encontrar feridas, cicatrizes e traumas. Nessa parte ele nos apresenta uma análise quanto aos processos de rememoração, repetição e perlaboração e de luto e melancolia, segundo Sigmund Freud, para enfatizar os processos de lembranças traumáticas, os recalques, o processo do luto e da repetição. Posto que, esse nível/plano enfatiza a memória coletiva. Ricœur apresenta que, esse plano é “fundamental da existência coletiva” (RICŒUR, 2007, p.92), pois apresenta a relação entre história e violência compreendida como essencial no surgimento das nações. Segundo o autor, o filósofo inglês Thomas Hobbes afirma que “a filosofia política nasce de uma situação originária na qual o temor da morte violenta impele o homem do “estado de natureza” aos vínculos de um pacto contratual que garantirá inicialmente sua segurança” (RICŒUR, 2007, p.92) e complementa “(...) não existe nenhuma comunidade histórica que não tenha nascido de uma relação que se possa comparar sem hesitação à guerra.” (RICŒUR, 2007, p.92). E reitera que o que foi glória para uns corresponderia a humilhação para outros. Para reforçar essa análise, o autor Benedict Anderson (2008), afirma que

(...) é imaginada como uma comunidade (...) foi essa fraternidade que tornou possível, nestes últimos dois séculos, que tantos milhões de pessoas tenham-se disposto não tanto a matar, mas sobretudo a morrer por essas criações imaginárias limitadas. (ANDERSON, 2008, 34).

Assim, para Ricœur (2007), a celebração de um evento é frequentemente acompanhada pela condenação de outro. Dessa forma, na memória coletiva, são arquivadas cicatrizes simbólicas que clamam por uma cura. O excesso de recordações assemelha-se à compulsão à repetição, que nos impulsiona a substituir a lembrança verdadeira, capaz de reconciliar o presente com o passado. Muitas violências no mundo podem ser interpretadas como manifestações desse em lugar da reflexão sobre a lembrança autêntica. A expressão "memória-repetição" pode ser empregada ao abordar tais celebrações fúnebres, contudo, é crucial notar

que essa forma de memória-repetição tende a resistir à crítica, enquanto a memória-lembrança, por sua vez, é inerentemente uma forma de memória crítica.

Podemos dialogar com os apontamentos acima com as discussões propostas nesta dissertação quanto a celebração de figuras históricas, como os bandeirantes, que muitas vezes perpetua narrativas que, ao invés de promoverem uma memória crítica, sendo estas as “memória-repetição”, desenvolvidas por Ricœur. Os bandeirantes, conhecidos por suas expedições violentas e apropriação de terras, são, em alguns contextos, lembrados e celebrados sem a devida crítica histórica. Essa forma de celebração pode ser interpretada como um *acting out* (RICŒUR, 2007, p.92) coletivo, uma vez que a sociedade substitui a reflexão crítica sobre essas ações por uma memória que, em vez de promover discussões sobre o passado, perpetua uma visão não questionada e, em alguns casos, glorificada. Um aspecto intrigante no nível patológico-terapêutico é a consideração sobre o abuso da memória ou, inversamente, o abuso do esquecimento. Ricœur argumenta que a falta de criticidade na comunidade se manifesta na incapacidade de realizar efetivamente o trabalho de rememoração.

O segundo plano, e provavelmente o de maior confluência com o que está sendo proposto nessa dissertação, é o nível *prático* ou a *memória manipulada*. Aqui é exposto o desafio de dois mecanismos da memória: seu uso e seu abuso. O excesso de memória, consistiria em um abuso assim como a insuficiência de memória, e que tais são manipulados por grupos sociais que ocupam posições de poder e destaque. Em um ponto o autor das violências fundadoras “O que celebramos com o nome de acontecimentos fundadores, são essencialmente atos violentos legitimados posteriormente por um Estado de direito precário (...) os mesmos acontecimentos podem significar glória para uns e humilhação para outros.” (RICŒUR, 2007, p.95).

Sob esse escopo ideológico, Ricœur elabora que esse mecanismo pode ser visto como uma ferramenta de justificação usada por uma classe dominante, implicando que a ideologia não é apenas uma série de crenças ou ideias, mas serve como um mecanismo para legitimar e defender o poder de uma classe social sobre outras. A ênfase recai sobre a função de justificação que a ideologia desempenha para manter a estrutura de dominação. Para o autor “(...) o que a ideologia busca legitimar é a autoridade da ordem ou do poder – ordem, no sentido da relação orgânica entre todo e parte, poder, no sentido da relação hierárquica entre governantes e governados.” (RICŒUR, 2007, p.96).

Teríamos aqui, então, a existência social-histórica, destacando a intrínseca ligação entre a vida coletiva ao longo do tempo e sua dimensão simbólica. A constituição simbólica da realidade social ressalta que a sociedade é moldada por elementos como símbolos, rituais e

linguagem, que conferem significado às interações humanas. A compreensão dessa realidade ocorre por meio da interpretação de imagens e representações simbólicas, sejam narrativas, símbolos visuais e mitos, entre outros elementos, que desempenham papel crucial na expressão e interpretação das relações sociais. Dessa forma, a dimensão simbólica não apenas constitui a realidade social, mas também age como uma forma interpretativa que molda a compreensão dos laços sociais ao longo do tempo. Assim, para o autor

(...) é no nível em que a ideologia opera como discurso justificador do poder, da dominação, que se vêem mobilizados os recursos de manipulação que a narrativa oferece. (...) Assim, a narrativa imposta se torna o instrumento privilegiado dessa dupla operação (...) apresenta uma textura narrativa: narrativas de fundação, narrativas de glória e de humilhação alimentam o discurso da lisonja e do medo. (RICŒUR, 2007, p.98).

Ou seja, a narrativa se apresenta como um instrumento essencial para a concretização dessas intenções, sendo que através da narrativa, a ideologia mobiliza recursos de manipulação, dando forma às representações que moldam a percepção coletiva. Esse mecanismo desempenha papel fundamental como instrumento privilegiado para realizar essa operação de legitimação do poder e controle social. Essa narrativa é caracterizada por elementos que estabelecem as bases simbólicas do poder e que contribuem para a construção de um discurso que evoca emoções discrepantes. Aqui, o autor elabora sobre uma história tida como oficial “Nesse nível aparente, a memória imposta está armada por uma história ela mesma ‘autorizada’, a história oficial, a história aprendida e celebrada publicamente.” (RICŒUR, 2007, p. 98). Portanto, ao considerar a citação e a história dos bandeirantes, podemos explorar como as narrativas históricas foram, e são, utilizadas como instrumentos de legitimação ideológica, influenciando a percepção coletiva das ações dos bandeirantes e a manutenção de relações de poder específicas.

De fato, uma memória exercida é, no plano institucional, uma memória ensinada; a memorização forçada encontra-se assim arrolada em benefício da rememoração das peripécias da história comum tidas como os acontecimentos fundadores da identidade comum. O fechamento da narrativa é assim posto a serviço do fechamento identitário da comunidade. História ensinada, história aprendida, mas também história celebrada. À memorização forçada somam-se as comemorações convencionadas. Um pacto temível se estabelece assim entre rememoração, memorização e comemoração. (RICŒUR, 2007, p. 98)

Destaca-se a relevância da memória no contexto institucional como um instrumento fundamental na formação da identidade comum. Nesse cenário, a memória é não apenas exercida, mas também ensinada, sendo a memorização forçada direcionada para a rememoração

dos eventos considerados fundadores da identidade coletiva. No âmbito da história dos bandeirantes e das narrativas oligárquicas regionais, essa abordagem sugere que a construção da memória é cuidadosamente moldada para reforçar uma narrativa específica e fortalecer a coesão identitária. A referência à memorização forçada e comemorações convencionadas indica que a transmissão dessas histórias pode ser cuidadosamente regulamentada, destacando certos eventos e figuras enquanto silencia outros. O pacto entre rememoração, memorização e comemoração, conforme mencionado, ressalta a complexa interconexão desses elementos, destacando como a celebração de eventos específicos está entrelaçada com a internalização da memória por meio da memorização. Essa dinâmica, no contexto das histórias dos bandeirantes e das oligarquias regionais, ilustra um processo complexo de moldagem da identidade coletiva por meio da manipulação consciente da memória histórica.

No artigo, já citado, *“Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória* (2002), Helenice Rodrigues da Silva, dialoga sobre a relevância das comemorações nacionais como exemplos pertinentes para a compreensão sobre a manipulação da memória coletiva, pois são alvos de interesses diversos, como políticos, ideológicos e éticos. Ela observa que o processo de "rememoração" social, presente nessas celebrações, tem como função impedir o esquecimento, mas ao mesmo tempo, revela uma seleção enviesada da memória (SILVA, 2002). A autora aponta para o uso perverso da memória, em que eventos desconfortáveis ou constrangedores, como os massacres indígenas, a escravidão negra e outras violências históricas, são apagados da lembrança, porém em contrapartida, são privilegiados e enfaticamente reforçados os “mitos fundadores” e as utopias nacionais, como o "paraíso tropical" e o "país do futuro". A seleção da memória coletiva, evidente nessas celebrações, é descrita como uma prática comum em datas nacionais ao redor do mundo.

Esse processo seletivo da memória nacional manifestou-se, igualmente, nas comemorações dos 500 anos do Brasil. “De 1500 a 2000”, esse slogan definiu e delimitou o programa das comemorações da “descoberta” do Brasil, a referência a essas duas datas-chave salientando o caráter singular dessas comemorações. Na realidade, não se celebrou uma simples data de aniversário (22 de abril), mas uma história nacional. A escolha dos 500 anos, desse passado que se prolonga no tempo, reporta a elementos constitutivos de uma certa mitologia da nação. (SILVA, 2002, p.432)

Silva (2002), argumenta que as comemorações nacionais, ao consagrar o universalismo dos valores de uma comunidade, buscam significados diversos na "rememoração" de eventos passados para serem aplicados no presente. Dessa forma, ela destaca o papel fundamental das comemorações como rituais nacionais, não apenas para celebrar, mas também para moldar a

narrativa histórica de uma nação, influenciando a percepção coletiva e os valores contemporâneos. Interessante conjecturar que o lançamento do projeto *Goiás +300; Reflexão e Ressignificação* (2022), adveio no marco dos trezentos anos da chegada dos bandeirantes à Goiás, não sendo sua publicação meramente uma coincidência temporal.

Os eventos narrados são constituídos a partir de sentimentos ligados ao sentimento de comunidade. Identificação que promove meus indivíduos ligações singulares de afeto e que findam por permitir a Constituição de uma sociedade, uma comunidade imaginária em torno deste. Aqui não se exclui a capacidade de mobilização imagética e simbólica desses ritos. As escolhas em torno do que era digno de ser comemorado residiam ainda em uma perspectiva semelhante àquela em voga em fins do século XIX: ideia de se privilegiar os “grandes acontecimentos” e os “grandes homens”. Supostos gestos heróicos e heróis a serem legados à posteridade. (MORAIS, 2020, p.140).

Segundo Moraes (2020), em *Liberdade e Resistência: escritos, ritos e rastros do passado*, elabora aquilo que foi exposto anteriormente o caráter seletivo da narrativa histórica, ressaltando que as escolhas na construção dessa narrativa são influenciadas pelas estruturas de poder e conhecimento predominantes em cada período histórico. A relevância de determinados eventos não é determinada apenas por sua importância intrínseca, mas também pela maneira como se encaixam nas dinâmicas de poder e saber vigentes na época. O processo de elaboração da simbologia, ao mobilizar narrativas sobre o passado, estabelece elos entre diferentes temporalidades, influenciando a imaginação e a percepção de determinadas gerações. Em resumo, a maneira como as comemorações e narrativas históricas são moldadas e reinterpretadas ao longo do tempo reflete não apenas mudanças nas representações do passado, mas também as dinâmicas de poder e a construção contínua da identidade social.

Silva (2002), dispõe que Ricœur distingue dois processos relacionados à memória: a "rememoração" e a "comemoração". A primeira refere-se a um processo de elaboração individual, onde um indivíduo recorda e reconstrói suas próprias experiências e memórias; por outro lado, a segunda é descrita como o trabalho de construção de uma memória coletiva, uma prática que envolve a comunidade em geral na preservação e celebração de eventos significativos. A mediação entre essas memórias ocorre por meio de uma identidade narrativa, que está ligada ao tempo e à ação, conectando a experiência individual a experiência coletiva, dando forma à maneira como a memória é compreendida e compartilhada. O autor, ainda, destaca a memória como uma prática social, sendo a memória coletiva um fenômeno complexo que transcende o indivíduo e enfatiza a importância de examinar como as comunidades constroem, preservam e compartilham suas memórias ao longo do tempo. Essa abordagem amplia a compreensão da memória, destacando seu papel não apenas como um fenômeno

individual, mas também como uma prática social fundamental na construção da identidade e compreensão histórica.

Para o autor quando algo é rememorado, isto é trazido à consciência, e que o ato de reconhecimento desse elemento na memória é percebido como uma conquista ou vitória sobre o esquecimento. Em outras palavras, lembrar-se de algo que poderia ter sido esquecido é visto como um triunfo sobre o processo natural de perda de memória “(...) o reconhecimento de uma coisa rememorada é percebido como uma vitória sobre o esquecimento.” (RICŒUR, 2007, p.110). Essa afirmação sugere que o ato de recordar é tido como uma resistência ao esquecimento, destacando a importância à preservação da memória. O reconhecimento de algo que foi lembrado representa, nesse contexto, uma espécie de superação ou êxito na luta contra o fenômeno do esquecimento. Essa conquista pode ser percebida como um ato de preservação da identidade, conhecimento ou experiência que, de outra forma, poderia se perder na passagem do tempo.

Podemos pensar essa situação a partir do debate quanto aos monumentos históricos. As discussões quanto as estátuas refletem a natureza seletiva da memória social, sendo que a decisão de erigir ou removê-las está ligada à narrativa que uma sociedade escolhe construir sobre seu passado. A remoção de estátuas controversas pode representar uma tentativa de lidar com aspectos desconfortáveis ou vergonhosos da história, enquanto a manutenção de outras pode perpetuar uma narrativa específica. Apoia-se no reexame crítico dos tidos heróis e figuras históricas, desafiando a tradição de celebrar automaticamente certos indivíduos e eventos, enquanto exclusão de outros, questionando se essas representações são apropriadas aos valores contemporâneos. O que a estátua do Anhanguera, por exemplo, representa e como é interpretada pode influenciar a percepção coletiva da identidade nacional, forçando uma reconsideração dos elementos que uma sociedade escolhe lembrar ou esquecer. Assim como, a remoção de estátuas pode ser vista como parte de uma dinâmica temporal na qual a sociedade atualiza sua compreensão do passado, baseando-se tentativa de incluir narrativas ausentes ou marginalizadas na representação histórica. A ausência de certas figuras nas estátuas pode indicar uma busca por uma memória mais inclusiva e abrangente.

Um ponto instigante e pouco conhecido é a existência de uma data comemorativa dedicada ao Bandeirante, celebrada em 14 de novembro – um dia antes da Proclamação da República, em 15 de novembro. Essa escolha tem suas raízes no século XVII, quando Santana de Parnaíba, em São Paulo, se tornou uma vila. A figura do Bandeirante é tão profundamente enraizada em algumas regiões do Brasil que é reverenciada até mesmo em hinos, como é o caso

do município mencionado neste parágrafo. Conhecida também como a Marcha Berço do Bandeirante, essa canção foi oficialmente sancionada em 1986 e é obra da professora Alba de Mello Bonilha. Confira o trecho abaixo.

Santana de Parnaíba
 Berço dos heróis consagrados
 Cidade dos Bandeirantes
 Deste solo muito amado
 Com orgulho festejamos
 O dia dos Bandeirantes!
 Salve! Anhanguera, Borba Gato,
 Fernão e Suzana Dias
 Bravos heróis do passado
 Daqui partiram as bandeiras (...)
 Viva! Esses homens destemidos
 Todos que engrandeçam
 Nossa terra brasileira
 (BONILHA, 1986)

A complexidade do hino de "Santana de Parnaíba" revela-se em diversas dimensões. Inicialmente, a perspectiva histórica presente na composição, ao destacar figuras como Anhanguera, Borba Gato, Fernão e Suzana Dias como heróis consagrados, causa indagação sobre a fidedignidade dessa representação histórica. A questão central emerge ao se questionar se esses personagens são retratados de maneira apropriada ou se suas ações, muitas vezes marcadas por nuances controversas, demandam uma análise crítica mais profunda. A retratação desta figura é continuamente rememorada em diferentes instancias, sejam em nomes de avenidas, ruas, escolas, faculdades, seja no brasão de armas da Polícia Militar do Estado de São Paulo ou na bandeira da capital Goiânia. É inegável que todos esses indivíduos participaram ativamente de expedições ao interior do país, contribuindo para a expansão territorial, mas o custo dessas empreitadas é notório nos inúmeros conflitos gerados, muitos dos quais caracterizados por uma violência extrema. Mais uma vez, confrontamo-nos com a persistência da exaltação de figuras historicamente associadas a práticas violentas, levantando reflexões sobre os valores e narrativas que escolhemos celebrar em nossa memória coletiva.

A persistência de homenagens a figuras historicamente associadas a práticas controversas, como os bandeirantes, suscita indagações pertinentes sobre os motivos dessa continuidade. A resposta a esse questionamento se revela intrincada, mas pode ser resumida na permanência dos descendentes desses indivíduos em posições de poder e influência, permeando não apenas o sistema legislativo e judiciário, mas também a elite econômica e outros setores relevantes. Tal fenômeno configura-se como a perpetuação constante das elites e oligarquias

regionais. Vejamos o caso da prisão de Paulo Lima, conhecido como Galo, líder dos Entregadores Antifascistas. Em 24 de julho de 2021, o coletivo Revolução Periférica assumiu a autoria após incendiarem a estátua do bandeirante Borba Gato, localizada na avenida Santo Amaro, na zona sul de São Paulo. Poucos dias depois, Lima também se posicionou assumindo participação no ato. Com a confissão ficou preso por cerca de oito dias.

Uma análise realizada por Murilo Pajolla, conforme reportado pelo site de notícias Brasil de Fato, em 2021, destaca a conexão entre aqueles que ocupam cargos de relevância e suas ligações com os bandeirantes. O general da reserva João Camilo Pires de Campos, envolvido na investigação de Lima, provém de uma das famílias bandeirantes mais proeminentes em São Paulo, as linhagens Pires e Camargo. Ou que um dos principais membros do Tribunal de Justiça de São Paulo, o TJ-SP, que indeferiu a soltura do detido até que ele delatasse os demais envolvidos, também pertence a uma família paulista bandeirante: Geraldo Francisco Pinheiro Franco. Aliás, o ex-governador da cidade de São Paulo, João Dória, possui conexões com duas influentes linhagens, descendendo de bandeirantes pelo lado materno e sendo herdeiro de uma tradicional família de senhores de engenho pelo lado paterno.

Esses exemplos destacam a continuidade das raízes bandeirantes nas esferas de poder, o que levanta questões pertinentes sobre a influência dessas linhagens históricas na condução de instituições-chave em nossa sociedade contemporânea. A interseção entre história, política e poder evidencia a necessidade de uma análise crítica e aprofundada para compreendermos as complexidades subjacentes à persistência dessas homenagens e suas implicações na estrutura social atual.

Tudo isso significa que boa parte da classe dominante brasileira é descendente dos mesmos grupos que já estavam no poder no período colonial, depois, com a independência no período imperial, e assim sucessivamente em todos os ciclos republicanos até os dias de hoje”, observa o professor da UFPR. (PAJOLLA, 2021)

E está não é a primeira vez que a estátua de Borba Gato é depredada. Em 2016, a estátua amanheceu manchada de tinta assim como o Monumento às Bandeiras, assim a primeira passou a ser cercada por grades e a ser vigiada pela Guarda Civil Metropolitana. Esses grupos armados, já receberam o nome de Milícia Bandeirante, durante o século XIX, ainda no Período Regencial (1831-1840). Se analisarmos o Brasão de Armas da Polícia Militar do Estado de São Paulo, este foi criado por decretos governamentais sendo: o Decreto nº 34.244, de 17 de dezembro de 1958, que foi revogado e passou por modificações estéticas com o Decreto nº 17.069, de 21 de maio

de 1981, e que recebeu mais uma reformulação no Decreto nº 66.876, de 23 de junho de 2022. Analisemos a descrição e a imagem a seguir

O Brasão de Armas da Polícia Militar do Estado de São Paulo será um Escudo Português, perfilado em ouro, tendo uma bordadura vermelha carregada de 19 (dezenove) estrelas de 5 (cinco) pontas em prata, representando marcos históricos da Instituição; no centro, em listras verticais e horizontais, as cores representativas da Bandeira Paulista, também perfiladas em ouro; como timbre, um leão rampante em ouro, apoiado sobre um virol em vermelho e prata, empunhando um gládio, com punho em ouro e lâmina em prata; à direita do Brasão um ramo de carvalho e à esquerda um ramo de louro, cruzados em sua base; como tenentes, à direita a figura de um Bandeirante, em posição de sentido, com bacamarte e espada, e à esquerda um Soldado da Guarda Municipal Permanente empunhando um fuzil com baioneta; num listel em azul, a legenda em prata “Lealdade e Constância”. (Decreto-Lei nº 66.876, de 23 de junho de 2022)

Figura 6 - Brasão de Armas da Polícia Militar do Estado de São Paulo



Fonte: (Polícia Militar do Estado de São Paulo, s.d,
<https://www.policiamilitar.sp.gov.br/institucional/brasao-de-armas>)

Dando continuidade à análise a figura à direita é o bandeirante Domingos Jorge Velho⁶⁷ e à esquerda temos um soldado. As estrelas dispostas no escudo consistem nos marcos históricos conquistados pela Polícia Militar, apresentado na tabela abaixo.

⁶⁷ “Domingos Jorge Velho foi um proprietário de terra, proprietário de escravizados e bandeirante paulista. Amplamente reconhecido pela perseguição aos povos indígenas, Domingos Jorge Velho foi contratado por Francisco Garcia D’Ávila para exterminar tribos inteiras que habitavam às margens do Rio São Francisco. Seu

Tabela 4 - Estrelas do Brasão de Armas da PM de São Paulo

Estrelas	Datação	Eventos
1ª	1831	Criação da Milícia Bandeirante
2ª	1838	Guerra dos Farrapos
3ª	1839	Campos das Palmas
4ª	1842	Revolução Liberal de Sorocaba
5ª	1865-1870	Guerra do Paraguai
6ª	1893	Revolta da Armada
7ª	1896	Questão dos Protocolos
8ª	1897	Campanha de Canudos
9ª	1910	Revolta do Marinheiro João Candido
10ª	1917	Greve Operária
11ª	1922	Os 18 do Forte de Copacabana/Sedição de Mato Grosso
12ª	1924-1926	Revolução de São Paulo/Campanhas do Sul
13ª	1926	Campanhas do Nordeste e Goiás
14ª	1930	Revolução Outubrista-Getúlio Vargas
15	1932	Revolução Constitucionalista
16ª	1935-1937	Movimentos Extremistas
17ª	1942-1945	Segunda Guerra Mundial
18ª	1964	Revolução de Março

objetivo era desocupar a região para que pudesse instalar ali uma grande fazenda de produção pecuária. Atuou nas então províncias de Maranhão, Ceará, Pernambuco e Piauí, caçando indígenas e/ou promovendo sua catequização forçada. Além de sua atuação no extermínio indígena, Domingos Jorge Velho foi uma figura importante nas lutas travadas contra o Quilombo dos Palmares. Contratado pelo então governador do Estado de Pernambuco, João da Cunha Souto Maior, é tido por muitos como o responsável pela dissolução da comunidade. Estima-se que cerca de 15 mil quilombolas tenham morrido no confronto.” (Galeria de Racistas, s.d., <https://galeriaderacistas.com.br/domingos-jorge>).

19 ^a	2020-2021	Atuação da PM no combate à pandemia de COVID-19
-----------------	-----------	---

Fonte: (Decreto-Lei nº 66.876, de 23 de junho de 2022)

A crítica sugerida pode ser relacionada à presença de símbolos controversos e historicamente associados à violência, como o Brasão de Armas da Polícia Militar do Estado de São Paulo. A descrição detalhada do brasão, com referências a elementos como o leão rampante e a figura do Bandeirante, pode ser interpretada como uma representação que, em vez de promover a coesão social, suscita divisões, evocando períodos da história marcados por conflitos e violações dos direitos humanos. Ao considerar as manifestações sobre a estátua de Borba Gato e a existência de grupos com o nome de Milícia Bandeirante, a crítica pode se concentrar na necessidade de reavaliar símbolos institucionais para garantir que eles não perpetuem narrativas que possam inflamar tensões e ressentimentos na sociedade. A continuidade de tais movimentos contrários a esses monumentos podem ser interpretada como uma expressão de descontentamento em relação a esses símbolos historicamente associados a práticas controversas.

À caráter de aprofundar a discussão quanto a memória, achamos importante citar Pierre Nora no debate. O autor compreende a memória como viva, carregada por grupos sociais e por conta disso encontra-se em constante alteração, pois está aberta a “dialética da lembrança e do esquecimento (...) vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações” (NORA, 1993, p.9). Já em relação a história afirma que está em permanente reconstrução problemática e incompleta, do que não mais existe. Defende que a memória se constitui por um episódio sempre recente, sendo que não se acomoda diferente da história que traz uma representação do passado, desempenhando uma extensa análise e criticidade. “A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica.” (NORA, 1993, p.9).

Quando Nora, evidencia a memória como viva podemos realizar uma sucinta análise quanto a construção do “mito” fundador, no caso o Anhanguera. Como exposto, a busca pelas origens conservaria essa memória e a revitalizaria de acordo com o tempo e com as necessidades. Goiânia foi planejada sobre o princípio da modernização, na urgência de se desprender da cidade de Goiás, na tentativa de romper com a tradição coronelista que constitui o estado goiano. Se o plano de Pedro Ludovico Teixeira¹ era o de abandonar o passado e se desvincular do antigo, qual a lógica de inúmeras representações desse “mito” na nova capital?

Eduardo Gusmão de Quadros, apresenta uma resposta para esse questionamento: a construção, orquestrada, de identificação entre Pedro Ludovico com Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera. O autor (2015) diz que jornais da época o pormenorizavam como uma pessoa atrevida, um idealista e como o novo Anhanguera. Quanto à monumentalização, no caso, os símbolos, o autor expõem que

Uma homenagem ao bandeirante era pensada desde os primeiros anos da cidade (...) No ponto de encontro entre as avenidas Tocantins, Araguaia e Goiás, haveria um “monumento comemorativo das bandeiras, descobertas e das riquezas do Estado, figurando como homenagem principal a figura do Anhanguera” (...) A construção da nova capital teve diversos problemas financeiros (...) Notando a ausência da homenagem ao ilustre paulista, eles resolvem doar, para o ano da inauguração, o monumento a Anhanguera. Sua nova posição será na base do triângulo, no ponto de intersecção com a Avenida Goiás, que se dirige ao Palácio onde fica o interventor. Da Praça Cívica era possível avistá-lo. Anhanguera, entretanto, não olha para o governo. Fora colocado mirando a Cidade de Goiás. Estabelece, destarte, a correlação simbólica – o símbolo é uma presença que substitui uma ausência - da antiga com a nova capital. (QUADROS, 2015, p.38-40).

A citação descreve a história da construção do monumento em homenagem ao bandeirante Anhanguera, em Goiânia. Desde os primeiros anos da cidade, a ideia de homenagear o bandeirante era considerada. A localização inicial planejada era no ponto de encontro entre as avenidas Tocantins, Araguaia e Goiás, destacando as bandeiras, descobertas e riquezas do Estado. O monumento é agora posicionado na base do triângulo formado pelas avenidas, no ponto de intersecção com a Avenida Goiás, direcionada ao Palácio do interventor. Essa nova posição permitia que o monumento fosse avistado da Praça Cívica. Detalhe interessante é que a estátua do Anhanguera não está voltada para o governo, mas sim para a Cidade de Goiás. Essa escolha simbólica estabelece uma correlação entre a antiga capital e a nova. O monumento torna-se um símbolo que representa a presença da antiga capital, substituindo-a simbolicamente na nova capital de Goiânia. Essa narrativa destaca a importância simbólica da estátua e sua conexão com a história e identidade da região (QUADROS, 2015).

Ainda sobre Pedro Ludovico Teixeira, no capítulo anterior citamos a *Revista Goianidade* (1992) e há nesta um texto no qual é referenciado três personalidades: o Anhanguera, Iris Rezende e Pedro Ludovico Teixeira. Assim, Souza (2017) destaca

Curiosamente, no artigo intitulado “Goiás em Três Tempos”, os considerados três maiores líderes da história de Goiás dividem a mesma página com os seus feitos: Bartolomeu Bueno, bandeirante que descobriu as jazidas de ouro, possibilitando a colonização da região; Pedro Ludovico, idealizador e

construtor de Goiânia; e, por fim, Íris Rezende Machado, então governador do Estado. Os três são tratados como mitos pela revista. É interessante destacar que a revista *Goianidade* queria transmitir a imagem de que vivia no auge do progresso, e o então governador Íris Rezende fazia uma administração progressista, dinâmica e moderna. Igualmente, a revista queria perpetuar a idéia de que o Estado desbravado pela astúcia do bandeirante, ficou sem um passado relevante até Pedro Ludovico a quem é creditado a construção de Goiânia, e posteriormente, a história ganhava um novo fôlego com Íris Rezende, fazendo jus a modernidade e ao progresso tão ansiado pelo povo goiano. Isso condiz com o sentido de história empregado pela revista, excluindo o século XIX e a Primeira República. (SOUZA, 2017, p.220).

As duas citações, Quadros (2015) e Souza (2017), apresentam uma interessante interconexão ao discutir a construção de imagens simbólicas e mitos na história de Goiás, particularmente relacionadas ao bandeirante Bartolomeu Bueno, o Anhanguera, e à formação da cidade de Goiânia. A primeira (2015) fala sobre a instalação de um monumento em homenagem ao bandeirante, na cidade de Goiânia, ressaltando a simbologia associada a sua figura. O monumento é posicionado de forma a estabelecer uma correlação simbólica entre a antiga capital, a Cidade de Goiás, e a nova, Goiânia, representando a transição e continuidade histórica. A segunda citação (2017) discute como a *Revista Goianidade* (1992) retrata três figuras, incluindo Bartolomeu Bueno, como mitos na história do estado de Goiás. Destacando que a revista, ao excluir o século XIX e a Primeira República, busca criar uma narrativa que enfatiza o auge do progresso, atribuindo a construção de Goiânia a Pedro Ludovico e destacando a administração dinâmica e moderna de Íris Rezende. Essa abordagem se alinha com a ideia de construir uma história que omite períodos considerados menos relevantes, focando na projeção de uma imagem de modernidade e progresso.

Ao conectar essas duas perspectivas, percebemos como a construção de mitos e símbolos na história de Goiás, representados pelo bandeirante Anhanguera e outros líderes mencionados, é uma prática intencional para moldar a identidade e a narrativa coletiva da região. As estátuas e as representações simbólicas tornam-se veículos poderosos na construção de uma memória seletiva e na promoção de determinadas imagens e valores associados à história da localidade.

Parte de um projeto cívico-pedagógico, tal como o panteão, as biografias seriam uma pré-condição para o culto aos “grandes homens”, depois o julgamento da posteridade se basearia em um trabalho ainda mais sólido e duradouro do que as estátuas que poderiam ser derrubadas (...) Simultaneamente, esse trabalho de glorificação aparecia como uma prova de que agindo se de acordo com ideais altruístas e patrióticos, a Conquista da imortalidade não seria uma quimera. (CERQUEIRA, 2020, p.121)

Para Nora, os lugares de memória “são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade” (NORA, 1993, p.13). Constituindo focos privilegiados de uma história, sendo que se essas memórias não estivessem ameaçadas não haveria a necessidade de construção desses marcos. O autor defende que, se acreditassem efetivamente nessas lembranças não haveria a necessidade de existir esses espaços, pois seriam, assim, inúteis. Além disso o autor expõe que a relação *história-memória* se encontra presente neste aspecto já que sem a observação crítica da história esses pontos não se tornariam lugares de memória. Afirmar que “o que nós chamamos de memória é, de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar.” (NORA, 1993, p.14). Desse modo, podemos conectar as afirmações acima com a citação de Ribeiro:

Pela primeira vez, referimo-nos aos lugares de memória, exatamente quando tratamos da questão do monumento. (...) as relações entre escrita da história, cultura histórica e história ensinada. Por exemplo, os eventos comemorativos realizados pelas ruas da capital da província transformavam-se em lugares de memória. Os espaços internos e externos do palácio do governo, palco de rituais comemorativos de datas e personalidades, também se transformaram em lugares de memória. O prédio do Liceu, o Gabinete Literário, o quartel do Batalhão dos 20 – lugares por onde a história ensinada foi e continua a ser exercitada – compõem esse universo. (RIBEIRO, 2011, p.180)

Nora, compreende que esses lugares abrangem três sentidos: o *material*, em relação a ação que se insere nesse ambiente (depósitos de arquivos); o *funcional*, se categorizado como um objeto (um testamento); e por último o *simbólico*, em relação a lembrança em si. Finaliza que, é a memória que dita e a história escreve. Desde que haja rastro e mediação, não estamos mais dentro da memória, mas dentro da história. “A necessidade de memória é uma necessidade da história” (NORA, 1993, p.14), esta frase demonstra que uma depende da outra, sendo um eterno vai-e-vem para a constituição de ambas. Desse modo, a produção historiográfica seria importante para mediar essa relação entre passado, através dos usos da memória e das lembranças, com o presente estabelecendo, assim, a perspectiva futura – e aqui caberia a análise feita por Koselleck em *Futuro Passado: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos* (2006) quando o autor discorre sobre *espaço de experiências e horizonte de expectativas*⁴. Tornando as relações do passado inteligíveis para as narrativas no tempo presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos essa dissertação com o primeiro capítulo apresentando as consonâncias e dissonâncias entre duas importantes instituições acadêmicas e de promoção do saber: exploramos o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG), buscando compreender suas formações, seus funcionamentos e o papel desempenhado por esses na preservação cultural e no estudo da história, geografia e outras ciências no Brasil. Concluímos que o IHGB, desde sua fundação na terceira década do século XIX, atua como uma ponte entre passado e presente, moldando a compreensão da identidade nacional e que, ao longo do tempo, sofreu mudanças se adaptando ao momento histórico em que esteve. No contexto específico de Goiás, o Instituto Histórico e Geográfico local assume um papel significativo na construção das narrativas regionais, destacando-se por sua influência na narrativa histórica do estado. Ambos possuem a missão de preservar e analisar documentos se mantêm vital, proporcionando uma base sólida para pesquisadores e entusiastas da história.

Ao analisar a *Revista Goianidade* (1992) e o projeto *Goiás +300: Reflexão e Ressignificação* (2022), destacamos as diferentes abordagens à história de Goiás, em como a figura do bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, emerge, revelando perspectivas distintas sobre a formação do estado e sobre a formação identitária. A análise crítica desses projetos levanta questões importantes sobre a simplificação da história e a influência das narrativas nacionalistas na construção de heróis. A construção de mitos e heróis, especialmente em torno de Anhanguera, Bartolomeu Bueno da Silva, é uma peça fundamental na narrativa histórica regionalista. Reconhecemos, no entanto, que esta pesquisa não esteve isenta de desafios, desde a disponibilidade de fontes até a complexidade intrínseca do tema. Apesar das limitações encontradas, buscamos mitigar esses obstáculos, oferecendo uma análise abrangente e substancial.

É, evidente, que apenas a parte um do nosso trabalho poderia contar com uma dissertação inteiramente destinada a ela – assim como a parte dois – pois, são temas abrangentes e que demandam debates aprofundados. Diante disso, nossas investigações pretendem sugerir caminhos para pesquisas futuras, a partir, por exemplo, da proposta de pesquisa aprofundada sobre aspectos específicos da atuação do IHGB e do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, bem como a análise de outras instituições similares em diferentes regiões do Brasil, traçando viés comparativo e analítico. Além disso, explorar o avanço nas representações dos tidos “heróis” na narrativa histórica poderia enriquecer ainda mais o entendimento da construção da

identidade regional. Em suma, esta pesquisa não apenas lança luz sobre a relevância histórica dessas instituições, mas também pretende provocar reflexões sobre como a interpretação da história molda a identidade nacional e regional. O IHGB e o IHGG cada um à sua maneira, continuam a desempenhar papéis essenciais na preservação e entendimento do patrimônio cultural brasileiro.

Um dos debates significativos trazido nesta dissertação, perpassa na problemática de narrativas construídas sobre determinados períodos históricos. Essa celebração às figuras históricas, mesmo quando apresentadas como exemplos genéricos, pode ser controversa devido ao contexto e às ações associadas a essas personalidades. Cada uma dessas figuras exemplares, como as citadas no discurso de Mendonça (2021), estão vinculadas a eventos que tiveram impactos significativos, muitas vezes negativos, na história. A celebração sem uma análise crítica de seus legados pode resultar na minimização de aspectos negativos e contribuir para uma percepção distorcida da história. Isso pode perpetuar narrativas unilaterais que ignoram ou subestimam as complexidades e as consequências reais das ações dessas personalidades. Portanto, é crucial abordar tais celebrações com sensibilidade histórica, considerando o impacto de suas ações para uma compreensão mais completa e equilibrada do passado.

Discussões quanto aos monumentos vem sendo levantadas constantemente ao redor do mundo, a fim de, questionar as condutas de tais personagens celebradas. O bandeirante, por exemplo, cometeu crimes contra os povos originários no Brasil, e suas estátuas continuam presentes no cotidiano dos brasileiros. Ao dispor, no *Goiás +300: Reflexão e Resignificação* (2022), uma visão de que os bandeirantes não eram europeus, de fato, e sim “mamelucos”, o projeto minimiza as agressões cometidas por eles à outros povos, como se fossem iguais que se afrontam. E essa abordagem é citada, diversas vezes, na apresentação e no capítulo quatro, também escrito por Nilson Jaime, *O Bandeirismo Paulista e a Colonização “Mameluca” de Goiás* (2022).

Quando os coordenadores do projeto afirmam que “a história de Goiás não começou há 300 anos, com a chegada do colonizador mameluco.” (JAIME; MENDONÇA, 2022, p.12) ou quando sustentam que o “Goiás +300 é um chamado à reflexão e à resignificação, em que a sociedade goiana é desafiada a ensimesmar-se de suas origens indígenas, afro, mameluco-bandeirante (...)” (JAIME; MENDONÇA, 2022, p.17) o movimento crítico é insuficiente. Mesmo que nascidos a partir das relações entre brancos e indígenas, os “mamelucos” violentaram tribos originárias, a fim de conquistarem metais preciosos e terras. Em contrapartida, a discussão que propomos é quanto ao papel que esses povos desempenhavam na sociedade.

O caso demonstra, para o que nos interessa, que mamelucos e índios armados, filhos de homem nobre, combatiam índios no sertão. Assim determinando, o ouvidor colocava a mestiçagem na hierarquia interna do corpo político da vila, porque reconhecia a mamelucos e a índios como filhos de nobres em contraposição ao espaço de fora, que era o sertão hostil. Era essa a função política dos filhos mestiços, no que nada se diferenciavam dos filhos legítimos. (GODOY; GUEDES, 2017, p.23)

Ou seja, sugere que nesse cenário histórico, os mamelucos (descendentes de europeus e indígenas) e os índios armados, sendo filhos de homens nobres, estavam envolvidos em confrontos no sertão, e ao fazer essa observação, parece reconhecer a mestiçagem como parte da hierarquia interna do corpo político da vila. A ideia é que, mesmo sendo mestiços, esses indivíduos eram reconhecidos como filhos de homens nobres quando estavam dentro da vila. A mestiçagem, nesse contexto, não os excluía da hierarquia social; pelo contrário, eram vistos como nobres em comparação com o sertão, que era considerado hostil. Portanto, a "função política dos filhos mestiços" seria desempenhar um papel específico na estrutura política, combatendo no sertão em defesa da comunidade e sendo reconhecidos como herdeiros nobres dentro desse contexto. Essa abordagem sugere que, pelo menos nesse contexto específico, os filhos mestiços não diferiam significativamente dos filhos legítimos em termos de função política e reconhecimento social. Então, denominá-los como “mameluco-bandeirante”, como propõe o projeto, não os coloca em uma posição de conciliação ou harmonia com os povos originários.

Já na parte dois demos continuidade as discussões sobre o projeto *Goiás +300: Reflexão e Ressignificação* (2022), analisando neste como a história e a historiografia do estado é pensada utilizando artigos dispostos na obra e debatendo com outras publicações, anteriores a dois mil e vinte e dois. Dando ênfase ao *Curso de Bandeirologia*, de 1946, e sua importância há época. Em um ponto questionamos sobre a atuação do projeto quanto aos conceitos presentes em seu subtítulo. Tal se propõe, de fato, a refletir e ressignificar a história de Goiás? Para uma análise abrangente, é essencial considerar dois elementos fundamentais: a apresentação delineada no projeto e os artigos publicados. Ao explorar o segundo ponto, destacam-se análises substanciais relacionadas à temática, que efetivamente propõem uma reavaliação da história do estado. Essas análises transcendem a abordagem convencional, abrindo caminho para novas perspectivas históricas e oferecendo uma visão mais ampla e diversificada do contexto estadual.

Contrariamente, a apresentação demonstra falhas ao abordar questões já mencionadas anteriormente, como as problemáticas ligadas à preservação das estátuas, a utilização dos

termos "mamelucos-bandeirantes" de maneira a minimizar a gravidade das ações cometidas por esse grupo e apresenta reflexões questionáveis sobre a questão racial. Esses pontos comprometem a qualidade da apresentação, uma vez que não abordam adequadamente as complexidades e implicações éticas associadas a esses temas sensíveis. A situação torna-se confusa devido à disparidade entre a abordagem mais contemporânea em termos metodológicos apresentada nos artigos e a postura ético-política mais tradicionalista adotada pelos idealizadores. Essa dicotomia gera uma falta de coesão, pois os artigos exploram, do ponto de vista metodológico, perspectivas contemporâneas e inovadoras sobre a temática, enquanto o posicionamento ético-político tradicionalista dos idealizadores parece estar em desacordo com a direção mais progressista delineada nos artigos. Essa contradição pode gerar uma interpretação ambígua da proposta, comprometendo a consistência e a clareza do projeto como um todo.

As discussões sobre mito contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa, posto que o bandeirante, representando um arquétipo do herói, se insere em uma através de uma trajetória que reflete elementos característicos desta estrutura narrativa. Inicialmente, o bandeirante responde ao chamado à aventura, impulsionado por motivos como a busca por riquezas, expansão territorial e a exploração. Em alguns relatos, há uma recusa inicial refletindo hesitação diante dos desafios iminentes. Durante a “jornada do herói”, para usarmos um termo de Joseph Campbell, o bandeirante encontra orientações que o ajudam a navegar pelo desconhecido, e a travessia marca a entrada em territórios inexplorados e a superação de barreiras geográficas e culturais. Os desafios e provações enfrentados durante as expedições bandeirantes testam a coragem e a resiliência da figura, tal qual nas histórias mitológicas, e as recompensas adquiridas ao superá-los incluem descobertas de recursos naturais e a expansão do território colonial. Ao retornar à sociedade paulista, o bandeirante traz consigo conhecimento, riquezas e histórias que contribuem para o desenvolvimento da comunidade. Essa jornada não apenas molda o bandeirante em nível pessoal, mas também influencia transformações culturais e históricas, forjando sua posição como figura emblemática na construção da identidade nacional brasileira.

Os mitos, exemplificados pelo papel do bandeirante na construção da identidade regional, podem ser perigosos quando utilizados de forma antiética. A figura do bandeirante, historicamente retratada como um herói desbravador, pode ser manipulada para promover ideologias específicas, justificar discriminações ou perpetuar estereótipos. Se aceitos acriticamente, esses mitos podem resultar em rigidez mental, resistência a mudanças sociais e até mesmo alimentar conflitos e hostilidades entre grupos. Além disso, associação a certos mitos, como a suposta bravura inquestionável do bandeirante, pode levar a julgamentos

inflexíveis e falta de empatia. Essa aceitação também pode contribuir para a disseminação de desinformação e ignorância, comprometendo a compreensão apropriada da história e contribuindo para a justificação de comportamentos prejudiciais. Portanto, a análise crítica dos mitos, incluindo a revisão cuidadosa das narrativas em torno do bandeirante, é essencial para mitigar os potenciais riscos associados à sua interpretação inadequada.

A permanência da representação dos bandeirantes na construção da identidade regional de Goiás levanta a questão sobre a possibilidade de aprisionamento a uma única perspectiva. A escolha contínua de retratar os bandeirantes como protagonistas centrais da história goiana, suscita a indagação sobre a diversidade de visões históricas presentes na região. Há o risco de que essa representação contínua restrinja a compreensão da identidade regional, transformando-a em uma narrativa específica e limitando a consideração de outros elementos que contribuíram para a formação dessa identidade. Além disso, a análise da exaltação passada e presente do bandeirante no imaginário da sociedade goiana busca compreender como essa figura é perpetuada ao longo do tempo. Questionando se essa exaltação se baseia em aspectos que transcendem a perspectiva histórica, como elementos culturais, políticos ou identitários. A investigação busca desvendar os motivos pelos quais o bandeirante mantém sua relevância simbólica, examinando se essa exaltação é uma expressão contínua de valores enraizados na identidade goiana ou se reflete uma escolha consciente de moldar a narrativa histórica de acordo com determinados interesses. Dessa forma, as perguntas levantadas direcionam a pesquisa para uma análise crítica da representação dos bandeirantes em Goiás, explorando as nuances entre a tradição memorialística e a necessidade de uma abordagem mais abrangente e diversificada para compreender a identidade regional.

Dessa forma, as considerações finais deste trabalho enfatizam a necessidade de uma análise crítica e aprofundada sobre a persistência das homenagens a bandeirantes e suas implicações nas estruturas de poder contemporâneas. A resistência, representada pelo incêndio da estátua de Borba Gato, torna-se um ponto de inflexão que demanda reflexão sobre a construção da memória coletiva e a necessidade de reavaliar as narrativas históricas que perpetuam a glorificação de figuras associadas a práticas violentas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- ARRAIS, Cristiano Alencar; SANDES, Nóe Freire. *História e Memória em Goiás no Século XIX: uma consciência da mágoa e da esperança*. Varia História, Belo Horizonte, v. 29, nº 51, p. 847-861, set/dez 2013.
- ASSIS, Wilson Rocha. *Estudos de História de Goiás*. Goiânia: Editora Vieira, 2005.
- BACZKO, Bronislaw. *A imaginação social*. In: Leach, Edmund et Alii. Anthropos-Homem. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BARBOSA, A. L. S. *Revisitando o velho modelo de decadência em Goiás*. 2017. 156 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.
- BARROS, José D'Assunção. *História e Historiografia: todas as interações possíveis*. In: A Historiografia como Fonte Histórica. Petrópolis: Editora Vozes, 2022, p.15-79.
- BARROS, José D'Assunção. *História e memória – uma relação na confluência entre tempo e espaço*. MOUSEION, vol.3, n.5, jan/jul, 2009.
- BARROS, José D'Assunção. *O Projeto de Pesquisa em História*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BERTRAN, Paulo. *A memória consútil e a Goianidade*. In: Ciências Humanas em Revista, v.5, nº.1. Goiânia: Editora da UFG, 1994.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BÔAS, Lúcia Villas. *História, Memória e Representações Sociais: por uma abordagem crítica e interdisciplinar*. Cadernos de Pesquisa, v.45, n.156, p.244-258, 2015.
- BORGES, Humberto Crispim. *Americano do Brasil – Vida e Obra*. Goiânia: Gráfica e Editora Roriz LTDA., 1982.
- BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- CAMPBELL, Joseph; MOYERS, Bill. *O poder do mito*. São Paulo: Palas Athena, 1991.
- CANDAU, Joël. *Memória e Identidade*. Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.
- CASTELLS, Manuel. *La era de la información: economía, sociedad y cultura*. Vol II: el poder de la identidad. Ciudad de México: Siglo ventiuño editores, 2001.
- CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CERQUEIRA, Erika M. *Lições Vivas de História: Gustavo Barroso e as comemorações do Dia do Soldado*. In: Douglas Attila Marcelino. (Org.). RITUALIZAÇÕES DO PASSADO: a história como prática escrita e rememorativa. 1ed.Curitiba: CRV, 2020, v. I, p. 99-125.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Trad. Noêmia de Sousa. Lisboa: Ed. Livraria Sá da Costa Editora, 1978.

CHARTIER, Roger. *A História cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CHAUL, Nasr Fayad. *A identidade cultural do Goiano*. Cienc. Cult. São Paulo, v. 63, n. 3, p. 42-43, jul. 2011.

CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Ed. UFG, 2010.

CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999.

CHAVES DA SILVA, Rogério. *Meio século de contribuição à produção historiográfica*. In: Marlon Solomon; Jiani F. Langaro; Elias Nazareno; Ana Carolina E. C. Soares; Sônia M. de Magalhães; Heloísa S. F. Capel; Cristiano A. Arrais. (Org.). 50 anos de Pós-Graduação em História na UFG. 1ed.Goiânia: Cegraf UFG, 2022, v. 1, p. 51-85.

CHAVES DA SILVA, Rogério. *Reflexões sobre o “fazer histórico”*: uma história da historiografia em (sobre) Goiás (da década de 1920 à de 1990). 2015. 502 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015. Disponível em <<http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8030>> Acesso em: 21 de set. de 2023.

COELHO, George L. S. *O bandeirante que caminha no tempo*: apropriações do poema “Martim Cererê” e o pensamento político de Cassiano Ricardo. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2015.

COELHO, George. L. S. *Monumento às Bandeiras*: processo de construção e ressignificação simbólica. Tempo, v. 28, n. 1, p. 64–83, jan. 2022. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/tem/a/MJ5kDhH5mHMJy8VLF7dmHyv/?lang=pt#>> Acesso em: 16 de nov. 2023

COELHO, M. C. *Historiografia e Nação no Brasil* – um clássico e suas possibilidades, da gênese da historiografia ao lugar da História Ensinada nos dias de hoje. Revista História Hoje, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 329–333, 2017. DOI: 10.20949/rhhj.v1i1.7. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/7>. Acesso em: 16 nov. 2023.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos* – 6.ed. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

DIOP, Cheikh Anta. *The African origin of civilization—myth or reality*. Tradução de Mercer Cook. Chicago: Lawrence Hill, 1974.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato brasileiro*. 5ª edição, Editora Globo, Rio de Janeiro, 2012.

FERREIRA, A. C. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Editora UNESP, 2002, 372p.

FERRETTI, D. J. Z. *Lições do passado bandeirante no “Curso de Bandeirologia”*: Taunay e Sérgio Buarque de Holanda (1946). Anais do 3º Seminário Nacional de História da historiografia. Ouro Preto: Edufop, 2009, p.1-11.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 3. ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. Aula inaugural no College de France. Pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola: 1996.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Editora Paz&Terra, 2014.

FREITAS, G. de. *A Companhia Geral do Comércio* (Conclusão). Revista de História, [S. l.], v. 3, n. 8, p. 313-344, 1951. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v3i8p313-344. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/35023>. Acesso em: 27 nov. 2022.

FREITAS, G. de. *A Companhia Geral do Comércio do Brasil (1649-1720)*. Revista de História, [S. l.], v. 2, n. 6, p. 307-328, 1951. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v2i6p307-328. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/35002>. Acesso em: 27 nov. 2022.

FREITAS, G. de. *A Companhia Geral do Comércio do Brasil (1649-1720) (II)*. Revista de História, [S. l.], v. 3, n. 7, p. 85-110, 1951. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v3i7p85-110. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/35013>. Acesso em: 27 nov. 2022.

FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. *Cidade de Goiás: Patrimônio Mundial*. In: Rev. Do Inst. Hist. e Geog. de Goiás, n. 17, p. 55-64, ago/dez, 2002.

GARCIA, Ledonias Franco. *Goyaz: uma provincia do sertão*. Goiânia: Editora PUC Goiás, 2010.

GEARY, Patrick J. *O mito das nações: a invenção do nacionalismo*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Ed. Cia das Letras, 1987.

GOFF, Jacques Le. *História e Memória*. São Paulo: Editora Unicamp, 2013.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. In: Estudos Históricos – 1 – Caminhos da Historiografia, Rio de Janeiro, 1988. Disponível em: <<https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1935/1074>> Acesso em: 23 de out. de 2023

GUIMARÃES, Manoel Salgado. *Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, 284 p

HEIMER, Ivoni Richter. *Trabalhos Acadêmicos: Modelos, Normas e Conteúdos*. São Leopoldo: Oikos, 2014.

HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Saraiva de Bolso, 2011.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terrence. *A invenção das tradições*. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed., São Paulo: Cia das Letras, 1999.

HOLBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

INDURSKY, Freda. *A memória na cena do discurso*. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). *Memória e história na/da análise do discurso*. Campinas: Mercado de Letras, 2011. p.67-89.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

MATTOS, Silvia Climaco. *Memória e Cidades: Lembranças de Vila Nova*. Goiânia: Editora PUC Goiás, 2012.

MBEMBE, Achille; MONTEIRO, Juliana de Moraes; RODRIGUES, Carla. *O que fazer com as estátuas e os monumentos coloniais?* Revista Rosa, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://revistarosa.com/2/o-que-fazer-com-as-estatuas-e-os-monumentos-coloniais>. Acesso em: 20 out. 2023.

MENDES, Breno. *Limiar: estudos de teoria, metodologia e ensino de história*. Goiânia: Cegraf UFG, 2021.

MENDONÇA, J. G. C.. *Discurso de Posse*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, n.32, p. 15-24, 2021.

MENDONÇA, J. G. C.; JAIME, N. (Org.) *Goiás +300 - História*. 1. ed. Goiânia: Edições Goiás +300, 2022. v. 1000. 316p.

MIGNOLO, Walter. *Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade*. Trad. Marco Oliveira. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2017, p. 1-18.

MIGUEL, L. F. *Em Torno do Conceito de Mito Político*. Dados, v. 41, n. 3, p. 635-661, 1998.

MORAIS, Hélia Costa.. Ebook. *Liberdade e Resistência: escrita, ritos e rastros do passado*. In: Douglas Attila Marcelino. (Org.). *Ritualizações do passado: a história como prática escrita e rememorativa*. 1ed.Curitiba: CRV, 2020, v. 1, p. 125-144.

NEVES, F. C.. *Inventando o Brasil: uma visão historiográfica*. Revista de Ciências Sociais (Fortaleza), Fortaleza, v. 31, n.2, p. 40-50, 2001.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, n. 10. São Paulo, dez.-1993.

OLIVAL, Moema de Castro e Silva. *Goiás: Berço de Cultura e Tradição*. In: Rev. Do Inst. Hist. e Geog. de Goiás, n. 17, p. 65-76, ago/dez, 2002.

OLIVEIRA JUNIOR, Paulo Cavalcante de. *Afonso d'E. Taunay e a construção da memória bandeirante*. 1994. 204 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Documentário: acontecimento discursivo, memória e interpretação*. In: Organon – Revista do Instituto de Letras da UFRGS. Discurso, Língua e Memória. Porto Alegre, v.17, n.35, 2003.

PAJOLLA, Murilo. *Elite de SP, que persegue Galo por fogo na estátua do Borba Gato, descende de bandeirantes*. Brasil de Fato, [s. l.], 6 ago. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/08/06/elite-de-sp-que-persegue-galo-por-fogo-na-estatueta-do-borba-gato-descende-de-bandeirantes>. Acesso em: 20 out. 2023.

PALACIN, Luis. A Construção de Goiânia e o Desenvolvimento de Goiás. Separata dos Anais do VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. São Paulo, 1974.

PALACIN, Luis. *Coronelismo no Extremo Norte de Goiás: o padre João e as três revoluções de Boa Vista*. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

PALACIN, Luis. *O Século do Ouro em Goiás*. Goiânia: Oriente, 1979.

PALACIN, Luis. *Quatro tempos de ideologia em Goiás*. Goiânia: Cerne, 1986.

PALACIN, Luis. *Sociedade Colonial (1549-1599)*. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 1981.

PÊCHEUX, Michael. *Papel da Memória*. In: ACHARD, Pierre et al. *Papel da memória*. 3.ed. Campinas: Pontes Editores, 2010.

PINHEIRO, Antônio César Caldas. *Os tempos míticos das cidades goianas: mitos de origem e invenção de tradições*. (Mestrado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2003.

POLLACK, Michael. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

POLLACK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.

QUADROS, Eduardo G. *Anhanguera: o mito fundador de Goiás*. TERRITÓRIOS DA HISTÓRIA. GOIÁS SÉCULOS XVIII-XX, Volume 1, Número 1, abril 2014. Disponível em: <<https://territoriosdahistoriagoiias.files.wordpress.com/2014/03/territe3b3riosdahiste3b3ria-v-1-n-1-2014-is-sn-2358-07043.pdf>>. Acesso em: 10 de nov. de 2023.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro*. São Paulo: Global Editora, 2015.

RIBEIRO, I. L. C. *A afetividade na história: Comemorações cívicas, literatura e escrita da história em Teófilo Braga (1880-1896)*. 2020. 238 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2020.

RIBEIRO, Miriam Bianca Amaral. *Memória, Família e Poder: História de uma permanência política - Os Caiado em Goiás*. 1996. 247 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1996.

RIBEIRO, Miriam Bianca Amaral. *Cultura Histórica e História Ensinada em Goiás (1846-1934)*. 2011. 351 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

RICOEUR, Paul. *A Memória, a História, o Esquecimento*. São Paulo: Editora Unicamp, 2018.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

Roiz, D. S. *A batalha pela representação do passado bandeirante: imagens e representações do bandeirantismo no Curso de Bandeirologia de 1946*. In: Diogo Roiz; Suzana Arakaki; Tânia Zimmermann (org.). (Org.). *Os bandeirantes e a historiografia brasileira: questões e debates contemporâneos*. 1ed.Serra/ES: Milfontes, 2018, v. 1, p. 195-266.

Roiz, D. S. *A força da tradição: bandeirantismo e usos do passado no pensamento de Alfredo Ellis Jr.* In: Alexandro Dantas Trindade, Hilton Costa e Diogo da Silva Roiz. (Org.). *À margem do(s) cânone(s): pensamento social e interpretações do Brasil*. 1ed.Curitiba/PR: Editora da UFPR, 2013, v. 1, p. 199-222.

Roiz, D. S.; ARAKAKI, S (Org.) ; ZIMMERMANN, T. R. (Org.). *Os bandeirantes e a historiografia brasileira: questões e debates contemporâneos*. 1. ed. Serra/ES: Milfontes, 2018. v. 1. 324p.

ROSSI, Paolo. *O Passado, a Memória, o Esquecimento*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. História Oral. In: Rev. Do Inst. Hist. e Geog. de Goiás, n. 17, p. 117-124, ago/dez, 2002.

SANDES, Noé Freire. *Memória e história de Goiás*. In: ____ et. all. *Memória e Região*. Coleção Centro-oeste de Estudos e pesquisas. Brasília/Ministério da Integração Nacional/UFG, 2002.

SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloísa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

SILVA, Rogério Chaves da. *Reflexões sobre o “fazer histórico”*: uma história da historiografia em (sobre) Goiás (da década de 1920 à de 1990). (Tese, Doutorado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2015.

SMITH, Anthony D. *Nationalism and modernism: a critical survey of recent theories of nations and nationalism*. Londres: Routledge, 1998.

SOUZA, Rildo Bento de Souza. *A História não perdoa os fracos: o processo de construção mítica de Pedro Ludovico Teixeira*. (Doutorado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2015.

SOUZA, Rildo Bento de. *Por uma identidade cultural para Goiás: uma análise da revista Goianidade (1992)*. REVISTA DE HISTÓRIA REGIONAL, v. 22, p. 210-236, 2017.